



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LOURIVAL SOUZA FELIX

**A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO PÓS – 1980**

Londrina
2018

LOURIVAL SOUZA FELIX

**A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO PÓS – 1980**

A dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Neves da Silva

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Felix, Lourival Souza.

A concepção de democracia no serviço social brasileiro pós - 1980 / Lourival Souza Felix. - Londrina, 2018.
112 f.

Orientador: Cláudia Neves da Silva.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2018.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social - Tese. 2. Democracia - Tese. 3. Estado - Tese. I. Silva, Cláudia Neves da. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

LOURIVAL SOUZA FELIX

**A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA NO SERVIÇO SOCIAL
BRASILEIRO PÓS – 1980**

A dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Neves da
Silva
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Evaristo Colman
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profa. Dra. Lorena Ferreira Portes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 02 de agosto de 2018.

AGRADECIMENTOS

A professora e orientadora Claudia;

Aos professores que aceitaram compor a banca de qualificação e defesa;

Aos colegas do mestrado e do Movimento Estudantil;

Ao pequeno grupo de amigos com quem mantenho uma profunda relação de respeito, carinho, admiração e gratidão. Aos quais devo desde a época que trabalhávamos juntos seja de boia fria, garçom ou operário;

Por último, mas não menos importante, minha mãe. Que da forma dela, me apoiou o tempo todo e de todas as formas possíveis, inclusive, pagando por livros que utilizei para elaborar a dissertação;

FELIX, Lourival Souza. **A concepção de democracia no serviço social brasileiro pós – 1980**. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a concepção de democracia no Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980, cujo núcleo encontra-se na discussão da democracia como único caminho para o socialismo no Brasil e de seu desenvolvimento posterior. Para isso, buscou-se examinar as revistas Serviço Social e Sociedade, Cadernos ABESS e Revista Inscrita para inferir a concepção de democracia que destacou-se com as vanguardas da profissão nas quais evidenciou que ao longo das décadas pesquisadas a própria concepção de democracia foi dando lugar à defesa da democratização a medida que consolidou o processo de transição democrática. Foi possível verificar também que a democracia forjada no interior da profissão estava vinculada aos diversos movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, posteriormente concluiu seu ciclo com o governo democrático e popular, o que levou a críticas por parte da própria vanguarda da profissão. Nesse sentido, tanto a formulação da democracia posta como único caminho para construir o socialismo no Brasil como a defesa da democratização demonstrou sua inviabilidade em romper com a propriedade privada capitalista.

Palavras-chave: Serviço Social. Democracia. Estado.

FELIX, Lourival Souza. **The conception of democracy in the brazilian social service post - 1980**. 2018. 112 p. Dissertation (Master in Social Work) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the concept of democracy in Brazilian Social Service from the 1980s, whose core lies in the discussion of democracy as the only way to socialism in Brazil and its subsequent development. In order to do so, we sought to examine the Social Service and Society magazines, ABERN Notebooks and Revista Inscrita to infer the conception of democracy that stood out with the avant-gardes of the profession in which it showed that throughout the decades researched the very conception of democracy was giving democratization as it consolidated the process of democratic transition. It was also possible to verify that the democracy forged within the profession was linked to the various social movements in the 1980s and 1990s, later concluded its cycle with the democratic and popular government, which led to criticism by the very vanguarda of the profession. In this sense, both the formulation of democracy as the only way to build socialism in Brazil and the defense of democratization demonstrated its inability to break with private capitalist property.

Keywords: Social Service. Democracy. State.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1 – Democracia como forma de Estado	15
1.1 O sufrágio universal como expressão democrática do Estado burguês.....	21
1.2 Democracia como “governo do povo”	25
1.3 Da perspectiva revolucionária à crítica ao reformismo.....	30
1.4 A orientação política do estalinismo para o movimento operário	39
Capítulo 2 – A Democracia no Brasil	41
2.1 Caráter democrático da revolução no Brasil	42
2.2 A transição democrática	50
2.3 A democracia como meio único para o socialismo no Brasil	54
2.4 A formação do PT.....	61
2.5 O caráter de classe do governo democrático e popular no Brasil.....	64
Capítulo 3 – A concepção de democracia no Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980	71
3.1 A perspectiva das vanguardas do Serviço Social frente ao Movimento Popular.....	73
3.2 A redefinição da democracia para responder a realidade brasileira.....	81
3.3 A perspectiva democratizante das vanguardas do Serviço Social.....	86
3.4 Como é tratada a democracia no Serviço Social a partir do final dos anos de 1990	90
3.5 A perspectiva crítica das vanguardas profissionais frente ao governo democrático e popular	95
CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE	112
APÊNDICE A – Quadro de identificação do universo da pesquisa.....	112

INTRODUÇÃO

Durante a graduação, nas disciplinas cursadas e na participação em atividades do Movimento Estudantil e dos assistentes sociais ficou evidente o predomínio de uma orientação política em torno ao qual se desenvolve o debate profissional e, principalmente, a formação acadêmica - graduação e pós-graduação. A realização de uma pesquisa de iniciação científica contribuiu também na medida em que a pesquisa estava voltada para a discussão da relação mercado de trabalho e Estado. Paralelamente, a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), analisando o desenvolvimento do capitalismo e as implicações sobre as classes trabalhadoras, com a realização de uma pesquisa de campo viabilizaram estudos que enfatizavam o caráter de classe do Estado.

Ao mesmo tempo, o contato com a realidade institucional, onde os assistentes sociais desenvolvem sua atuação profissional, permitiu vislumbrar uma distância crescente entre o que de fato orienta a “prática” e os postulados políticos que guiam os debates profissionais e a formação acadêmica. Enquanto profissional, a experiência que influenciou foi à atividade que desenvolvi no Programa de Ação Social da UEM (PROAÇÃO), mais especificamente no Projeto Educação Integral. Atuando neste projeto, participei de várias reuniões para organizar debates na universidade e fora dela, cuja finalidade era discutir a democracia sob algum aspecto concreto que se manifestava no interior da universidade ou dela numa relação com o Estado. Discutir também a relação da comunidade interna com a externa, a relação da organização da democracia interna, a partir dos órgãos superiores e da própria base e suas organizações políticas como o Diretório Central dos Estudantes – DCE e Sindicatos. Ainda na UEM (nesse caso usando o espaço físico), participei de um grupo de estudos organizado informalmente intitulado Grupo de Estudos de Assistentes Sociais que realizava debates voltados exclusivamente para o Serviço Social relacionando-o a algum outro tema, um deles a democracia.

Na pós-graduação, foi decisiva a participação no grupo de pesquisa intitulado Organizações políticas contra a ditadura militar e o projeto profissional do Serviço Social que problematiza o papel da vanguarda profissional constituída a partir do final da década de 1970, cujo marco foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS reconhecido no meio profissional como o “congresso da virada” e sua vinculação com as organizações políticas em defesa da

democratização. Da constatação da distância entre o que de fato orienta a “prática” e os postulados que guiam os debates profissionais nasceu, já na graduação a inquietação de explicar esta situação que ainda hoje nos parece ser um problema crucial para a profissão do serviço social. Durante o período do mestrado, fomos aprofundando a investigação do movimento que levou ao predomínio de uma dada perspectiva política (e do seu divórcio com a “prática”, como se usava designar até a aprovação do currículo mínimo de 1996) e que constitui o eixo desta dissertação, qual seja, a democracia.

Sinteticamente, podemos constatar que, no debate acadêmico que se consolidou desde a década de 1980 (período da redemocratização), caracterizado pela ocupação dos espaços organizativos por uma nova vanguarda profissional (CRESS/CFESS; ABESS/ABEPSS), se destaca com muita evidência a preocupação de determinar os rumos profissionais em torno a uma determinada definição política, que tem no seu núcleo a defesa da democracia, entendida como o postulado político a ser defendido e também como condição para desenvolvimento de novos projetos societários alternativos aos das classes dominantes (Netto, 1999).

Nesse sentido a concepção de democracia como núcleo do projeto profissional aparece sendo “considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida” (NETTO, 1999, p. 16). Esta referência explicitada no contexto da transição democrática a partir de 1979 foi constituída no desenvolvimento da concepção de democracia como único meio para o socialismo, posteriormente assumindo uma perspectiva de democratizar o Estado burguês. É assim que foi explicado o princípio explicitado no Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 no quarto princípio “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. A “democracia”, de fato, é o valor que confere sentido aos outros princípios do referido código, “direitos humanos, cidadania, equidade e justiça social” dentre outros, que não passam de atributos da própria democracia.

Esta perspectiva política, no entanto, não é apresentada com toda clareza como o que é, ou seja, uma determinada posição política, disputando com as outras diversas perspectivas. Pelo contrário, é apresentada na literatura predominante como expressão da orientação geral da profissão, de toda ela, de todos os assistentes sociais e, ainda, não sob a forma de uma posição política, mas da

materialização da “ética profissional”, o que facilita a sua penetração no ideário corrente dos assistentes sociais, pois embora nem todas as pessoas gostem de política, que é considerada o espaço da corrupção e da criminalidade, todas se consideram a si próprias éticas.

Este é mais um motivo pelo qual, em geral, a democracia política não é questionada como um princípio político, mas tende a ser assimilado de modo acrítico, às vezes até dogmático.

Também a democracia política tem sido apresentada neste debate como a manifestação particular da perspectiva marxista, quer dizer, a democracia seria o caminho para a classe operária (na verdade, o que aparece na literatura são classes “subalternas” ou “trabalhadora”, expressões diversas às que a teoria marxista formulou), alcançar uma sociedade sem “exploração de classe, etnia e gênero” (raramente se fala em socialismo e muito menos em comunismo).

O recurso ao marxismo tem neste cenário a função de conferir autoridade teórica e ideológica ao postulado político.

A orientação política predominante no período anterior era outra e já foi fartamente caracterizada na literatura hegemônica como “conservadorismo”. O desenvolvimento da orientação democratizante estimulou o uso daquele rótulo que oculta uma variedade de posturas teóricas, políticas e ideológicas divergentes entre si, que vão da influência da Ação Católica criada nas primeiras décadas do século XX, passando pela democracia cristã, pela psicanálise e o funcionalismo norte-americano, dentre outras influências.

A superação dessas influências ocorreu sob o impulso dos movimentos políticos de resistência à ditadura militar e foi afetado também pela reconceituação latino-americana, fenômeno continental datado entre 1965 e 1975.

Aquele foi um período marcado pela insurgência generalizada dos povos e das classes oprimidas em todos os continentes. No caso da América Latina, destacam-se a Revolução Cubana; a revolta operária na Argentina (cordobazo, rosario, etc.); as guerrilhas na Colômbia, Nicarágua, El Salvador, Uruguai e Argentina; a aventura de Che Guevara na Bolívia, assassinado em Ñancahuazi; a experiência da Unidade Popular que elegeu Salvador Allende no Chile. Foi um período durante o qual se postulava como algo muito plausível o que Netto (1975, p. 10) designou como a “revolução latino-americana.”

Foi naquele contexto que começou a se popularizar o “uso” do marxismo no serviço social. Como principal reflexo disso no Brasil, apareceu a obra da professora Marilda Villela Iamamoto, que passou a exercer uma influência decisiva, e cujo primeiro livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (1982) faz uso intensivo de citações diretas de Marx e Engels. De lá para cá, não apenas Netto, mas quase todos os autores de livros e artigos dos principais periódicos se apresentam como marxistas.

É deste ponto de vista que a democracia adquire uma problematidade particular. Concretamente, a crítica original feita ao serviço social chamado de “tradicional” pela reconceitualização e seus seguidores era que se limitava a agir sobre as “consequências” da opressão social, quando o que se colocava era agir sobre as “causas” e, sendo a verdadeira causa o caráter capitalista do ordenamento social, a conclusão lógica era que havia que liquidar o sistema capitalista. É neste ponto que entrou o recurso ao marxismo, ao qual os diversos autores latino-americanos começaram a recorrer com maior ou menor propriedade, mas, quase todos se declarando marxistas e, mesmo aqueles que explicitamente se diziam não ser comunistas, admitiam a “validade” do marxismo como “ferramenta de análise”, é o caso dos católicos vinculados à teologia da libertação.

O problema que se coloca a partir disto, é a pertinência da democracia política ao arcabouço teórico-político marxista¹ como parece ter sido apresentado pelos principais autores do serviço social brasileiro e na literatura influenciada por eles – Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto - que vai da discussão da democracia como o único caminho à realização do socialismo no Brasil a defesa da democratização ao se aproximar e se efetivar num governo democrático e popular nos anos 2000.

O objetivo deste trabalho não é a relação em geral entre democracia e marxismo, mas a influência da formulação de que a democracia seria o único caminho para o socialismo no Brasil, numa conjuntura de transição democrática cujo

¹E quando falamos do arcabouço teórico-político marxista estamos nos referindo especificamente à principal conclusão desta corrente, explicitada já no *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels, que “o objetivo dos comunistas não era reformar o capitalismo, mas, destruí-lo e construir uma sociedade comunista”. Esta conclusão posteriormente reafirmada por esses revolucionários em diversas obras, confirmada pela revolução bolchevique de outubro de 1917, foi o esteio da Internacional Comunista até o seu quarto congresso.

desenvolvimento levou à defesa do governo “democrático e popular” nos anos 2003-2016.

Acreditamos que esta investigação pode acrescentar alguma luz sobre problemas que hoje são percebidos por autores que mesmo explicitamente defendendo a democracia política no meio profissional, constataram e questionaram a relação histórica entre as vanguardas do serviço social para com o PT. Especificamente nos referimos às reflexões dos Professores Marcelo Braz e José Paulo Netto que vem problematizando o impacto da orientação político-econômica dos governos do PT, para o Serviço Social afetado intensamente pelos cortes de direitos e recursos sociais sobretudo a partir de meados dos anos 2000, mas que se aprofundou posteriormente.

Na medida em que durante um período de quase 40 anos predominou uma dada perspectiva político-profissional, que hoje está sendo questionada pela realidade dos fatos, nos parece oportuno analisar a pertinência dessa perspectiva para avaliarmos se de fato o problema decorre apenas do endurecimento das relações políticas e sociais ou se há um esgotamento daquela perspectiva.

Sendo o objeto de pesquisa, a concepção de democracia do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980, utilizamos como o universo da pesquisa as revistas Serviço Social e Sociedade, Cadernos ABESS e Inscrita². Justifica-se estas revistas pois contemplam um período que tem seu marco em 1979 com o Congresso da Virada (num contexto de início da transição democrática) com surgimento da vanguarda profissional que tem vigência até hoje, inicialmente dada uma concepção de democracia como meio para o socialismo explicitada, para na entrada dos anos 2000 uma discussão que é permeada por críticas ou não ao governo democrático e popular do PT, a defesa da democratização.

O universo das revistas pesquisadas, apenas a Serviço Social e Sociedade tem publicações desde 1979 até os dias de hoje. Os Cadernos ABESS tiveram publicações no período de 1985 a 1996. Em 2000 criou-se a Revista Temporalis³ como continuidade dos Cadernos. A Revista Inscrita foi criada em 1997 e existiu até 2013.

² O texto A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social de autoria de José Paulo Netto (1999) embora não componha artigo das revistas pesquisadas, será utilizado por sua significativa influência, inclusive entre os artigos das revistas que fazem parte do universo da pesquisa.

³ Com vista ao longo período e dos vários artigos selecionados que vão até 2009, optamos por não utilizar a Revista Temporalis.

Para nossa pesquisa foram analisados ao todo 19 (dezenove) artigos que estão distribuídos nas seguintes revistas: *Revisita Serviço Social e Sociedade*, com dez artigos. *Revista Inscrita* com cinco artigos e *Caderno ABESS* com três artigos, totalizando 18 (dezoito) artigos. O último artigo de autoria de José Paulo Netto (1999) foi utilizado dado sua importância no meio profissional.

Deste universo da pesquisa, três foram publicados em 1985, dois em 1986, em 1987, 1990, 1992, 1998 e 1999 foi publicado somente um artigo cada ano. Nos anos 2000, apenas um em 2004, dois em 2007 e seis artigos publicados em 2009.

Selecionamos os artigos em que a palavra democracia aparece nos títulos, subtítulos e resumos, apresentando a ideia que a democracia seria o caminho único para o socialismo no Brasil. Nos textos analisados, alguns são de autores que não tem formação em Serviço Social, porém nós os utilizamos pela influência que tiveram na profissão.

Na seleção dos artigos, fizemos duas fases de leituras. Numa primeira fase foram contempladas um número de textos maior porque era objetivo verificar a relação entre democracia e serviço social no Brasil para apresentar na banca de qualificação. Na segunda fase, por um lado, restringimos os textos, considerando inclusive as orientações da banca, por outro lado, detivemos de forma mais rigorosa na leitura e análise do material de acordo com a concepção de democracia no serviço Social brasileiro a partir 1980 com ênfase para a concepção de democracia como caminho único para o socialismo e seu desenvolvimento posterior.

A dissertação estrutura-se em três capítulos. No primeiro, procuramos analisar a democracia como forma de organização do Estado burguês a partir do século XIX, no contexto político e econômico de ascensão das instituições e organizações políticas burguesas assentadas com a consolidação das relações capitalistas de produção.

Houve destaque para o sufrágio universal – inicialmente sufrágio restrito – sendo a expressão democrática do Estado, que ao longo do século XIX contemplou um número maior de participantes nas instituições estatais, especialmente no parlamento. Contudo, isto não alterou o predomínio da burguesia sobre as classes trabalhadoras, mas fomentou processos políticos dos quais a presença e pressão de setores operários e populares fizeram a burguesia recusar em determinados momentos, implicando na ampliação de segmentos dos trabalhadores e populares – pequenos comerciantes e camponeses - que poderiam votar.

Com a experiência política da classe operária, sobretudo posterior a formação da Primeira Internacional e com ela sindicatos e partidos políticos que representavam as massas trabalhadoras foram, evidentemente, importantes para combater a forma democrática a qual assumiria o Estado que de “governo do povo” só o nome, tendo em vista que a administração dos governantes predominantemente servia aos interesses da burguesia. As experiências políticas em defesa dos interesses dos trabalhadores tiveram resultados. Desde meados do século XIX havia um movimento operário que foi ampliando suas bases de influência indo além das fronteiras nacionais, inclusive com a perspectiva internacionalista.

A partir do final do século XIX surgiu um debate polêmico frente ao reformismo - que tinha como uma de suas lideranças Bernstein, profundamente questionado por Rosa Luxemburgo (2015) dado seu revisionismo que traduzia numa perspectiva reformista para o movimento operário. Este período também foi marcado pelas críticas de Lênin (1980; 2007) a Kautsky com relação ao debate da democracia burguesa e democracia operária. Posteriormente teve a influência do estalinismo no seio do movimento operário internacional com destaque para a tese do socialismo num só país que orientou para uma perspectiva pacífica - supostamente - colocada na defesa da “revolução.”

No segundo capítulo analisamos o caráter da revolução brasileira a partir das formulações do Partido Comunista Brasileiro, PCB, referente às décadas de 1940 e 1950. Período que ganhou importância no movimento operário, camponês e popular no Brasil a defesa de um governo democrático, popular e progressista, que haveria de fazer aliança – política de conciliação de classes - entre setores das massas trabalhadoras e da “burguesia progressista”. Esta aliança era justificada a partir da realidade brasileira porque, segundo Carone (1982) expondo documentos do PCB, era preciso realizar a revolução democrática burguesa para – no futuro, quem sabe – realizar a revolução proletária. Esta orientação política do estalinismo foi determinante para o PCB defender a tese do caminho pacífico para a revolução brasileira, em sua forma gradual e por dentro do Estado burguês; neste momento, o PCB defendia disputar as eleições para assumir cadeiras no parlamento e avançar na revolução via o caminho pacífico.

Esta concepção de democracia que inclui disputar eleições para democratizar o Estado foi analisada por Carlos Nelson Coutinho (1979, 1992, 2008) – não estamos diluindo com isso os diferentes contextos em que foram escritos esses

textos - e outros numa perspectiva de defesa da democracia como o único caminho para o socialismo no Brasil. Nesse sentido, a partir do final de década de 1990 o próprio autor irá reafirmar sua concepção de democracia, mas evidenciando a necessidade da democratização. Ou seja, uma política de Estado que universalizem os serviços públicos de saúde, educação, moradia, etc. Para isso era necessário que os movimentos sociais assumissem o “reformismo revolucionário” que parece ser continuidade da tese do caminho pacífico para a revolução brasileira postulada pelo PCB.

A conclusão da concepção de democracia como o único caminho para o socialismo nos parece ter caminhado para a democratização a qual assumiu uma dada perspectiva reformista que levou ao governo democrático e popular.

No terceiro capítulo analisamos como setores do Serviço Social – especialmente a vanguarda – aderiram a uma dada concepção de democracia, a qual implicou em uma orientação política tanto para a formação quanto para a ação profissional. Procuramos verificar, no período que vai da década de 1980 até por volta de 2009, como as vanguardas concebiam a democracia como o único caminho para o socialismo e os desdobramentos posteriores, os quais foram analisados nos artigos mais recentes que compõem o universo da pesquisa.

Capítulo 1: Democracia como forma de Estado

Neste capítulo iremos abordar o desenvolvimento do Estado burguês sob sua forma democrática, sem desconsiderar outras formas de organização do Estado como ditaduras militares que se fizeram presentes por necessidade do acirramento da luta de classes e/ou dos choques entre as frações burguesas, utilizando principalmente a leitura de Hobsbawm (2010; 2015; 2016; 2016), analisando como a democracia vai sendo forjada como a melhor forma de organização do Estado burguês assegurando a propriedade privada capitalista.

Neste sentido, terá importância central o sufrágio que a partir do século XIX se ampliou e chegou ao sufrágio universal no século XX, embora com várias advertências, conforme iremos apontar no momento oportuno. Com isso, demonstrar o impacto do sufrágio universal para a organização das lutas das massas trabalhadoras e como as burguesias se comportaram frente a este fenômeno.

Por fim, analisar as influências predominantes entre o movimento operário internacional, com destaque às análises de Rosa Luxemburgo e Lênin com relação ao reformismo, e Hobsbawm com relação ao Stalinsmo, para aproximar do debate no interior do movimento operário em que havia uma concepção de democracia – ou democratização – que levaria ao socialismo. O Estado burguês, cuja finalidade é assegurar a grande propriedade privada dos meios de produção, é o resultado de uma longa evolução do próprio modo de produção capitalista e das formas de organização do Estado. A burguesia, no processo de se tornar a classe dominante, teve que se utilizar das formas de Estado que encontrou na época do seu nascimento. É o que se verifica, por exemplo, como resultado da revolução encabeçada por Oliver Cromwell em meados do século XVII que resultou na constituição da monarquia constitucional, vigente até hoje. A própria burguesia francesa passou por várias fases da sua revolução iniciada em 1789, indo da república até a monarquia napoleônica.

A forma democrática (e nem a republicana), não foi a única forma de organização do Estado que a burguesia dominante estruturou para garantir o seu domínio sobre as massas trabalhadoras. Recorreu às formas pré-existentes

adaptando-as onde pode, e lentamente, pela pressão da luta de classes durante alguns períodos chegou à forma democrática.

Contudo, mesmo tendo atingido essa forma, dependendo dos choques entre as potências econômicas próprias do período imperialista, em alguns lugares abandonou a forma democrática e as substituiu pelo fascismo, nazismo e outras formas autoritárias de governo. É assim até hoje quando encontramos diversas formas de organização estatal combinadas ou em substituição a democrática, Hobsbawm (2015).

Essencialmente, interessa enfatizar que a democracia consiste numa forma do Estado se organizar, ao lado de outras formas possíveis e que estas formas são determinadas pela luta de classes e pelos choques econômicos entre os setores da grande burguesia.

As rápidas alternâncias de regime – Diretório (1795 – 1799), Consulado (1799 – 1804), Império (1804 – 1814), a restaurada Monarquia Bourbon (1815 – 1830), a Monarquia Constitucional (1830 – 1848), a República (1848 – 1851), e o Império (1852 – 1870) – foram todas tentativas para se manter uma sociedade burguesa evitando ao mesmo tempo o duplo perigo da república democrática jacobina e do velho regime (HOBBSAWM, 2016, p. 126).

Havia uma situação de instabilidade política, mas se mantinha o “duplo perigo” da “república democrática jacobina e do velho regime” fora do poder do Estado. Para isso o exército teve um papel fundamental. “Ele conquistou; pagou-se a si mesmo; e, mais do que isto, suas pilhagens e conquistas resgataram o governo.” (HOBBSAWM, 2016, p.127). Destacou o papel de Napoleão Bonaparte como o “mais inteligente e capaz dos líderes do exército.”

De acordo com Hobsbawm (2010), os períodos pós-revoluções inglesa e francesa na qual se verifica a consolidação do modo de produção capitalista vai-se processando a formação do Estado moderno (burguês). Com isso o próprio desenvolvimento capitalista aos poucos vai criando “as novas classes trabalhadoras” a qual, do “ponto de vista das classes dirigentes” (p.162), foi se tornando cada vez mais um perigo a sua dominação de classe.

Elas (“**as novas classes trabalhadoras**”) eram por definição numerosas, ignorantes e perigosas; muito perigosas, precisamente por conta de sua ignorante tendência para acreditar em seus próprios olhos, dizendo-lhes que aqueles que os governam davam muito pouca atenção a suas misérias, e a simples lógica sugerindo-lhes que, como elas formavam a grande

maioria do povo, o governo deveria basicamente servi-lhes em seus interesses. (HOBBSAWM, 2010, p. 162). (destaque nosso).

Esta percepção das massas em identificar e sugerir que o governo deveria atender seus interesses era uma constatação lógica dada a sua realidade e experiência a ponto das próprias classes dirigentes perceberem a possibilidade dessas novas classes influenciar e se insurgir na vida política. Tanto que, segundo Hobsbawm (2010) nos países mais desenvolvidos do ocidente, fomentou-se mecanismos que expandiram lenta e gradativamente a participação popular, ainda que de forma restrita, pois a forma típica da organização política era o governo apoiado na realização das assembleias eleitas por pequenos grupos, cujo critério de posse (propriedade privada dos meios de produção) determinava. Aqui se trata do sufrágio restrito, que ao longo do desenvolvimento do capitalismo e do próprio Estado burguês vai transitar para sufrágio universal.

Há uma questão relevante que reflete nos processos políticos e expande a possibilidade de participação dos trabalhadores no governo, no sentido em que segundo Engels (1989) “as massas trabalhadoras aprendem com suas experiências fora e dentro das fábricas onde ocorre a exploração da força de trabalho”. Nesse sentido, Hobsbawm (2010) para os setores da sociedade visto como ignorantes, as revoluções de 1848 demonstraram na prática que seu alcance político poderia avançar e romper com alguns círculos governamentais até então impermeáveis a grande parte das reivindicações dos trabalhadores.

[...] as revoluções de 1848 tinham mostrado como as massas podiam irromper no círculo fechado de seus governantes, e o progresso da sociedade industrial tornou a sua pressão constantemente maior mesmo em períodos não revolucionários. (HOBBSAWM, 2010, p. 163).

Mas não apenas os trabalhadores aprenderam com as revoluções e processos posteriores que vieram a desenvolver formas de governos. Para Hobsbawm (2010, p. 164), o próprio Napoleão III aprendeu e tirou vantagens com as revoluções de 1848. Aprendeu a ponto de reconhecer a importância da democracia com “uma crença segura, talvez excessiva, na inevitabilidade das forças históricas tais como o nacionalismo e a democracia”. Mas isto não afirma a democracia como forma única de governo.

Ao contrário, o mesmo Napoleão III eleito para presidência em 1848 com esmagadora preferência pelos eleitores, sendo, “portanto, o primeiro dirigente de um grande país, com exceção dos Estados Unidos, a chegar ao poder pelo sufrágio (masculino) universal, e nunca esqueceu dele.” (HOBSBAWM, 2010, p. 165). Mas em meados do século XIX, Napoleão III não precisou de novas eleições para ser eleito, aplicou um golpe de Estado resultando em sua declaração como imperador. Ou seja, a forma do Estado se organizar pode variar conforme as relações da luta de classes e mesmo das relações internas à burguesia.

A atitude de Napoleão III em relação à política eleitoral era ambígua e é isto que a faz interessante. Como “parlamentarista”, ele fez aquilo que era então o jogo normal da política, quer dizer, obteve a maioria suficiente de uma assembleia de indivíduos eleitos, agrupados em alianças frouxas e mutáveis, com etiquetas vagamente ideológicas, que não devem ser confundidas com os modernos partidos políticos. Portanto, políticos sobreviventes da Monarquia de julho (1830 – 1848), como Adolphe Thiers (1797 – 1877), e futuros luminares da Terceira República, como Jules Favre (1809 – 1880), Jules Ferry (1832 – 1893) e Gambetta (1838 – 1882), recuperaram ou fizeram seus nomes na década de 1860. Ele não foi bem-sucedido nesse jogo, especialmente quando decidiu afrouxar o firme controle burocrático sobre as eleições e a imprensa. (HOBSBAWM, 2010, p. 165).

Embora Napoleão III fosse vitorioso em eleições que disputou, não havia uma organização dos seus eleitores. Sobre isso, um dos aspectos que parece decisivo para o fracasso de Napoleão III foi a falta de um “movimento” que fosse a sua base social (eleitoral) organizada. Em que pese sua tentativa de agregar setores das classes trabalhadoras da cidade, inclusive com a tentativa de se aproximar de lideranças de esquerda como ocorreu com o anarquista Pierre – Joseph Proudhon (1809 – 1865) e mesmo tendo se “esforçado seriamente para conciliar e domesticar o crescimento do movimento trabalhista na década de 1860 – tendo legalizado as greves de 1864” – (HOBSBAWM, 2010, p. 166) foi insuficiente para quebrar o vínculo do movimento trabalhista com a esquerda.

Portanto, Napoleão III se apoiou em setores conservadores e no campesinato, estes segmentos viam em Napoleão III “um governo estável e anti-revolucionário, seguro contra as ameaças à propriedade”. Num caso ou noutro, havia algo de interesse comum, um governo que assegurasse a propriedade privada dos meios de produção.

Aparentemente, pode ser estranho Napoleão III ter procurado lideranças de esquerda, não Karl Marx e outros que estavam exilados exatamente por se oporem ao regime político vigente à época, mas do anarquismo, dirigentes “como P. J. Proudhon fez com Napoleão III”, (HOBBSAWM, 2010, p. 176). O “fez” se refere a uma posição política que naquele contexto, aceitou a direção do Estado sob Napoleão III. Ressalta-se, ao mesmo tempo que haviam divergências e contraposições entre os setores dominantes: reacionários e conservadores frente aos liberais/burgueses a consolidação do capitalismo, por outro lado, havia aproximações entre lideranças que iam do anarquismo até o chefe do Estado burguês. Este último que, como já foi exposto, ora chega à presidência via o sufrágio ou se proclama imperador mediante golpe de Estado.

Nos apontamentos de Hobsbawm (2010), a partir da década de 1860, se evidenciou o reaparecimento das classes trabalhadoras nos meios políticos cujas pressões mostravam que não era mais possível à burguesia mantê-las isoladas. Isto se explicitou, sobretudo, com o sufrágio universal, meio de participação popular que foi para além das fronteiras dos países que realizaram verdadeiras revoluções burguesas.

As burguesias, por outro lado, escoavam-se na sua riqueza, na sua indisponibilidade e no destino histórico que fazia delas e de suas ideias as bases dos Estados “modernos” desse período. Entretanto, o que as transformava em força, no interior dos sistemas políticos, era a habilidade para mobilizar o apoio dos não burgueses que possuíam número e portanto, votos. (HOBBSAWM, 2010, p. 169).

Isto não nos autoriza afirmar que a luta de classes fosse interrompida, houve, num processo econômico e político de avanço das burguesias, inclusive, permitindo a participação de setores que não eram da classe dominante, mas também não eram precisamente da classe dominada. Eram setores, segundo Hobsbawm (2010, p. 168) concentrados na “camada intermediária – pequenos comerciantes, artesãos, e outros “pequeno-burgueses”, proprietários camponeses etc.” Para os trabalhadores de forma geral, embora sua grande maioria não tivesse acesso a representação no Estado, pois sequer votavam, mas a sua pressão influenciava em maior ou menor medida. Não que isto determinasse uma nova direção do Estado burguês, mas as pressões como elemento da luta de classes foram ganhando corpo

a medida que a própria experiência política foi colocando a necessidade de organizações trabalhistas.

Com o acirramento da pressão vinda das massas trabalhadoras, o impacto sobre a burguesia foi evidente a ponto de ela buscar apoio para continuar a governar.

Na França, a burguesia há muito já não consegue governar sozinha, ou mesmo sob a bandeira liberal, e seus candidatos buscavam apoio popular por meio de rótulos cada vez mais inflamados. “Reforma” e “Progressista” davam lugar a “Republicano” e este a “Radical”, e, na Terceira República, a “Radical-socialista”, cada qual ocultando uma nova geração dos mesmos bárbaros Sólon, de sobrecasaca, com línguas de ouro e frequentemente recheadas de ouro também, rapidamente mudando para posições moderadas depois de seus triunfos eleitorais com a esquerda. (HOBSBAWM, 2010, p. 170).

A ilusão de que ao participar da “direção” do Estado burguês, levou a que as correntes políticas de esquerda saíssem à força, via golpes de Estado ou então, concluíssem se adaptando à própria ordem burguesa. Dessa forma, a esquerda francesa, de radical se tornou moderada. Isto ocorreu na França, na década de 1860, justificado, segundo Hobsbawm (2010), pois os radicais não tinham força política frente aos liberais, já que os dirigentes do Estado desde 1850 eram predominantemente liberais. Justificável também, porque no contexto político de meados do século XIX – e posterior - alguns setores dos liberais como os radicais faziam parte da “esquerda” (p. 171), do ponto de vista de se oporem a forma de organização política e da propriedade no feudalismo.

Não há dúvidas de que a maioria dos camponeses na maior parte da Europa ainda era tradicionalistas, pronto para apoiar a Igreja, o rei ou o imperador e seus superiores hierárquicos de forma automática, especialmente contra os malignos desígnios dos homens da cidade. (HOBSBAWM, 2010, P. 175).

Apenas para indicar, a relação entre setores mais reacionários como a Igreja, sobretudo a Católica, apoiando “partidos conservadores e reacionários” obtinha forte influência sobre o campesinato que se destacava sob a defesa de ser “contra o socialismo e a revolução, a Igreja apoiava qualquer coisa.” (HOBSBAWM, 2016, p.146).

Evidentemente, no contexto a partir da década de 1860, os “homens da cidade” ao qual a oposição se colocava contemplavam desde setores da pequena

burguesia e até da burguesia dirigente do Estado, mas divergência maior se identificava com os setores das massas trabalhadoras urbanas surgindo e expandindo a partir das duas últimas décadas de industrialização, em especial, o proletariado que foi desenvolvendo organizações – a exemplo: sindicatos e partidos – com uma política combatente frente aos interesses reacionários e conservadores de parte da “Europa tradicionalista” que exercia em alguma medida peso político frente ao Estado burguês, logo que os camponeses mesmo em países avançados industrialmente como Inglaterra e França, quantitativamente, constituía-se parte significativa comparada com a população geral, posteriormente refletindo na política, pois a expansão do sufrágio restrito para o sufrágio universal lenta e gradativamente ia contemplando os camponeses.

1.1 O sufrágio universal como expressão democrática do Estado burguês

Estamos partindo da análise da democracia como forma de Estado, em seu desenvolvimento do ponto de vista histórico, considerando-a a partir do que Hobsbawm (2016), chamou de dupla revolução: revolução inglesa (industrial) e francesa (política) Revoluções essas que demarcaram o “triunfo do capitalismo liberal burguês”. No contexto político e econômico inglês do final do século XVIII a meados do século XIX “a política já estava engatada ao lucro” isto porque a Inglaterra, nesse momento, já havia conquistado um maior desenvolvimento das relações de produção capitalistas com a formação da grande indústria. Nesse sentido, “o dinheiro não só falava como governava.” (HOBBSAWM, 2016, p. 64).

A burguesia industrial não apenas havia penetrado nas instituições estatais, como já tinha os governantes subordinados à sua política. Do ponto de vista dos trabalhadores e da pequena burguesia, agora não somente na Inglaterra, mas também (pelo menos) na França e nos Estados Unidos da América – EUA, já haviam formação de grupos opositores ao Estado, que desenvolviam uma política de acordo com os interesses da grande burguesia, e gerava ainda mais descontentamentos entre os trabalhadores e a pequena burguesia.

Os trabalhadores e a queixosa pequena burguesia, prestes a desabar no abismo dos destituídos de propriedade, partilhavam, portanto, dos mesmos descontentamentos. Estes descontentamentos por sua vez uniam-nos nos movimentos de massa do “radicalismo”, da “democracia” ou da “república”, cujos exemplares mais formidáveis, entre 1815 e 1848, foram os radicais

britânicos, os republicanos franceses e os democratas jacksonianos americanos. (HOBSBAWM, 2016, p. 76).

Esta união estava vinculada ao processo do desenvolvimento econômico que a pequena burguesia não tinha acesso a seus benefícios, pior ainda, era a situação dos trabalhadores.

Para centrarmos-nos em nosso objetivo - a ampliação da democracia - nos interessa mais alguns aspectos que decorreram da revolução francesa. Isto se justifica, porque “a revolução na França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo.” (HOBSBAWM, 2016, p. 98). Contudo, constata o referido historiador que as diferenças políticas e econômicas entre França e Inglaterra não podem ser levadas ao ponto de separar e colocar a primeira como centro das organizações políticas (inclusive burguesas) e a segunda como o centro de produção de mercadorias apenas, logo que, na França houve um desenvolvimento técnico e científico que tinha sua base material no desenvolvimento do capitalismo, sobretudo da burguesia industrial, ainda que concentrado nas grandes cidades, principalmente Paris. Desta forma, já havia um desenvolvimento das organizações políticas no segundo caso. Por outro lado, apenas o contexto político francês produziu uma quantidade de agitações em nível mundial que outros países não provocaram. Por isso a afirmação (HOBSBAWM, 2016, p.100) “a Revolução Francesa é um marco em todos os países”, porque influenciou os levantes que levaram à libertação em países da América Latina, dentre outros movimentos em países de vários outros continentes.

A ampliação da democracia pode ser localizada na lenta e gradativa expansão do sufrágio universal⁴ que aparece em 1791 na França, a qual Hobsbawm (2016) atribuiu ser a primeira Constituição genuinamente democrática proclamada por um Estado moderno. O seu conteúdo era de abolição dos direitos feudais, aplicação de uma política que beneficiasse os pequenos compradores de terras, abolição da escravidão nas colônias francesas etc. Vale notar dois importantes

⁴O sufrágio universal, em oposição ao sufrágio restrito, consiste na extensão do direito de voto, a todos os indivíduos considerados intelectualmente maduros. Contudo, inicialmente o direito ao voto era restrito aos homens, proprietários, adultos, alfabetizados (desde que proprietários) ou seja, excluía os vários segmentos que conformavam as classes trabalhadoras. Isto foi sendo alterado gradativamente. Somente a partir do início do século XX, com o movimento das sufragistas, o direito ao voto foi estendido às mulheres na maioria dos países democráticos. Em sociedade como a nossa, o processo foi ainda mais lento. A conquista do sufrágio universal no Brasil veio com a Constituição Federal de 1988. Sendo o voto obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e os jovens entre 16 a 18 anos.

elementos. Essa Constituição é resultado de um processo revolucionário que ocorreu na França, pois representa a conformação do ordenamento burguês que surge e avança para se tornar, nas décadas posteriores, a classe dominante. Com relação a abolição da servidão, era uma necessidade para o desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista, além do estímulo à expansão do trabalho assalariado.

Na década de 1860 o sufrágio universal já não era prerrogativa de regimes surgidos de revoluções burguesas (França, Inglaterra, etc.), a proporção de eleitores comparada a população geral ampliava, mas ainda era uma minoria frente a população geral.

O SecondReformAct na Inglaterra⁵ mesmo duplicando o número de eleitores, ainda os deixava com 8% da população, enquanto no recém-unificado Reino da Itália era apenas 1% (Nesse período, no mundo, o voto poderia conferir direitos a 20% ou 25% da população, a julgar pelas eleições francesas, alemães e americanas, e outras da década de 1870.). (HOBSBAWM, 2010, p. 168).

O voto era direito de proprietários, homens. Portanto, quem tinha acesso a chegar ao poder do Estado, era a burguesia ou os camponeses proprietários. Com isso os dirigentes do Estado eram da burguesia e representavam suas ideias e implementavam uma política de acordo com seus interesses. Entre os eleitores estavam os pequenos comerciantes, artesãos, pequeno burgueses, proprietários camponeses e outros. O fato de haver vários representantes das frações burguesas e a perspectiva de ampliação do voto, reflete a necessidade da burguesia se articular com as frações de sua própria classe e com os camponeses, mas também com setores do proletariado que vinham aumentando quantitativamente com a expansão cada vez maior da industrialização. Por mais que alguns setores da pequena burguesia, dos camponeses, artesãos, não tinham capacidade de dirigir o Estado, eles votavam, é esse o interesse maior dos grupos burgueses dirigentes do Estado.

Segundo Hobsbawm (2016), ainda que lenta e gradativamente a democracia foi se ampliando a partir de 1870 “as massas marchariam para o palco da política, quer isso agradasse ou não aos governantes” (HOBSBAWM, 2016, p. 137), em países como a França, Suíça e Dinamarca. Na Inglaterra, de acordo com o

⁵A Segunda Lei de Reforma na Inglaterra

historiador, o eleitorado quase quadruplicaram “com as leis de Reforma de 1867 e 1883, que elevou de 8% a 29% para os homens de mais de 20 anos”. A Bélgica democratizou esses direitos em 1894, após uma greve geral, que aumentou de 3,9% para 37,3%, para a população adulta. Enquanto a Noruega dobrou essas cifras em 1898 partindo de 16,6% e chegando a 34,8%. Na Finlândia, uma democracia extensiva única alcançando 76% de adultos. Na Suécia o eleitorado dobrou em 1908, atingindo o nível da Noruega. Fora da Europa, países como os EUA, Austrália do Sul e Nova Zelândia já eram democráticas no sentido do avanço na constituição de seus eleitorados. É importante ressaltar que são dados dos países à época, os mais próximos de contemplarem o sufrágio universal.

(...) essa **democratização** ainda era incompleta – o eleitorado comum, sob o sufrágio universal, era de 30% a 40% da população adulta – mas deve-se notar que até o voto feminino já era mais um utópico *slogan*. (HOBBSAWM, 2016, p. 138). [destaque nosso].

No que tange a expansão da democratização via ampliação do eleitorado, lembra Hobsbawm (2016), uma das influências foi a Revolução Russa de 1905⁶ que acelerou processos e organizações operárias com inspirações revolucionárias por todo o mundo. Tal aceleração, provocou na burguesia a necessidade do controle de seus governos e Estados para ampliar suas bases de influência e repressão sobre os trabalhadores.

Este quadro geral, porém, com particularidades, que foi apontado acerca da democratização via a expansão do sufrágio universal, teve influência sobre as classes dominantes à medida que o acirramento da luta de classes as colocou numa situação de “render-se” a exigências das classes dominadas, ainda que mantendo-se no poder.

A nova situação política desenvolveu-se passo a passo, e irregularmente, dependendo da história interna dos diversos Estados. Isso dificulta e quase inutiliza uma avaliação corporativa da política de 1870 – 1890. Foi a súbita emergência internacional dos movimentos operários de massa e dos movimentos socialistas, durante e após 1880 que parece ter colocado numerosos governos e classes dominantes em dificuldade essencialmente semelhantes, conquanto retrospectivamente seja possível conceber que

⁶A Revolução Russa de 1905 foi um movimento espontâneo, antigovernamental, que se espalhou por todo o Império Russo, aparentemente sem liderança, direção, controle ou objetivos muito precisos. Geralmente é considerada como o marco inicial das mudanças sociais que culminaram com a Revolução de 1917. Para um estudo sobre a Revolução Russa, ver os textos políticos de Leon Trotsky e Lênin.

não foram estes os únicos movimentos de massas a dar dores de cabeça aos governantes. (HOBSBAWM, 2016, p. 155).

Ao longo das análises e dados que foram retirados das obras de Hobsbawm, evidenciou-se a lenta e gradativa ampliação do sufrágio universal. Ademais, o processo de democratização, possibilitou conquistar direitos sociais, civis e políticos, contemplados numa forma de governo democrático. Porém, mesmo com a ampliação do eleitorado, a burguesia é quem continua sendo a classe, à qual o Estado está subordinado. Por outro lado, nota-se que esses processos de democratização, influenciaram as massas trabalhadoras numa perspectiva de através do sufrágio universal conquistar direitos sociais, civis e políticos, contemplados numa forma de governo democrático.

1.2 Democracia como “governo do povo”

Com a evolução do sufrágio, constatou-se a ampliação da participação de setores dos trabalhadores elegendo os homens que vão compor e governar o Estado, conformando o “governo do povo”. Cabe analisar a que classe ele representa e que interesses ele garante.

De acordo com apontamentos de Hobsbawm (2016) com relação a democracia constituir-se a forma de governo “das massas populares, que em geral são pobres” e dos ricos, parece ser um tanto improvável, tendo em vista que pobres e ricos estão em pólos opostos, logo expressam interesses divergentes.

Evidentemente, os interesses dos pobres e os dos ricos, dos privilegiados e dos desprivilegiados não são os mesmos; mesmo se presumíssemos que são ou não podem ser, é improvável que as massas considerem os negócios públicos sob a mesma luz ou nos mesmos termos que aqueles que os escritores vitorianos ingleses chamaram de “as classes”, satisfeitos de ainda identificar ação política de classe apenas com a aristocracia e a burguesia. (HOBSBAWM, 2016, p.136).

Diante dos diferentes interesses entre as classes sociais, e à medida que as massas trabalhadoras avançavam politicamente na defesa de seus interesses – aqui o sufrágio era um deles, embora contemplasse um número pequeno de representantes dos setores das classes trabalhadoras – ocorria que os setores dominantes “esforçavam – se por se desviar, sendo antidemocrático” (HOBSBAWM,

2016, p. 136), concretamente isto saltava aos olhos quando a participação popular se restringia ao fato do sufrágio agregar pouquíssimos trabalhadores.

A essa altura (pós – revoluções burguesas) as classes trabalhadoras já haviam passado por algumas experiências políticas nas quais haviam explicitado que seus interesses são divergentes dos da burguesia. Este processo foi se elevando à medida que a democracia foi constituindo-se a forma de governo do Estado burguês, ou seja, majoritariamente representava os interesses das classes dominantes.

Segundo Bobbio (2014), - numa perspectiva problemática e que descaracteriza a marxista -, os cidadãos de direitos têm a oportunidade de participar direta ou indiretamente na tomada de decisões coletivas e eleger seus representantes para governar, seja na esfera federal, estadual ou municipal. O que não garante sequer a soberania popular, como o próprio Bobbio (2014) questiona o governo representativo enquanto forma de garantir a soberania popular.

A democracia como autogoverno do povo é um mito que a história desmente continuamente. Em todos os Estados, quem governa – e aqui falamos de “governar” no sentido de tomar as decisões últimas que se impõem a todos os membros de um grupo – é sempre uma minoria, um pequeno grupo, ou alguns grupos minoritários em concorrência entre si. (BOBBIO, 2014, p. 23).

Com a conquista do sufrágio, mesmo o sufrágio universal (considera geralmente, homens e mulheres com idade superior a 16 anos ou mais, a depender de cada país), não é suficiente para garantir a “soberania popular” e aqui referimo-nos como popular parte de seus membros, os trabalhadores. Por popular se tem muitos entendimentos e interpretações, inclusive o popular no século XIX, contemplava frações do campesinato e da própria burguesia. Mas isso era num contexto político e econômico dos séculos XVIII e XIX, a “soberania popular” guardava relação com a formação da burguesia nascente.

Para Bobbio (2013), o método democrático (que em grande parte se refere ao voto/eleições) é necessário para garantir os direitos fundamentais da pessoa numa perspectiva liberal. Assegurados tais direitos, o método democrático é também resguardado e tem validade real.

(...) para o bom funcionamento da democracia, deve-se observar que a participação no voto pode ser considerada um correto e eficaz exercício de um poder político, isto é, o poder de influenciar a formação das decisões coletivas, apenas caso se desenvolva livremente, quer dizer, apenas se o

indivíduo se dirige às urnas para expressar o próprio voto goza das liberdades de opinião, de imprensa, de reunião, de associação, de todas as liberdades que constituem a essência do Estado liberal, e que enquanto tais passam por pressupostos necessários para que a participação seja real e não fictícia. (BOBBIO, 2013, p. 44).

Na perspectiva liberal de Bobbio (2013) a participação dos trabalhadores com o voto para o desenvolvimento do que ele chamou de “Estado liberal” - na verdade se trata do Estado burguês – seria uma necessidade de um governo democrático onde os oprimidos teriam suas reivindicações defendidas no interior do Estado burguês (parlamento). Por esse ângulo, vai conferir centralidade na democracia participativa com consequências práticas, no plano do desenvolvimento educativo com os operários.

A participação no voto tem um grande valor educativo: é através da discussão política que o operário, cujo trabalho é repetitivo e cujo ambiente de fábrica é angustiante, consegue compreender a relação entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações com os cidadãos diversas das suas cotidianas relações de trabalho, tornando-se, assim, membro consciente de uma grande comunidade. (BOBBIO, 2013, 69).

Há que se observar que a perspectiva de Bobbio (2013; 2014) é estanha a do marxismo. Quanto à “soberania popular” e ao método democrático, este tem seu limite na “república democrática”, como foi observado na crítica de Marx (2012) em resposta ao programa político do Partido Operário Alemão, que ficou conhecido a partir da sua análise em crítica do programa de Gotha⁷.

Suas reivindicações políticas não contêm mais do que a velha cantilena democrática, conhecida de todos: sufrágio universal, legislação direta, direito do povo, milícia popular etc. São um mero eco do Partido Popular burguês, da liga da Paz e da Liberdade. (...) **então ele (Partido Operário Alemão) não deveria ter esquecido o principal, isto é, que todas essas lindas miudezas se baseiam no reconhecimento da assim chamada soberania popular e que, portanto, só têm lugar numa república democrática.** (MARX, 2012, p. 43). (destaque nosso).

Essas ideias iniciais de Bobbio (2013) acerca da democracia como método (eleições) em comparação a formulação de Marx (2012) acima, teve tão somente o objetivo de sinalizar as consequências da democracia burguesa para as classes trabalhadoras quanto seu papel de eleger “seus” representantes para dirigir o Estado

⁷Ver, MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

burguês. Nesse sentido, resta saber qual a direção dada por esses representantes ao chegar no poder pelo voto num contexto político e econômico no qual a burguesia havia se tornando a classe dominante.

Os sistemas políticos que foram sendo criados em decorrência da ampliação da participação dos trabalhadores elegendo “seus” representantes que eram contemplados pelo parlamento e demais instituições do Estado burguês sendo resultado, em parte, pela “mobilização das massas para as eleições e através delas, ou seja, para pressionar os governos nacionais” é um aspecto central da democracia burguesa, ou, da “democratização.” (HOBSBAWM, 2016, p.140) Mas há, outros aspectos, um deles, destacado abaixo mostra que não há compromisso por parte dos governantes à medida que explicita uma “hipocrisia pública”.

Os governantes, quando queriam realmente dizer o que pensavam, deviam fazê-lo na obscuridade dos corredores do poder, nos clubes, nas reuniões sociais particulares, durante as caçadas e fins de semana no campo, em ocasiões em que membros da elite se encontravam numa atmosfera bem diversa daquela das gladiatórias comédias dos debates parlamentares ou dos comícios. **A era da democratização, portanto, veio a ser a era da hipocrisia pública.** (HOBSBAWM, 2016, p. 141). [destaque nosso].

O tom irônico do historiador não invalida sua exposição ao mostrar com exemplos simples como os governantes agiam quando tratavam dos interesses deles mesmos ou da classe à qual realmente representavam, a burguesia. Do contrário, eles não usariam de “reuniões particulares” e em espaços privados até domésticos para tratar de assuntos de interesses das massas trabalhadoras, inclusive estes foram em parte quem elegeram políticos para conformar o “governo do povo.”

Há outro elemento embutido com relação aos governantes “quando queriam realmente dizer o que pensavam” diziam em locais inacessíveis a pessoas que pensassem o contrário deles. Isto parece se vincular a questão da corrupção, não sob a perspectiva de eliminar a corrupção na política para ter um governo que represente de fato os interesses dos trabalhadores. Exatamente o contrário.

Segundo Hobsbawm (2016, 154 - 155) a corrupção não era (e não é) um aspecto fundamental da política burguesa, mas ela se torna útil “essencialmente naquilo que efetivamente era a compra de votos por favores políticos – os quais, inevitavelmente, tinham dimensão financeira”. Ao longo do texto já foi destacado inúmeras vezes o papel do sufrágio universal enquanto resultado dos choques entre

a grande burguesia e da luta de classes. Com isso, destacou-se também o importante papel do sufrágio para a constituição do Estado burguês que em determinados momentos contemplou setores dos trabalhadores.

Os governantes usam de outros artifícios (além da compra de votos) nos quais evidencia o caráter falso de “governo do povo”. Exemplo disso é uma das práticas políticas da “mãe das democracias europeias”, a qual segundo Hobsbawm (2010) influenciará a formação das instituições burguesas estatais de todo o globo, embora haja outros países que exercem forte influência, como os EUA, mas não altera seu caráter de classe

A França, mãe das democracias europeias, talvez detivesse o recorde: tivera cinquenta e dois gabinetes em menos de trinta e nove anos, entre 1875 e a deflagração da guerra, dos quais apenas onze duraram doze meses ou menos. Reconhecidamente, os mesmos nomes tendiam a reaparecer na maioria deles. Não causa admiração, portanto, que a continuidade efetiva do governo e da política estivesse nas mãos dos funcionários permanentes, não eleitos e invisíveis, da burocracia. (HOBSBAWM, 2016, p.154).

O Estado burguês, forjado ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando da explosão dos movimentos das massas trabalhadoras contribuiu para avançar na expansão do sufrágio que lenta e gradativamente se tornou universal no século XX, fazendo com que esta instituição burguesa cuja finalidade é assegurar a propriedade privada capitalista, Engels (1997), ganhasse o nome de Estado representativo. Contudo, sendo na França o sufrágio universal, e as classes trabalhadoras quantitativamente maiores que a burguesia, o governo deveria submeter-se a quem os elege, isto não ocorre. Isto se deve em grande medida ao fato de os “funcionários permanentes” que não são eleitos serem decisivos na organização administrativa e política do Estado.

Se por um lado, o sufrágio universal permitiu aos trabalhadores terem ainda que pequena participação nas instituições estatais – parlamento – por outro, a própria experiência das administrações dos estados representativos foi explicitando seu caráter de classe burguês. Somada as experiências políticas do proletariado com criações de organizações trabalhistas para defender seus interesses, também evoluíram a ponto de chegar em fins do século XIX e entrada do XX, constituindo-se um movimento operário internacional influenciado pela perspectiva socialista.

1.3 Da perspectiva revolucionária à crítica ao reformismo

A partir da década de 1860, no movimento operário, começam se destacar organizações trabalhistas, no caso dos sindicatos, sobretudo na Inglaterra avançava sua influência com trabalhadores de outros países.

Somente na Inglaterra, na Austrália e – curiosamente – nos Estados Unidos os sindicatos de trabalhadores tinham significado real, sendo que nos dois últimos casos geralmente chegavam na bagagem dos imigrantes ingleses com organização e consciência de classe. (HOBSBAWM, 2010, p. 177).

O peso do operariado inglês se justifica pela própria história da revolução industrial que impulsionou e desenvolveu formas de organizações em prol dos interesses dos trabalhadores. Na Inglaterra, o movimento sindical era atravessado por disputas internas entre as correntes reformistas, anarquistas etc. Mas no seu desenvolvimento havia uma perspectiva, segundo Hobsbawm (2012), socialista e revolucionária explicitada nas décadas seguintes.

Outra organização que foi resultado de processos políticos sendo gestado desde as experiências das revoluções de 1848 num contexto que os movimentos em prol dos interesses gerais das massas trabalhadoras concentravam vários segmentos identificados como radical, democrático, anárquico, etc. que contavam com uma disseminação e influência internacional, foi a Associação Internacional dos Trabalhadores criada em 1864 – “a Primeira Internacional de Karl Marx (1864 – 1872).” (HOBSBAWM, 2010, p. 178). A primeira internacional já havia sido criada antes de chegar Marx. Na sua composição inicial havia correntes políticas diversas das quais curiosamente continha uma “combinação de lideranças sindicalistas ingleses insulares e liberal-radicais, misturados ideologicamente com militantes sindicalistas franceses bem mais esquerdistas”. Esta diversidade de correntes provocou várias divergências internas à própria internacional, mas, no final, de acordo com Hobsbawm (2010), a posição de Marx venceria frente as de anarquistas como Proudhon, Mikhail Bakunin, dentre outras.

Contudo, segundo o historiador, Marx não conseguiu manter o controle da Internacional, isto se evidenciou em início da década de 1870. A internacional que era base da organização de trabalhadores em nível internacional, foi se desintegrando, embora as posições de Marx acerca da necessidade de um

programa revolucionário – explicitado inicialmente no Manifesto do partido Comunista desde 1848 - permaneceria influentes.

A primeira internacional é muito mais do que possamos expor aqui. Cabe ressaltar é seu caráter internacionalista e radical dado (não só) por Marx que foi manifestação do próprio acirramento da luta de classes com resultados importantes para o movimento operário internacional desde pelo menos o pós-1860.

Daquele momento em diante os movimentos da massa trabalhadora se tornariam organizados, independentes, políticos e socialistas. A influência da esquerda socialista pré-marxista havia sido quebrada e em consequência, a estrutura da política seria constantemente modificada. (HOBSBAWM, 2010, P. 186).

Segundo Hobsbawm (2010) as modificações não explicitaram até o final da década de 1880 quando já se formava a Segunda Internacional (1889 – 1916), conhecida também por Internacional Socialista ou ainda Internacional Operária criada principalmente pela iniciativa de Engels. A referida internacional “renasceria como uma frente de partidos de massa, em grande parte marxista” (p.186).

Desde 1871, a Associação Internacional de Trabalhadores recomendou a criação de partidos políticos nos países avançados industrialmente. Na Alemanha, já havia dois partidos: “União Geral dos Trabalhadores, fundada por Lassalle, e o Partido Trabalhista Social-Democrático, liderado por August Betel e Wilhelm Liebknecht.” (ABENDROTH, 1977, p. 45). Esses avançavam sua influência sob uma fração das massas trabalhadoras alemãs. Fato constatado a partir das poucas porcentagens de votos que teve nas eleições para o Parlamento em 1874, (3%) atingindo um percentual maior posterior a unificação destes partidos em 1875 – “Partido Socialista de Trabalhadores” - chegando em 9% dos votos gerais obtidos para o parlamento em 1877.

De acordo com Abendroth (1977, p. 45 - 46), “o partido se identificou sobre a base de um raciocínio marxista simplificado”. Do ponto de vista da política do partido que se expressava em materiais como jornais, etc, estavam sob a responsabilidade de Eduard Bernstein (1850 – 1932) e por Karl Kautsky (1854 – 1938). O partido ia se tornando simpático, não exatamente à classe operária, mas as camadas da sociedade alemã que a época poderia ser identificada como pequena burguesia. “O fato de ser o único partido a defender o direito da mulher, mesmo em matéria de direito eleitoral, o tornava simpático às minorias críticas das camadas

intelectualizadas”. Por parte do governo do Reich, isto resultou em medidas políticas que não ultrapassaram a instituição do “seguro-desemprego, o seguro-acidentes e o seguro-doença, sem que, contudo, o efeito pretendido se fizesse sentir”. É nesse sentido que houve uma simplificação do marxismo, doutrina esta que defende a destruição do Estado burguês e não conquistar o Estado para reformar-lo.

No contexto da socialdemocracia alemã a estratégia de seu partido estava direcionada a organizar os trabalhadores para a luta via parlamento, com a expectativa de que a pressão dos trabalhadores seria suficiente para o governo responder suas reivindicações, conseqüentemente resultaria em melhores condições de trabalho e vida as massas. À medida que o capitalismo se desenvolveu, de fato, avançou alguns aspectos que influenciam a vida dos trabalhadores, condições de trabalho, transporte, moradia, etc.,.

O que importa nesse momento é o método de luta que orientava os trabalhadores que negava a violência organizada, Engels (1989), necessária à luta de classes, limitando-se a uma ação pacífica, logo, direcionada a concentrar a luta no parlamento como a arena da política do proletariado.

Esse êxito só se tornou possível, porque o partido, de um lado, se mostrou fiel à sua meta da **democracia política** e da sociedade econômica socialista, bem como da transferência gradativa dos principais meios de produção da coletividade. De outro lado, aproveitaria, coerentemente, todas as chances legais de luta, tendo aprendido a **resistir a qualquer tentação de realizar atos de violência e a utilizar o Parlamento como tribuna das discussões políticas**, as eleições políticas como medida de sua influência, as lutas eleitorais como meio de propaganda. Assegurava, assim, a possibilidade de uma atuação legal às organizações sindicais, ao contrário das associações sindicais liberais de Hirsch-Duncker, que tinham a greve como recurso principal a luta de classes. (ABENDROTH, 1977, p. 46).

A questão não é estender a greve promovida pelo movimento sindical como elemento central tático de um partido, mas negar o papel da violência – não confundir com atos terroristas - na luta de classes e orientar para ação organizada cujo Parlamento é o espaço de lutas mediante as representações eleitas reflete a perspectiva pacífica numa estratégia em que a reforma é a grande salvação para os explorados e oprimidos. Se quer destacar a conjugação do que se passou nos países europeus centrais de uma política tendo o Parlamento como espaço de denúncia por parte dos trabalhadores, sem transformá-lo no espaço onde as massas trabalhadoras terão seus interesses respondidos

Segundo Abendroth (1977) a exemplo da Alemanha, mas com particularidades nacionais, a socialdemocracia austríaca também constituiu seus partidos com grupos que se reivindicavam moderados e radicais. No segundo caso era representado por Joseph Peukert, sob influência anarquista, cujos “métodos estes que minaram a sua unidade e aniquilaram a influência socialista sobre o movimento trabalhista austríaco”. (ABENDROTH, 1977, p. 47).

Na França, o movimento operário teve que se reorganizar após a derrota da Comuna de Paris em 1871, Hobsbawm (2010), superando o banho de sangue provocado pela burguesia vitoriosa. Mas não só, mesmo nos anos posteriores “os principais líderes trabalhistas haviam sido assassinados ou aprisionados, ou tiveram que emigrar.” (ABENDROTH, 1977, p. 48). Apenas no período pós 1879 com a anistia foi possível às lideranças e os trabalhadores reorganizarem o movimento operário francês, com destaque para a Federação do Partido dos Trabalhadores Socialistas.

Duas personalidades importantes do movimento operário, Eduard Bernstein⁸ e Karl Kautsky⁹, influenciaram o movimento operário além das fronteiras alemãs.

Segundo Rosa Luxemburgo¹⁰ (2015) os equívocos de Bernstein podem ser localizados em vários momentos, mas em especial quando este rejeita a destruição do capitalismo se esvaindo para a teoria da adaptação ao capitalismo devido a alterações que o grau de desenvolvimento provocaria. Nesse sentido, Rosa lembra de Conrad Schmidt que detalha as formulações de Bernstein.

⁸ Eduard Bernstein (1850 -1932). Tornou-se amplamente conhecido quando, no fim do século XIX, pretendeu uma revisão dos fundamentos do marxismo (daí o nome de revisionismo dado a essa tendência). O seu revisionismo, que, do ponto de vista eclético e pequeno-burguês, atacava o caráter dialético das doutrinas de Karl Marx, negava suas conclusões revolucionárias da miséria crescente e da derrocada final do regime, revolução violenta, concepção do Estado, etc. Disponível em: www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bernstein-e.htm.

⁹ Karl Johann Kautsky (1854 - 1938). Ficou conhecido no movimento operário internacional, sobretudo alemão, quando teve influência decisiva no Programa de Erfurt do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD). Um dos teóricos mais conhecidos da Segunda Internacional e até 1914 era considerado por muitos socialistas como uma verdadeira autoridade em Marxismo. Disponível em: www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kautsky.htm

¹⁰ Rosa Luxemburgo (1871 - 1919). Foi reconhecida internacionalmente pelo movimento operário pela militância revolucionária à Social-Democracia da Polônia (SDKP), ao Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha (USPD). Influenciou a formação do grupo de tendência marxista do SPD, que se tornou mais tarde o Partido Comunista da Alemanha (KPD). Luxemburgo também destacou-se pela divergência com o revisionismo. Ver: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

[...] “a luta sindical e a luta política pelas reformas trarão um controle social cada vez mais vasto das condições de produção” e, “por meio da legislação, rebaixarão cada vez mais o proprietário capitalista, com a diminuição de seus direitos, ao papel de simples administrador”, até que, finalmente, em um belo dia, “a direção e administração da exploração sejam tiradas das mãos do capitalista, domesticado ao ver a sua propriedade ir perdendo cada vez mais qualquer valor para ele próprio.” (LUXEMBURGO, 2015, p. 43).

Portanto, o caráter da reforma expressa a perspectiva pacífica frente a necessidade de direcionar a luta das massas trabalhadoras para arrancar – lhes a propriedade privada capitalista. Somando o papel destinado aos sindicatos e as reformas sociais, a democratização política do Estado serão “os meios de realização progressiva do socialismo.” (LUXEMBURGO, p. 44).

Do ponto de vista de Luxemburgo (2015) as reformas e a democratização do Estado, ambas propostas por Bernstein, revelam um rebaixamento na compreensão de que o capitalismo tem o controle e define até que ponto as reformas podem ir. Outro ponto é com relação ao Estado, negando seu caráter de classe

Salta aos olhos a mistificação. Precisamente, o Estado atual não é uma “sociedade” no sentido da “classe operária ascendente”, mas o representante da sociedade capitalista, isto é, um Estado de classe. Eis porque a reforma por ele mesmo praticada não é uma aplicação do “controle social”, isto é, do controle da sociedade trabalhando livremente no seu próprio processo de trabalho, mas o controle da organização da classe do capital sobre o processo de produção do capital. É nisso, igualmente, isto é, no interesse do capital que as reformas acham seus limites naturais. (LUXEMBURGO, 2015, p. 48).

O Estado é o representante dos interesses da burguesia, como ele poderia legislar ao contrário dos interesses a classe a quem ele serve, como e onde caberia uma legislação trabalhista que servisse para o “controle social” se não dos capitalistas sobre os trabalhadores. Neste sentido, Luxemburgo (2015, p. 54) “a legislação operária” sendo resultado de interesses da burguesia, mas também da sociedade em geral podem até se constituir numa perspectiva harmônica, “mas essa harmonia não dura senão até certo ponto do desenvolvimento capitalista”. A burguesia, em períodos que a acumulação de riquezas se encontra em escala crescente, pode tolerar e conceder reformas que incidem sobre a melhor qualidade de vida das massas trabalhadoras. Nas condições de crise e recessão, frente as reivindicações dos trabalhadores, a burguesia e seu Estado lhes oferecem mais repressão e exploração.

Segundo Luxemburgo (2015) caso os interesses do Estado colidissem com o modo de produção capitalista se deve a ordem do próprio desenvolvimento

econômico que extrapola fronteiras nacionais sejam pelo acirramento da luta de classes ou por choques internos às burguesias que compõem a classe dominante. Frente a isto, nota-se um Estado cujas funções frente ao papel de defender a propriedade privada capitalista vai explicitar e aprofundar a medida do acirramento da luta de classes, amplia também a repressão sobre as organizações dos trabalhadores.

Mais uma vez, os equívocos de Bernstein são alvo de críticas de Luxemburgo (2015). “A extensão da democracia, em que Bernstein vê igualmente o meio da realização do socialismo por etapas, não contradiz esta transformação da natureza do Estado, mas ao contrário, corresponde-lhe inteiramente.” (LUXEMBURGO, 2015, p. 58). Segundo Luxemburgo (2015) os espaços de democracia burguesa como o parlamento, está predominado pelos interesses da classe dominante. Afirmações como esta diz respeito tanto a forma como ao conteúdo da democracia. [...] “São as instituições democráticas, nessa sociedade, pela forma e pelo conteúdo, simples instrumentos dos interesses da classe dominante” (p. 59).

Para Luxemburgo (2015) na história em que verifica o surgimento da sociedade burguesa, a reforma legal foi necessária ao desenvolvimento e consolidação da burguesia como classe dominante. Assim sendo, há períodos em que a reforma e a revolução podem estar postas as classes trabalhadoras, mas não no sentido deles escolherem o que é melhor ou pior, mas dadas as condições de desenvolvimento das relações de produção capitalistas nas quais se expressam a luta de classes. O que importa diferenciar é que a revolução social tem o objetivo de instaurar uma nova sociedade, já as reformas objetivam alterações superficiais no capitalismo.

Assim, partindo das concepções políticas do revisionismo, a conclusão é a mesma a que se chegou tendo partido de suas teorias econômicas, isto é, que no fundo, não tendem elas à realização da ordem *socialista*, mas unicamente à reforma da ordem *capitalista*, não à supressão do assalariado, mas à diminuição da exploração, em suma, a supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo. (LUXEMBURGO, 2015, p. 102).

A partir destas exposições de Luxemburgo (2015), nota-se divergências entre formulações que incidem em posições políticas no movimento operário internacional, na qual as críticas em oposição ao revisionismo de Bernstein constitui-se na vertente do reformismo, sobretudo durante e a partir da Segunda Internacional. Mas ele não

era o único - pelo contrário – ele foi um expoente e se destacou pela sua influência no movimento operário. Outro destacado dirigente e duramente criticado, agora, não mais por Rosa, mas por Lênin (1980) foi Kautsky, “a maior autoridade da II Internacional” foi também responsável pela deturpação do marxismo.” (LÊNIN, 1980, p.5).

Lênin (1980) atribui a Kautsky o equívoco ao tratar-se da ditadura do proletariado, voltando ao século XVIII com o objetivo de analisar a democracia burguesa com relação ao absolutismo, e dando as costas ao século XX. O que estava posto no século XX é a “questão da relação do Estado proletário com o Estado burguês, da democracia proletária com a democracia burguesa.” (LÊNIN, 1980, p. 7). É precisamente nisto que Kautsky se perde, ao falar em democracia, se refere no plano geral e não da democracia burguesa nas condições do século XX.

À medida que Lênin (1980) vai desenvolvendo suas críticas direcionadas a Kautsky, evidenciou divergências que teve influência no proletariado.

Se Kautsky consagra até dezenas de páginas a “demonstrar” a verdade de que a **democracia burguesa** é progressiva em comparação com a Idade Média e de que **o proletariado deve obrigatoriamente utilizá-la na sua luta contra a burguesia**, isto é precisamente charlatanice de liberal, destinada a enganar os operários. (LÊNIN, 1980, p. 15). [destaque nosso].

O problema se localiza em alimentar esperanças no proletariado, com sua inserção nas instituições do Estado, diluindo o conteúdo da democracia, como se ela fosse “pura”, ou seja, desconsiderando seu caráter de classe. Tão logo no Estado burguês a democracia será restrita, pois capitalismo pela sua própria natureza concentra a riqueza e o poder político nas mãos de poucos. Frente a isso, a democracia representará esta pequena quantidade de pessoas. A exemplo, as eleições são formas democráticas de manifestação da sociedade em geral, que através do voto elege seus representantes no Estado, contudo, isto nada garante que os eleitos governarão para a maioria, para quem os elegeu.

A democracia como forma de organização do Estado, estará vinculada a classe dominante de cada época. Este é o sentido da formulação marxista de que “a república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo,” isso porque no capitalismo, especialmente em sua fase imperialista, a democracia “firmou seu poder de maneira tão sólida, tão segura, que nenhuma mudança, de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar esse poder.”

(LÊNIN, 2007, p. 33). Isto não exclui o fato de a democracia conviver com outras formas de organização do Estado.

Com isso Lênin (2007, p. 34), explicita a democracia como forma de Estado burguês, a qual tem vários “instrumentos” e meios para manter seu domínio, um deles é abordado por Engels, citado por Lênin (2007), “o sufrágio universal de forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia”. Contudo a democracia, enquanto categoria política, também é percebida como forma política do estado transitório após a tomada do poder pelo proletariado. A democracia operária é fundamentalmente diferente da democracia burguesa, embora o referido autor deixe claro o seu limite. A democracia proletária é apenas a forma política da ditadura do proletariado, etapa transitória até a completa extinção das classes e do Estado, por tanto, também da democracia.

De acordo com Lênin (2007), encontram-se algumas análises de Marx e Engels com relação à democracia proletária, enquanto classe dominante, o que contribui para a conformação da ditadura do proletariado. Sob este aspecto,

O proletariado aproveitará a sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível a quantidade das forças produtoras. (LÊNIN, 2007, p. 44).

Assim como Marx e Engels, Lênin (2007) ia além da defesa da democracia, pois o que está abordando é a ditadura do proletariado. Desta forma, o referido dirigente revolucionário classifica o marxismo como sendo “aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado”, ficando explícito que a ditadura proletária vai além da democracia. Vale notar que a ditadura do proletariado significa “um Estado democrático (para os proletários e os não possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador.” (LÊNIN, 2007, p. 55).

O Estado sob o controle da classe operária, agora como classe dominante passa a adotar medidas realmente democráticas. Para expor com exemplos, Lênin (2007) lembra de medidas tomadas pela Comuna de Paris, analisadas por Marx. Algumas delas são: “supressão dos privilégios pecuniários dos funcionários, redução de “todos” os ordenamentos administrativos ao nível do salário operário”. (LÊNIN, 2007, p. 64). Estas medidas expressaram a possibilidade de uma transição de um

Estado democrático burguês para um Estado sob direção do proletariado, cuja democracia justifica-se exatamente pelo fato do proletariado ter em suas mãos a capacidade de dirigir suas organizações, etc, e não se subordinar a organizações que estão sob a direção da burguesia. Precisamente neste sentido que a democracia operária é um elemento que compõe a ditadura do proletariado.

Outro exemplo de medidas democráticas, verifica-se quando Lênin (2007), ressalta uma das análises de Engels sobre a Comuna

Ela submeteu todos os cargos - na administração, na justiça e no ensino - à escolha, dos interessados, por eleições, por sufrágio universal. Depois retribuiu esses serviços, superiores e inferiores, com um salário igual ao que recebem os outros trabalhadores. (ENGELS, apud. LÊNIN, 2007, p. 96).

Mais uma vez a Comuna de Paris é objeto de análise de um evento que apresentou alternativas significativas do ponto de vista da democracia operária. Porém, a democracia tem data de validade, assim como o Estado. Se “o Estado” como afirma Lênin (2007) de acordo com Engels “não é outra coisa senão uma máquina de opressão de uma classe por outra, e isso tanto numa república democrática quanto numa monarquia”, (LÊNIN, 2007, p. 98), cabe ao proletariado ir para além da democracia, enquanto movimento de tomada e destruição do Estado burguês, para instaurar a ditadura do proletariado conformada no Estado operário.

Nota-se que ao longo das análises realizadas por Lênin (2007) a democracia é sempre vista como uma das formas de Estado, como a proposta é clara, tomar o Estado burguês e destruí-lo, assim construir o Estado Operário numa perspectiva de colocá-lo em condições de definhamento, logo, a democracia tem validade, tendo a sua duração enquanto existir Estado. Isto fica explícito quando Lênin (2007) pautado nas análises de Engels, afirma “esquece-se de que a supressão do Estado é igualmente a supressão da democracia e que o definhamento do Estado é o definhamento da democracia.” (LÊNIN, 2007, p. 100). Este processo de destruição e definhamento do Estado terá como consequência à eliminação das classes sociais que são fundadas na propriedade privada dos meios de produção capitalista, eliminação da opressão de uma classe sobre a outra, da exploração do homem pelo próprio homem, etc. Por estes e tantos outros motivos, a democracia, mesmo com conteúdo da classe operária, mais depressa se tornará supérflua e por isso desaparecerá.

Evidentemente, o debate acerca das críticas às reformas e a democracia como meio para o socialismo vão além. O período caracterizado como Stalinismo teve outra importante influência e se destacou pela postulação do socialismo num só país refletindo numa posição pacífica.

1.4 A orientação política do estalinismo para o movimento operário

A discussão acima acerca da democracia e sua relação com o movimento operário centrou-se na emergência do reformismo e a perspectiva marxista na diferenciação entre democracia burguesa e proletária. No desenvolvimento dessa discussão, já no século XX, comparece a política stalinista, como manifestação do abandono da perspectiva revolucionária original e de coexistência pacífica com a ordem burguesa.

Segundo Hobsbawm (2015) a Revolução de Outubro (Revolução Bolchevique), teve como consequência a constituição do “governo dos bolcheviques e dedicada à construção do socialismo mundial” pois havia a compreensão de que o socialismo para triunfar frente ao capitalismo, precisaria que a revolução proletária ocorresse em todos os países ou, ao menos, nos principais estados europeus. Ao primeiro Estado operário cabia apoiar a revolução nos outros países. Ou seja, o caráter internacionalista da revolução proletária defendida pelos bolcheviques que a partir da morte de Lênin em 1924 começou a encontrar problemas com as posições de socialismo num só país.

O fato central da União Soviética era o de que seus novos governantes, o Partido Bolchevique, jamais haviam esperado sobreviver em isolamento, quanto mais tornar-se o núcleo de uma economia autossuficiente (“socialismo num só país”). (HOBSBAWM, 2015, p. 366).

A única política convincente aos olhos dos bolcheviques “era transformar a economia e sua sociedade atrasadas em avançadas o mais breve possível”, mas de forma que seu desenvolvimento pudesse influenciar outros países fazer a revolução. A partir do final da década de 1920, cada vez mais os dirigentes do Estado operário da União Soviética vão se constituindo no “que de fato governava o país era um mato rasteiro de pequenos e grandes burocratas, em média ainda menos escolarizados e qualificados que antes.” (HOBSBAWM, 2015, p. 370).

A direção do Estado operário, sob comando de Stalin, foi oposta à perspectiva do internacionalismo. Como aponta Hobsbawm (2015) o próprio desenvolvimento econômico da União Soviética estava “mais perto de uma operação militar que de um empreendimento econômico (p. 371). A justificativa dessa “operação militar” se explica pelas condições em que se encontrava a URSS frente ao imperialismo, numa polarização entre o “mundo capitalista” e o “mundo comunista”.

Politicamente, o movimento operário em escala mundial seja “como partidos, sindicatos trabalhistas, cooperativas ou uma combinação disso tudo, eram fortemente democráticos tanto na estrutura interna quanto nas aspirações políticas”, Hobsbawm (2015, p. 376), teve influência decisiva da revolução russa. Porém, com o desenvolvimento da política stalinista, a própria “estrutura interna” e as “aspirações políticas” foram sendo influenciadas por uma “enorme e exagerada burocratização” (p. 374).

O sistema político da URSS, depois também transferido para o mundo socialista, rompeu decisivamente com o lado democrático dos movimentos socialistas, embora mantendo com eles um compromisso cada vez mais acadêmico em teoria. (HOBSBAWM, 2015, p. 376).

Segundo Hobsbawm (2015), no início da segunda década do século XX, já se percebia entre a direção do Estado Operário os riscos da burocratização levar ao distanciamento entre as massas trabalhadoras e seus líderes substituindo “o “centralismo democrático” que governava em teoria tornou-se simples centralismo” (p. 377), transformando em centralismo de cunho autoritário a partir da década 1930.

Internacionalmente foi-se desenvolvendo uma política pacifista por parte do stalinismo apontada anteriormente cujo objetivo era defender o socialismo num só país, neste caso, na União Soviética. Para proteger os interesses nacionais da União Soviética da agressão das potências capitalistas, formulou-se a ideia que era possível desenvolver-se o socialismo num país, isoladamente do conjunto do mercado mundial. E, para evitar a agressão, mudou-se a política internacionalista original inspirada no marxismo, negando a União Soviética a sua solidariedade e ajuda ao proletariado dos outros países capitalistas na consecução da revolução proletária.

Foi essa deformação que levou a União Soviética a sabotar durante décadas a revolução proletária na China, a trair a República Espanhola em sua luta contra o

fascismo em 1936, e a dissolver durante a II Guerra Mundial a Internacional Comunista para agradar aos aliados.

E para países atrasados formulou a política de colaboração de classes com supostas burguesias progressistas que estariam destinadas a realizar as revoluções democráticas, pois, devido a suposta existência de restos de feudalismo, não estaria colocada a revolução proletária, mas, revoluções democráticas apenas.

Neste contexto político internacional a partir de meados do século XX, verificou uma estabilidade entre as forças políticas do Oriente e Ocidente, numa perspectiva onde “os dois lados aceitavam tacitamente as zonas de influência um do outro” com “nenhuma mudança revolucionária local surgiu no globo para perturbar esse equilíbrio, com exceção de Cuba.” (HOBBSAWM, 2015, p. 387).

É preciso agora avançar na compreensão da política reformista do estalinismo presente desde as formulações do PCB nos anos 1940-1950 para a revolução brasileira, e verificar a influência que teve nas vanguardas do Serviço Social.

Capítulo 2. A democracia no Brasil

Segundo a análise de Netto (1986), na América Latina não consolidou uma tradição cultural democrática. No caso do Brasil, cuja existência como república é mais recente (1889) o seu nascimento não teve qualquer traço democrático, pois nasceu de um golpe militar e foi comandado por militares. O caráter oligárquico da formação social brasileira fez com que a mesma classe de fazendeiros que influenciavam os rumos durante o império fossem os mesmos que comandaram o período republicano, particularmente durante a Primeira República, a chamada república do café com leite na qual as principais oligarquias se alternavam no comando do governo central.

Nessas condições não poderia mesmo se desenvolver qualquer cultura política democrática e de fato, esta perspectiva não foi formulada pelas classes dominantes brasileiras, a quem as doutrinas liberais puderam servir enquanto favoreciam seus negócios e associações com o capital imperialista, mas tinham pavor de qualquer restrição democrática ao seu domínio patrimonialista.

Na ausência de formulações políticas ou doutrinárias democráticas pela burguesia, coube ao movimento operário a postulação da democracia no Brasil, particularmente à sua vertente estalinista¹¹ que postulava em síntese que o caráter da revolução brasileira se limitaria ao caráter burguês e democrático – reforma agrária, soberania nacional, etc., conformado no governo democrático, popular e progressista.

Foi no âmbito do Partido Comunista Brasileiro - PCB/estalinismo que se elaborou uma concepção de democracia que influenciou não apenas o movimento

¹¹ Estalinismo: sob este termo se denominou no âmbito do movimento operário internacional a deformação burocrática dirigida por Joseph Stalin na União Soviética, após a morte de Lênin. O seu fundamento foi a postulação da teoria do socialismo num só país, no caso, na União Soviética, isoladamente do conjunto dos outros países desenvolvidos da Europa. A finalidade desta deformação era garantir as potências de que a União Soviética não iria intervir nos outros países para promover revoluções proletárias. Como complemento desta deformação, a URSS patrocinou a “interpretação” de que nos países latino-americanos não estaria colocada a revolução proletária devido aos resquícios de feudalismo que ainda deveriam ser superados, no caso, mediante uma revolução democrática liderada por uma burguesia brasileira progressista a quem o partido do proletariado (o PCB) deveria apoiar.

operário das décadas de 1940-50 mas, chegou aos nossos dias. Examinaremos inicialmente estas formulações e seu desenvolvimento posterior.

2.1 **Caráter democrático da revolução no Brasil**

Ao analisar as formulações do PCB¹² no Brasil a partir do final da década de 1940 e entrada da década de 1960, inclusive a partir de seus próprios documentos, examinaremos as formulações do “caráter democrático da revolução brasileira”. Para tanto, abordaremos os aspectos econômicos e políticos que são indissociáveis.

Com a finalidade de organização do texto, será analisado a relação da economia nacional e internacional, logo que um dos pontos centrais das teses da revolução do PCB era o Brasil se desenvolver economicamente se opondo ao imperialismo¹³, ou seja, o “anti-imperialismo”, (CARONE, V.2, 1982, p. 86). Posteriormente analisar a perspectiva pacífica que em síntese postulava a necessidade de disputar eleições, fazer alianças e apoiar outros partidos como alternativa a representar os interesses das massas trabalhadoras via o Estado burguês, a exemplo, no parlamento.

Segundo Caio Prado Jr (2012) a intervenção do capital estrangeiro na economia brasileira vem de longa data. Contudo, interessa assinalar “efetivamente a ação que o capital estrangeiro ocupa na economia brasileira contemporânea uma posição central e um dos elementos fundamentais do seu condicionamento.” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 270). Historicamente o desenvolvimento econômico do

¹² “No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força da esquerda de inspiração marxista (a sigla correspondeu a Partido Comunista do Brasil até 1961 e, daí em diante a Partido Comunista Brasileiro). Dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas anti-imperialistas. Servia de referencial a todas as organizações de esquerda.” (GORENDER, 1987, p. 20).

¹³ Por imperialismo, entende-se a formulação clássica de Lênin, sintetizada em “cinco pontos centrais: 1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particular grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportações de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LÊNIN, 2008, p. 90).

Brasil esteve subordinado numa relação com os países de economia centrais: países europeus e os Estados Unidos da América - EUA.

De acordo com Prado Jr (2012) a penetração do capital financeiro na economia brasileira tem origem nos primeiros empréstimos concedidos pela Inglaterra, posteriormente a Independência, período que formava o novo governo da nação. Naquele momento os empréstimos tinham uma função política, organização estatal e para desenvolver o comércio.

No período que vai de meados do século XIX a início do século XX começam a operar no Brasil os bancos internacionais. Primeiramente os bancos ingleses e junto a eles os franceses, multiplicados para os alemães e numa escala crescente os italianos, holandeses e finalmente já no início do século XX o norte-americano. “O principal negócio dos bancos estrangeiros no Brasil será operar com as disponibilidades do país no exterior e provenientes das exportações.” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 273). Desta forma, os produtos exportados do Brasil eram controlados no exterior por esses bancos. Neste mesmo período vamos ter a penetração do capital estrangeiro via os empreendimentos industriais acerca de construções nas áreas de transporte, serviços urbanos, fornecimento de energia e instalações portuárias o que proporcionará um desenvolvimento que reflete na própria condição de vida dos brasileiros, ainda que a grande parte não fossem contempladas: pequenos camponeses e trabalhadores rurais.

Porém, é a partir da Segunda Guerra Mundial que o imperialismo penetra de forma profunda e explicitará o caráter de subordinação da economia brasileira aos países centrais.

[...] depois da Segunda Guerra que o fato alcança vulto considerável, e o estabelecimento de empresas subsidiárias de grandes trustes internacionais no Brasil se torna a principal via de penetração do imperialismo e de suas operações na economia do nosso país, assumindo papel relevante e de primeiro plano no conjunto da vida econômica brasileira. (PRADO JÚNIOR, 2012, 274).

Por volta de meados do século XX, a produção brasileira de manganês, que se dava no Estado de Minas Gerais, foi inicialmente quase toda controlada pela Companhia Meridional de Mineração, uma filial da United States Steel Corporation. Na mesma época começou a exploração do território do Amapá por haver uma grande concentração de jazidas de manganês. Neste caso, o controle coube a outro

truste imperialista, do setor siderúrgico norte-americano, referimo-nos a Bethlehem Steel Coronos que tem como subsidiária no Brasil a Indústria e Comércio de Minerais S/A.

Esses são apenas aspectos da economia que estão dentro de um plano maior, da economia mundial. Para Prado Jr (2012) o imperialismo “forma um sistema amplo e geral de organização econômica do mundo” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 277), que a partir de alguns poucos países e organizações econômicas mundiais dominam todo o globo. Com isso o desenvolvimento econômico e social do Brasil está fadado ao fracasso pela sua própria dinâmica e vinculação ao mercado mundial, a economia nacional avança ou não conforme as necessidades do imperialismo.

O Brasil não será mais que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional. Tais grupos são este punhado de gigantescos trustes que imperam respectivamente nos diferentes setores da economia contemporânea, e estendem também para o Brasil seus tentáculos absorventes. O que não exclui naturalmente as fricções e choques entre eles; choques que tomam um caráter nacional porque, embora internacionais por essência, apelam nas lutas que têm de sustentar para o poder político de uma ou de outra nação soberana que se põe a seu serviço. Identificam-se assim com nações e nacionalidades; arvoram uma bandeira, mas efetivamente seu caráter é internacional, e esta bandeira não é mais que fachada atrás da qual se abrigam. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 278).

Mesmo num sistema econômico em que existe uma articulação global com suas burguesias seja numa relação subordinada a outra ou não, há entre elas determinados momentos que se chocam em função de seus interesses o que levam a expressá-los acerca do desenvolvimento nacional muitas vezes afirmando (como foi o caso do PCB) a possibilidade do Brasil desenvolver sua indústria nacional se opondo ao imperialismo. De acordo com Prado Jr (2012), levar isto a cabo mais parece com um equívoco ou mesmo como “fachada” para ocultar a posição de subordinação da economia brasileira diante da economia mundial.

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 279).

Na fase imperialista, economias como a nossa e outras do mesmo patamar são marginais e secundárias até que sejam necessárias às grandes potências mundiais. Um elemento central é a exploração da força de trabalho que o Brasil oferece em abundância para ampliar a produção agrícola, industrial, dos bancos e/ou do comércio. Contudo, mesmo sendo imperialistas ou vinculados a ele, existe o fator positivo, já que o Brasil avançou do ponto de vista tecnológico. Mas por outro lado, os resultados destes avanços são estranhos às classes trabalhadores - rurais e urbanas - e até mesmo aos setores da pequena burguesia, pois as riquezas produzidas são escoadas para além das fronteiras nacionais.

De qualquer forma o imperialismo “representou sem dúvida um grande estímulo para a vida econômica do país.” (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 282). O próprio salto tecnológico que é proporcionado ao Brasil se comparado o período antes e depois da Segunda Guerra Mundial em que se materializaram em serviços urbanos, portos modernos e grandes indústrias. É importante ressaltar que esta relação de vinculação econômica do Brasil aos países imperialistas analisados a partir de Prado Jr (2012) se confirma na atualidade considerando o seu traço fundamental: a relação de subordinação dos países de economia colonial e/ou semicolonial ao imperialismo.

A partir das décadas de 1950 e 1960 ocorreram alterações que influenciaram o desenvolvimento industrial do país. O próprio período do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) com a ampliação do capital estrangeiro operando no país, fez avançar a indústria automobilística, em seguida de eletrodomésticos. Este foi um período no qual o Estado em nome do desenvolvimento econômico – também em nome do “progresso” -, do emprego etc, se vinculou ainda mais ao imperialismo.

O Estado, visando favorecer o processo de industrialização, manteve uma política fiscal conservadora, não ampliando suas receitas e recorrendo cada vez com maior frequência ao capital estrangeiro para manter suas inversões em energia, transportes, siderurgia etc. Crescia sua participação na economia, quer diretamente – organizando e girando infraestrutura e grandes empresas destinadas à produção de bens de capital -, quer indiretamente – através do financiamento público dos ramos de longa maturação, especialmente através do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 9).

Embora não se evidenciou nas análises de Prado Jr (2012, p. 281) a intervenção estatal na economia capitalista, estava presente na relação da economia imperialista com os “países de economia colonial ou semicolonial, como o Brasil”.

Por meio da operacionalização dos Bancos, das industriais e/ou comércios estrangeiros que se instalaram aqui.

A relação da economia nacional com a internacional evidenciou a subordinação da primeira a segunda, que torna problemática a formulação do caráter da revolução no Brasil ser anti-imperialista, inclusive com frações da burguesia nacional (“progressista”) compondo a direção do movimento frente as massas trabalhadoras. Portanto, a partir daqui, analisaremos mais o aspecto político do caráter da formulação do PCB refere sua postulação ao conteúdo do governo popular, democrático e progressista.

A [...] revolução agrária e anti-imperialista, que conseguiremos mobilizar as massas a fim de que resistam à reação e lutem pela derrubada do atual governo de traição nacional, pela instauração no país de um **governo popular, democrático e progressista**, único capaz de salvar o país da miséria, do aniquilamento, da perda total de sua soberania (CARONE, V.2, 1982, p. 86). [destaque nosso].

Está embutida nessa tese a justificava da existência do feudalismo no Brasil¹⁴ o que justificaria a revolução democrático-burguesa para eliminar os restos feudais, democratizar as instituições de Estado burguês fomentar um terreno fértil para um dia realizar a revolução proletária. “O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido no capitalismo em nosso país.” (CARONE, 1982, V.2, p. 22 – 23). A ênfase da tese no aspecto da “revolução agrária” era colocada tendo em vista que a população brasileira em meados do século XX era em grande parte de áreas rurais, na verdade, a “revolução agrária” seria uma “etapa”, anterior a outras que posteriormente poderia levar à revolução proletária, num futuro indefinido.

Na prática, era uma política que pretendia conciliar interesses divergentes ao defender um governo que seja “popular, democrático e progressista”. Basicamente consistia em postular a identidade de interesses entre pequenos camponeses e sobretudo do trabalhador rural com os dos latifundiários e, entre os interesses da classe operária e da burguesia “progressista”.

A política de alianças estava presente na prática política do PCB na época de legalidade como em períodos de sua ilegalidade. “O P.C.B. luta pela sua legalização

¹⁴ Ver, PRADO JÚNIOR. **A revolução brasileira**. São Paulo; Companhia das letras, 2014.

e acredita na viabilidade da fase democrática-burguesa, período em que também o movimento operário se beneficiaria largamente com as reformas que seriam impostas ao país.” (CARONE, V. 2, 1982, p. 9).

Acreditava-se que com a revolução democrática-burguesa se constituiria uma unidade nacional com o objetivo de fazer oposição ao imperialismo, sobretudo ao norte-americano e desenvolver a indústria nacional. Pois “num país industrialmente atrasado” o sofrimento da classe operária é muito menos por conta da “exploração capitalista” e muito mais pelo parco “desenvolvimento do capitalismo” em nosso país. Nesse sentido, isto encaminharia para a ampliação de empregos e melhores condições de vida para as classes trabalhadoras como os serviços públicos de saúde e educação.

Segundo Carone (1982) utilizando os documentos do PCB, mostra que em nome do governo democrático, popular e progressista, propõe a unidade entre os mais variados setores dos trabalhadores e da burguesia (tendo em vista setores da burguesia que expressava uma perspectiva progressista e nacionalista). Caracterizando uma política conciliadora cuja união em nome de interesses da nação contemplará setores que vai dos operários aos industriais, dos intelectuais pobres aos comerciantes, dos camponeses aos oficiais das forças armadas, etc. Com isso constituir uma ampla frente de ação anti-imperialista cujo programa terá algumas teses. Destacamos uma delas.

Por um **governo democrático e popular** – Substituição da atual ditadura feudal-burguesa serviçal do imperialismo por um governo revolucionário, emanção direta do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais, de todos os setores da população do país que participem efetivamente da luta revolucionária pela libertação nacional do jugo imperialista, sob a **direção do proletariado**. (CARONE, V. 2, 1982, p. 109).

Há que destacar que “direção do proletariado” significa aqui direção do PCB. Mas direção para que política? Para a aliança do proletariado e dos setores da população com a burguesia nacional, ou seja, a colaboração de classes.

Com o desenvolvimento da prática política do PCB em períodos de sua legalidade e ilegalidade na década de 1950, o conteúdo da formulação da revolução brasileira implica numa orientação política cuja direção seja pacífica, (CARONE, 1982, p. 191 – 192), “por formas e meios pacíficos, a revolução anti-imperialista e antifeudal” é a melhor opção tendo em vista as condições da sociedade brasileira,

ou para ser preciso com a linha política do PCB, “este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação”. É possível verificar um alinhamento político na defesa da revolução, que na verdade, é um rebaixamento e negação do caráter e necessidade da violência organizada numa revolução proletária.

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacional e democrática em nosso país. [...] O aperfeiçoamento da legalidade, através de **reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extraparlamentar.** (CARONE, V. 2, 1982, p. 192). [destaque nosso].

Esta linha de argumentação que defende “o caminho pacífico da revolução brasileira” como alternativas reformas democratizantes realizadas pela burguesia e reconhecendo o parlamento como um espaço de lutas e de conquista de reivindicações das classes trabalhadoras também se encontra décadas depois, nas análises, dentre outros, nos materiais de Coutinho como analisaremos adiante.

No núcleo deste “caminho pacífico” está a defesa das reformas. Segundo Carone (1982), à medida que, por um lado, a política do PCB orienta as massas a se organizar nos partidos, sindicatos, movimentos populares, etc., por outro lado, orienta o caminho da disputa parlamentar para defender as reformas, mesmo sendo gradual, mas contínua para atingir um caráter radical com desdobramentos que possam oferecer transformações na lógica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação. (CARONE, 1982, p. 192). [destaque nosso].

O meio para o “povo” brasileiro resolver seus problemas se coloca no plano eleitoral, ou seja, “o povo brasileiro necessita conquistar um governo nacionalista e democrático” via o voto para representar no Estado seus interesses. Segundo Carone (1982) o PCB entende a pressão popular como necessária, pois fortalece os parlamentares que defendem os interesses do “povo”, para além, “será sempre necessário o amplo desenvolvimento da luta de classes do proletariado, dos

camponeses e das camadas médias urbanas em defesa de seus interesses específicos e dos interesses gerais da nação.” (CARONE, V.2, 1982, p. 193).

De acordo com Carone (1982), o PCB não abandona por completo a possibilidade diante “dos inimigos do povo brasileiro” empregar repressão em nome dos interesses imperialistas, com isso tendo a necessidade “uma solução não pacífica”, não diz qual exatamente. Frente a isto “os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, às forças anti-imperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira.” (CARONE, V.2, 1982, p. 193). Como via pacífica afirma a necessidade em defender os pleitos eleitorais como a alternativa correta para concretizar a “revolução brasileira” numa perspectiva pacífica, precisamente, é eleger candidatos e disputar os espaços do Estado burguês (parlamento). “As eleições constituem, portanto, um acontecimento de excepcional importância em nossa vida política.” (CARONE, V. 2, 1982, p. 193).

Cabe ressaltar que na opção pelo “caminho pacífico para a revolução brasileira”, traduzida na valorização do caminho eleitoral, está embutida a defesa da democracia burguesa como horizonte estratégico. Nos últimos parágrafos isto ficou evidente quando expressa o pacífica, não apenas como uma das alternativas, mas como caminho para a realização da revolução brasileira. É nesse sentido, que Coutinho (1979; 2008) dentre outros autores defendem a “democracia como meio único para o socialismo no Brasil”. É igualmente com esse conteúdo que trataremos nos itens posteriores, não só do ponto de vista da formulação, mas da orientação política e econômica adotada pelo governo democrático e popular nos anos 2000.

2.2 A transição democrática

Ao analisar a perspectiva democrática, é preciso olhar para o contexto político pelo qual passava o Brasil, uma ditadura militar (1964 – 1985). Nesse sentido, a defesa da democratização era colocada por setores da classe operária, populares e, inclusive, por parte dos próprios militares e da burguesia nacional e internacional. Nessa relação a qual explicitavam por um lado, uma junção de setores da sociedade

em prol da democratização, por outro, houveram conflitos entre eles evidenciados (não só) pela reforma partidária¹⁵.

Segundo Netto (2014), o que se seguia a partir de final da década de 1970 era um movimento promovido pelos próprios dirigentes militares da ditadura impondo várias leis para avançar na abertura democrática, mas, dividir para enfraquecer, a frente democrática.

A frente tinha em sua composição setores heterogêneos da sociedade, contudo, não houve pelo menos até a entrada dos anos 1980, rupturas bruscas. Ocorreram manifestações da ditadura acerca de “dividir a frente democrática fracionando o MDB (e, em seguida o PMDB) e fomentando a tensão entre seus componentes heterogêneos mostrava-se uma estratégia eficiente, e o regime apostou nela.” (NETTO, 2014, p. 222).

Para Netto (2014) as eleições que ocorrem a partir de início da década de 1980 provocou a divisão que se torna concreta a medida que alguns partidos vão mudando ou se alinhando a outros e o surgimento de novas legendas, mas também com a formação de outros partidos. A Aliança Renovadora Nacional – ARENA manteve – se unida no Partido Democrático Social – PDS, parte majoritária do MDB manteve no Partido do Movimento Democrático Brasileiro – a inclusão da letra P foi uma exigência da ditadura – contudo membros tanto da ARENA como do MDB alinharam-se ao Partido Progressista – PP tendo a sua frente Tancredo Neves, Leonel Brizola esteve no comando do Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB de Ivete Vargas e por último, não por isso menos importante, muito pelo contrário, surge o Partido dos trabalhadores – PT tendo como sua principal liderança Luiz Inácio Lula da Silva.

¹⁵ O Congresso Nacional aprova no dia vinte de dezembro de 1979 a Lei 6.767, que declara extintos Aliança Renovadora Nacional – ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, os dois partidos criados pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 1965. A Lei Orgânica dos Partidos institui novas regras para a criação de legendas, formadas pela adesão de pelo menos 10% dos parlamentares federais no exercício do mandato ou pela criação de diretórios em pelo menos nove Estados. A fundação de partidos comunistas continua vetada pela Lei de Segurança Nacional. O objetivo da ditadura com a chamada “reforma partidária” era dividir o MDB antes das eleições para a Câmara e o Senado em novembro de 1982. O partido da oposição já detinha 45% das cadeiras na Câmara dos Deputados e começava a receber dissidentes da ARENA – o mais destacado deles era o senador alagoano Teotônio Vilela, que havia se filiado ao MDB em maio e percorria o país pregando a redemocratização. O mentor da “abertura”, general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil, esperava que parte da oposição acompanhasse Leonel Brizola na refundação do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e parte fosse atraída para uma legenda “de centro”, com políticos egressos da ARENA.

Em menor ou maior grau, estes partidos estavam na frente democrática, em que pese às suas divergências, havia uma “unidade” no sentido de se manter a frente. Contudo, o racha se efetivou quando a ditadura lhes ofereceu condições de disputar as instituições representativas do Estado burguês via as eleições.

O Partido Comunista Brasileiro - PCB fundado em 1922 e o Partido Comunista do Brasil – PCdoB formando-se da cisão do PCB em 1962, também participavam da frente democrática, mas teve sua legalização apenas a partir de 1985. No caso do PCB desde pelo menos a década de 1950 ao definir o caminho pacífico para a revolução brasileira já defendia a necessidade de disputar as eleições. Tanto é que “em 1955 resolveu apoiar” a “candidatura presidencial de Juscelino. O que veio a ser significativo para a vitória do líder pessebista por pequena margem de votos.” (GORENDER, 1987, p.23).

Estes apontamentos de ordem política são para sinalizar que houve o esforço da ditadura militar para desintegrar a frente democrática ao mesmo tempo que promovia a abertura democrática. A reforma partidária que iniciou com a Lei 6.767 em 1979, teve posteriormente outros dispositivos legais que permitiram a formação de novos partidos políticos para disputar as eleições. Esta conjuntura foi propiciando processos políticos que são caracterizados por Netto (2014) como abertura democrática e por Reis (2014) como transição democrática, para os fins desta pesquisa, são equivalentes. Este movimento da política brasileira ocorria num contexto de crises econômicas.

De acordo com Mendonça e Fontes (1988, p. 52). “A conjuntura pós – 1974 inaugurou-se sob o signo da busca: de uma nova forma de dominação e de novas alternativas para a economia”. A “crise do petróleo” passou a ocupar um lugar que ultrapassava os meios de comunicação oficiais e da própria imprensa. Embora o país a partir do final da década de 1960 e na entrada da década seguinte estivesse vivendo, economicamente, o período denominado como “milagre econômico”.

A tônica do processo de expansão da economia brasileira entre 1968 – 1974 foi dada, como sabemos, por dois suportes – a abundância de recursos no mercado financeiro internacional e o favorecimento da empresa multinacional na estrutura industrial do país. Pelo vulto e magnitude de sua estrutura técnica e de capital, ela propiciou um implemento tal na escala da acumulação que chegou a representar um salto qualitativo na dinâmica do nosso capitalismo. (MENDONÇA; FONTES, 1988, p. 53 – 53).

Com a intensificação de instalação de multinacionais na estrutura da economia brasileira e considerando que além das fronteiras nacionais, o capitalismo em sua fase imperialista havia caminhado a passos largos, inclusive com a exploração da força de trabalho e retiradas de riquezas naturais de colônias e semicolônias, a exemplo do Brasil, Prado Jr. (2012). Segundo Mendonça e Fontes (1988), o patrimônio líquido total das maiores empresas da indústria brasileira, cerca de 30% é contemplado pelo capital estrangeiro. Desta forma registra uma queda do capital local, seja com relação ao tamanho da empresa, seja sob o aspecto da participação na vida econômica do país em detrimento das empresas estatais e multinacionais.

O Estado, que durante a década de 1970 se fortaleceu com uma intervenção estratégica no processo produtivo com o domínio financeiro, explicita seu caráter de classe na medida que oferece suportes ao desenvolvimento do capital estrangeiro. No contexto de desenvolvimento capitalista no Brasil, por capital estrangeiro, entende-se as multinacionais que estão instaladas em território nacional, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro que são expressões do imperialismo operacionalizado com suportes ou até mesmo vantagens oferecidas pelo Estado.

O Estado, que fortalecera sua capacidade de controle dos fluxos de investimento – através do domínio do sistema financeiro e de sua posição estratégica no processo de produção – tinha-se disposto, até então, a cobrir os riscos dos grandes investidores. (MENDONÇA; FONTES, 1988, p. 54).

Um aspecto central é intervenção do Estado para o desenvolvimento da economia brasileira subordinada ao imperialismo e até certo ponto grande burguesia nacional foi amplamente beneficiado pela ação estatal. Tanto que segundo Mendonça e Fontes (1988, p. 54) um dos motivos da crise econômica dos anos que se arrastaram a partir da década de 1970 “foi uma crise de endividamento e uma crise de fim do fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento”. Endividamento que ocorreu pelo fato da intervenção estatal subsidiar o desenvolvimento capitalista no Brasil. Sob a perspectiva de Prado Jr (2012) não é um mero subsídio e muito menos fato recente, data pelo menos a partir de meados do século XIX quando se instalam no Brasil os bancos estrangeiros, oriundos dos países de economias centrais, como a Inglaterra, França, e no início do século XX os bancos norte-americanos.

Na mediação dessa articulação triangular entre exterior-multinacionais-exterior, estava o Estado, principal tomador de empréstimos do país. Com eles, financiava a importação de equipamentos das empresas produtivas estatais e repassava créditos ao setor privado – através de agências como o BNDE, por exemplo – as taxas de juros negativas. O Estado constituía-se no agenciador da lucratividade das empresas oligopolistas. (MENDONÇA; FONTES, 1988, p. 54 – 55).

O processamento da crise que se gestava a nível nacional com o endividamento do Estado e sua reduzida capacidade de intervenção para fazer avançar a industrialização se vinculava a “conjuntura recessiva internacional é uma dimensão fundamental para o entendimento da crise brasileira.” (MENDONÇA; FONTES, 1988, p. 55). Mas lançou-se a “solução” para a crise, a exemplo de outras intervenções do Estado na economia capitalista e a relação entre economia nacional internacional evidencia-se novamente a qual interesse o Estado serve. Nesse sentido, a “solução” acaba sendo a ampliação das dívidas externa e interna e a aceleração do processo inflacionário. “No Brasil, entre 1974 – 76, os primeiros passos desta ciranda foram dados.” (MENDONÇA; FONTES, 1988, p. 56 – 57).

Com isso, segundo José Paulo Netto (2014), os “passos” posteriores podem ser verificados com o volume da dívida externa que aumentou em proporções absurdas sob o governo de “Figueiredo e a direção econômica de Delfim Netto -, a dívida externa brasileira saltou de 49,9 bilhões de dólares (1979) para 91 bilhões de dólares (dezembro de 1984).” Neste mesmo período é registrado “a renda per capita reduziu-se em 25%”, o que implicou no aumento dos “brasileiros extremamente pobres saltaram de 17,25 milhões em 1979 para 23,70 milhões em 1985.” (NETTO, 2014, p. 214).

Este processo de crises econômicas propiciou um quadro político que empurrou a luta entre a burguesia e o proletariado e setores populares, mas também frações burguesas que se encontram ou eram representadas por dirigentes da ditadura, ou seja, acerca da defesa da democratização, havia segmentos oriundos de classes ou frações das classes fundamentais: burguesia e proletariado.

Paralelamente, a partir do final da década de 1970 iniciou uma discussão que se definia pela defesa da democracia como meio único para a realização do socialismo no Brasil. Isto não estava divorciado da reabertura democrática, pelo contrário estava implicada nela.

2.3 A democracia como meio para o socialismo no Brasil

A concepção de democracia no Brasil expressa sob perspectivas opostas, mesmo quando analisada a partir de autores que se colocam na mesma corrente de pensamento, o marxismo. Segundo Carlos Nelson Coutinho¹⁶ (1979, p. 34) “a luta pela conquista de um regime de liberdades políticos-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção que, malgrado a fase de transição que se esboça, ainda domina em nosso País.”

Numa inicial observação, notemos que a democracia é o meio para possibilitar a transição da ditadura militar, pela qual passava o Brasil (1964 a 1985), para um regime de garantias de “liberdades políticos-formais” onde se desenvolveria ao limite a democracia sob prisma liberal, para posteriormente ir cedendo espaço a democracia de massas forjando o caminho para o socialismo. Esta afirmação é confrontada quando comparada a de outro autor.

(...) a contradição entre a igualdade político-formal, consagração da Constituição, e as “restrições e artifícios reais” próprio de todas as sociedades de classe (...) A contradição, próprias as democracias burguesas, entre a igualdade político-formal e a desigualdade econômico-material é insuficiente para revelar ao proletariado a existência de um processo (capitalista) de exploração do trabalho. (SAES, 1994, 171).

A divergência acerca da concepção de democracia se verifica por um lado, o primeiro considera a democracia o caminho para a conquista das liberdades políticos-formais, já para o segundo autor, a democracia burguesa é funcional às formalidades das relações políticas a serem cumpridas pelas classes trabalhadoras, mas com o interesse de ocultar o processo de produção e reprodução do capital, pois é nele que encontra-se a exploração da força de trabalho, conseqüentemente é nas relações capital e trabalho que se concentram as desigualdades econômicas, sociais e políticas.

Na perspectiva de Coutinho (1979) as dimensões da democracia, seguem por variáveis processos, instrumentos, diferentes de acordo com a realidade dos

¹⁶ Carlos Nelson Coutinho (1943 - 2012). Professor da escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por décadas, autor de livros e artigos influentes na discussão sobre a democracia como o único caminho para o socialismo no Brasil, cuja influência perpassa por setores da academia, da política partidária e de movimentos sociais. Teve papel destacado na divulgação das obras de Lukács e Gramsci no Brasil. Foi militante do Partido Comunista Brasileiro - PCB, do Partido dos Trabalhadores - PT e do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.

continentes e seus países. Por outro lado, Coutinho (1979), defende a democracia cujas tarefas são o caminho da realização do socialismo no Brasil.

(...) essas tarefas não podem ser identificadas com a luta direta pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo em nosso País. (COUTINHO, 1979, p. 35).

De acordo com o referido autor, a história do Brasil mostra a ausência da constituição de uma sociedade democrática. Antes de 1930, as decisões tomadas para impor seus líderes políticos eram decididas por um pequeno grupo. Posteriormente à década de 1930, a situação política do Brasil, no sentido de eleger/impor seus líderes não se alterou fundamentalmente. As oligarquias agrárias vão perdendo espaço e força política para a burguesia industrial nacional e internacional, que passaram a orientar e determinar o desenvolvimento industrial que o Brasil deveria seguir.

Segundo Coutinho (1979), pela ausência da constituição de uma sociedade brasileira democrática, faz necessário

que o processo de renovação democrática assuma como tarefa prioritária de hoje a construção e consolidação de determinadas formas de relacionamento social que num primeiro momento, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal. (COUTINHO, 1979, p. 42).

Numa espécie de atualização do texto de 1979, Coutinho (2008) permanece afirmando a democracia como valor universal, ou seja, sem democracia não haverá socialismo, ao citar uma das expressões do documento do Partido Comunista Italiano - PCI, “a democracia não é um caminho para o socialismo, mas sim o caminho do socialismo.” (COUTINHO, 2008, p. 20). Há um elemento novo, ao referir-se à democracia o destaque é para o processo de democratização, isto porque Coutinho (2008) entende que ao tratar-se de democracia a ênfase era dada ao Estado, ao introduzir a discussão da democratização, o foco passa a ser os processos políticos que ocorreram e ocorrem para atingir determinados fins, neste caso, o socialismo.

A consolidação de um regime democrático aparece como um pressuposto que deverá ser repostado – conservando e ao mesmo tempo aprofundando – em cada etapa da luta pela completa realização dos objetivos finais das correntes socialistas. (COUTINHO, 1979, p. 43).

De forma geral, segundo Coutinho (2008), o sentido da renovação democrática cerca o processo de democratização e ampliação dos espaços de participação popular. Portanto é preciso criar meios que consistam em superar uma questão central do capitalismo no Brasil atualmente, ou seja, “superar a contradição existente entre, por um lado, a socialização da participação política, e, por outro, a apropriação não social dos mecanismos de governo da sociedade.” (COUTINHO, 2008, p. 29).

A luta pela renovação democrática (...) implica em conceber a unidade como valor estratégico (...) a democracias de massas – enquanto democracia real (...) a tarefa da renovação democrática implica a crescente socialização da política (...) “elevar a nível superior” a democracia. (COUTINHO, 1979, p.45). [destaque nosso]

Há uma árdua dedicação de Coutinho (2008) para constatar que na sociedade brasileira existe um contingente significativo de excluídos dos meios e das formas de participação política em processos de lutas sociais, cujo foco está nas conquistas concretas da população carente economicamente e ausentes de inserção nos processos democráticos. Por isso, existem, de acordo com ele, alguns instrumentos que devem ser apropriados pelas classes trabalhadoras, para unificar seus interesses, o que representa um desafio, não só para ela, mas posto para os partidos políticos de esquerda e sindicatos.

Nesse sentido, afirma Netto (1990, p. 80), “somente uma nova prática política do movimento socialista revolucionário poderá persuadi-los de que a democracia e transição socialista são indissociáveis”. Que num contexto de democracia burguesa seja mais propício para a prática política revolucionária do que numa ditadura militar como ocorreu no Brasil entre 1964 a 1985 é evidente. Contudo isto não elimina o caráter autoritário dessa democracia que se expressa com mais ou menos violência dependendo do grau da luta de classes.

Entende-se, numa perspectiva de Coutinho (2008), que esses partidos devem ter em seus programas, objetivos e metas que vislumbram atender questões de ordem imediata dos trabalhadores como é o caso de questões relacionadas à saúde e educação pública, mas com foco na tomada do poder político para trabalhar na perspectiva que Coutinho (2008, p. 155), definiu como “reformismo

revolucionário”. Este reformismo significa reformas de curto e longo prazos. Da mesma forma, são reformas que contemplam aos poucos a conformação de uma nova sociedade, a socialista. Esta é uma linha de argumentação que tem respaldo em outras análises acerca da renovação da prática política com a finalidade e vinculação entre democracia e socialismo.

*Um reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário. Nas sociedades onde o Estado se “ampliou”, como é o caso do Brasil, **esse reformismo radical é o novo nome da revolução.** (COUTINHO, 2008, p. 48). [destaque nosso].*

O “reformismo revolucionário” já vinha sendo formulado por Coutinho (2008) desde pelo menos início da década 1990. No qual atribui o papel central das reformas num caráter gradativo e contínuo para o desenvolvimento de uma política que fosse até as massas e nelas penetrassem não como umas das alternativas possíveis de lutas, mas sob a definição de que as reformas assumem o caminho da revolução brasileira.

[...] a complexidade das sociedades modernas, entre as quais se inclui a brasileira, impõe uma concepção “processual” de revolução: a “mudança política radical” pode e deve ser obtida através de um conjunto sistemático de reformas de estrutura, numa estratégia que poderia ser definida como “reformismo revolucionário”. **As reformas são hoje o caminho da revolução, e não uma das formas alternativas de luta.** (COUTINHO, 1992, p. 17). [destaque nosso].

A perspectiva revolucionária aqui, esta subordinada aos processos políticos que se caracterizam por reformas que partem das disputas no interior do Estado burguês “já que esses agora permeáveis à ação das forças em conflito.” Aqui se trata do período posterior a meados da década de 1980 na qual entrou em processo de redemocratização que alimentou a perspectiva reformista com o “avanço da democratização política é, ao mesmo tempo, condição e resultado de um processo de transformações também nas esferas econômica e social.” (COUTINHO, 2008, p. 40). O núcleo dessa perspectiva é a democracia política posta não apenas no plano tático, mas no plano estratégico. Ou seja, com o passar das décadas nas quais foram escritos os textos de Coutinho, cada vez mais explicitará um alinhamento em suas análises quanto a democracia como objetivo fim e as reformas como objetivo meio, no sentido de avançar e superar os marcos dos limites da propriedade privada dos meios de produção capitalista.

Esta linha de argumentação encontra contraposições de Moraes (2013), numa crítica a Coutinho (1979),

ela (a democracia) ocupa o lugar da análise concreta e, em vez de marxismo, oferece um socialismo ético (mais igualdade, mais cidadania, mais “justiça social”, mais participação, menos excluídos, menos repressão policial), cuja expressão doutrinária é o “valor universal” da democracia. (MORAES, 2013, p. 28).

Segundo Moraes (2013, p. 23), “sobre as bases das relações capitalistas de produção, a democracia será sempre a forma política da dominação de classe burguesa”, isto nos autoriza afirmar que a democracia, embora possa ser necessária ao proletariado e demais oprimidos em determinados momentos, por outro lado é limitada. “Produto da história, a democracia é, entretanto, a realidade mais ampla – sempre histórica - das formas institucionais em que se exprime” (Moraes, 2013, p. 26). De outra forma, podemos afirmar que a realização da democracia está vinculada às instituições estatais e, uma vez estas existindo no Estado burguês, logo a democracia terá um conteúdo burguês, ou seja, assegurar a propriedade privada capitalista.

Segundo Coutinho (2008), no que se refere as instituições de Estado, o “reformismo revolucionário” levará as lutas para o interior do parlamento, sob a perspectiva de se “obter, ainda no interior da economia capitalista e sob a dominação do Estado burguês, o reconhecimento e a satisfação de expressivas demandas das classes subalternas.” (COUTINHO, 2008, p. 43). Esta afirmação tem como ponto de partida a ampliação do Estado brasileiro cujo marco foi a redemocratização a qual consagrou uma Constituição Federal - CF em 1988 que por um lado “garantiu” direitos como serviços de saúde e educação pública a população, por outro lado, manteve o fundamento ao garantir a propriedade privada capitalista.

Nas análises dos textos de Coutinho percebe-se uma linha de continuidade com relação aos textos dos anos 1990 e 2000 quando comparado sua defesa da democracia ser o caminho do socialismo no artigo de 1979. “O generoso leitor que se recordar do velho ensaio e o comparar com os novos verá que, em sua substância, esses últimos conservam a orientação proposta naquele” (COUTINHO, 2008 p.15). Isso não exclui alterações nos textos ao longo das décadas que os separam, a ênfase é para a tese central, “sem democracia não há socialismo”. Até porque em 1979 vivenciava uma conjuntura de transição para a redemocratização,

já a partir dos anos 2000 inicia um período no qual o autor depositou suas esperanças no avanço da democracia para o desenvolvimento das instituições de Estado burguês para a participação popular, posteriormente e de forma gradativamente chegar ao socialismo.

Com relação ao partido político como dirigente do movimento social em prol dos interesses da classe operária e oprimidos, Coutinho (2008) numa crítica aos partidos “comunistas” e “socialdemocratas” expõe sua perspectiva acerca dos desafios e do próprio programa de um partido inovador, afirmando o “reformismo revolucionário” com um conteúdo no qual “a democracia é o único caminho para o socialismo”.

O grande desafio de um moderno partido de esquerda continua a ser sua capacidade de reconstruir um projeto socialista radicalmente democrático. [...] um tal partido de esquerda, efetivamente pós “comunista” e pós-social-democrata, deveria concluir que **a estratégia de hoje mais adequada à luta pelo socialismo é o reformismo revolucionário. E não se deve esquecer que, para o reformismo revolucionário, a democracia não é um caminho para o socialismo, nem muito menos uma alternativa ao socialismo, mas sim o caminho do socialismo.** (COUTINHO, 2008, p. 89). [destaque nosso].

Segundo Coutinho (2008) o próprio desenvolvimento da política no Brasil impõe a necessidade de redefinir uma política para um partido de novo caráter, negando os partidos clássicos em nome da atualidade que se coloca na realidade brasileira, também pelo fato da história recente ter demonstrado ao autor seu equívoco quanto ao Partido dos Trabalhadores ser o portador de um conteúdo democrático e popular que levasse ao socialismo.

A chegada do PT ao poder ao governo federal – que tornou explícito seu **abandono do socialismo** e sua adesão às práticas mais perversa da política tradicional brasileira – dissipou de uma vez esta **minha ilusão** (COUTINHO, 2008, p. 12). [destaque nosso]

O que evidenciará não é o “abandono do socialismo” pelo PT, mas o contrário, explicado a partir do próprio reconhecimento da ilusão de Coutinho (2008) quanto ao PT. Salvo alguns setores (cuja parte da vanguarda defendia o socialismo) desse partido, o seu núcleo dirigente, sobretudo o vinculado a Lula não se colocava como defensores do socialismo. A essa altura Coutinho (2008) já vinha tecendo críticas às posições do PT, tanto que em 2002 deixará o partido. Mas permanece afirmando a necessidade do partido político como um dos dirigentes das classes

trabalhadoras rumo ao socialismo, com uma plataforma política que esteja sustentada no “reformismo revolucionário”.

Segundo as formulações de Coutinho (2008) em especial quanto à sua defesa do “reformismo revolucionário”, é possível perceber sua crítica ao PT quando este assume o governo federal e implementa uma política de “adesão às práticas mais perversa da política tradicional brasileira” (p.12), ou seja, uma política que serve predominantemente aos interesses da burguesia. Pode-se observar também nas formulações de Coutinho (2008), uma vinculação à perspectiva pacífica formulada pelo estalinismo, que entra no Brasil via PCB, com a tese do caminho pacífico para a revolução brasileira, com reformas graduais e por dentro do Estado burguês, justificando a necessidade de disputar as eleições.

2.4 A formação do PT

Dada a perspectiva geral da formação do PT, Segundo Secco (2015), houve “três fontes: a igreja progressista, os remanescentes dos grupos da luta armada e o novo sindicalismo”. Neste sentido, a constituição do PT foi formatado e teve seus desdobramentos a partir destas três fontes, que vão se relacionando ao longo do final da década de 1970 e 1980 e se tornam a base social de formação do partido.

De acordo Secco (2015), como os segmentos que formaram a base social do PT eram heterogêneos, tornaram-se comuns as divergências no interior do partido. A exemplo, a Igreja Católica que influenciou os movimentos populares, se opôs, em determinadas regiões, a outros setores do novo sindicalismo e os próprios remanescentes dos grupos da luta armada que vinham de diversas correntes políticas, - que defendiam uma perspectiva “socialista” - inclusive aqueles segmentos que saíram do PCB ao não concordarem com a tese que defendia a via pacífica para a revolução brasileira¹⁷, aderindo a grupos que entraram na luta armada.

A referência ao PCB nos parece importante, pois se o PT constituiu-se como um partido de grande influência política nos anos 1980 e posteriormente no contexto de redemocratização, cuja defesa estratégica era a conquista do governo

¹⁷ Ver, item 2.1 Caráter democrático da revolução no Brasil

democrático e popular, faz recordar a defesa do governo democrático, popular e progressista do PCB já feita décadas anteriores. Isto não autoriza afirmar que o PT encarnou a estratégia do PCB, mas pode ser indicativo de uma relação política partidária da história do Brasil que não se encerrou nos anos 1980. Logo, conforme análise de Secco (2015), o PCB se aproximou de se tornar um partido de massas em meados da década de 1940.

As novas pesquisas historiográficas já permitem reconhecer que o PCB se não foi, esteve muito perto de ser um verdadeiro partido de massas num de seus curtos períodos de legalidade (1945 – 1947). Em 1945 o partido tinha mais de cinquenta mil militantes e elegeu catorze deputados, um senador e muitos vereadores pelo país, fazendo mesmo a maior bancada do Distrito Federal. (SECCO, 2015, p. 31 – 32).

A partir desta constatação, é importante analisar as reivindicações de luta que a partir da década de 1980 passaram a ser feitas pelo Partido dos Trabalhadores, das quais havia a orientação política que apoiava a luta dos trabalhadores rurais pela terra, aos trabalhadores urbanos pela ampliação de seus direitos trabalhistas com a finalidade de melhorar suas condições de trabalho, aos setores populares como os estudantes na luta pelo acesso ao ensino superior, ao movimento de luta por melhores condições de moradia.

Com isso, para Chacon (1985), a democracia é uma necessidade colocada na pauta do dia na luta política protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores, “a qual ou os trabalhadores a constrói pelas suas próprias mãos ou não virá.” (CHACON, 1985, p. 693). Porém essa afirmação exige uma pergunta. Qual democracia o PT protagonizou nas décadas de 1980 e 1990 e qual perspectiva de democratização irá adotar e desenvolver ao assumir o governo federal em 2003?

Para Chacon (1985) o partido analisado surge da necessidade de um contexto político e econômico de lutas contra a ditadura militar (1964 – 1985) e em favor dos direitos dos trabalhadores que eram uma exigência dos movimentos sociais populares à época. Nota-se, a reorganização do movimento sindical na luta por melhores salários e condições de trabalho. Com relação aos movimentos populares, as reivindicações pautavam as melhorias referentes à moradia, saneamento básico, asfalto, dentre outros.

Os trabalhadores do campo também estavam se articulando o qual formou um dos movimentos sociais mais importantes no Brasil, o Movimento dos

Trabalhadores Sem-Terra – MST. Nesse contexto, houve a necessidade de um partido político com a capacidade de dar direção e contemplar as lutas sociais desses movimentos – não uma direção revolucionária - assim surge o Partido dos Trabalhadores como partido de massas.

Para Chacon (1985), a referida organização vai orientar a luta dos trabalhadores no seio da esquerda contra os mecanismos ditatoriais, rumo a conquista de liberdades civis em prol dos direitos dos cidadãos com centralidade na conquista da redemocratização do Estado e da sociedade em todos os seus níveis. É importante destacar algumas ideias e propostas do plano de ação do PT, segundo Chacon (1985), posteriormente analisá-las a luz da prática política do PT a partir do momento que assumiu o executivo federal.

O PT “é diferente porque é democrático”, pois defende a luta dos trabalhadores urbanos e rurais e por “uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.” (CHACON, 1985, p. 695). No plano de ação nota-se dois importantes e centrais movimentos sociais: o MST e o Movimento Sindical, tal importância expressaram na criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT. Era pauta de luta a defesa da reforma agrária, melhores condições e salários dos trabalhadores urbanos e contra a privatização, quando a política neoliberal estava sendo implementada no Chile desde a década de 1970. A orientação econômica do governo Lula será objeto de análise adiante. Agora, concentramo-nos no aspecto democrático.

Segundo Florestan Fernandes (1991) “a organização e direção dos trabalhadores, via democracia, é conquistar o socialismo.” É importante ater aos elementos apontados por Fernandes (1991), tendo claro que esta análise refere ao contexto da década de 1980 e início de 1990. De acordo com Fernandes (1991) o PT¹⁸ era o partido capaz de conduzir esses movimentos sociais e populares à luta pela democracia com o objetivo de construir o socialismo. Em 1978 há um marco que vai se perfazendo a necessidade do PT, “a greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contrarrevolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro.” (FERNANDES, 1991, p. 40).

¹⁸ “Sob a liderança de Lula e de outros sindicalistas, articulando organizações e grupos remanescentes das esquerdas revolucionárias e os militantes da esquerda católica, formou-se o PT, fundado em fevereiro de 1980.” (REIS, 2014, p. 138).

Na perspectiva apontada por Florestan (1991), o PT precisa ocupar os diversos espaços democráticos cedidos pela burguesia, disputar o parlamento, o congresso, as câmaras de vereadores, dentre outros. Desta forma vai formando uma base social com a participação da sociedade civil para coletivamente lutar por melhorias que impactam nas condições de trabalho. A partir disso o PT

(...) se volta para a construção de uma sociedade socialista, impõem-se quebrar a “aceleração do desenvolvimento capitalista” como uma política exclusiva. Dissociada da democracia, ela conduz fatalmente à permanente elevação da concentração social da riqueza, da cultura e do poder nas mãos das classes possuidoras associadas (nativas) e hegemônicas (imperialistas). (FERNANDES, 1991, p. 47).

Sob a perspectiva de Fernandes (1991), a relação da democracia e o PT enquanto partido político para dirigir e avançar em conquistas dos trabalhadores para atingir o socialismo é problemática, por outro lado, muitos outros importantes autores e dirigentes petistas estavam nessa linha de análise que perpassaram as décadas de 1980 e 1990.

Já nos anos 2000, os elementos para analisar e inferir sobre a política do PT estar ou não alinhando aos interesses de uma classe ou de outra se tornam evidentes. Com isso, interessa analisar como o PT governou num contexto que se alterou com relação a década de sua fundação. Neste sentido, vai governar sob uma política de orientação predominantemente imperialista consolidada desde FHC, ou continuará a defender as bandeiras que Florestan Fernandes (1991) dentre outros petistas defenderam – reforma agrária, oposição a política neoliberal, etc. Ou numa terceira opção irá governar de acordo com os interesses das grandes burguesias nacional e internacional paralelamente numa perspectiva de conceder benefícios as massas trabalhadoras.

2.5 O caráter de classe do governo democrático e popular no Brasil

Expomos acima que seria um equívoco igualar o PT ao PCB, mas também ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSBD, dado suas histórias e vínculos de classe. Porém, evidenciou-se uma relação entre o desenvolvimento das formulações de governo democrático, popular e “progressista” do PCB com um governo democrático e popular do PT. Mas o último também guarda relação de continuidade

com a orientação econômica e social do governo do PSDB que foi responsável por consolidar o neoliberalismo no Brasil. Frente a isto, é preciso analisar até que ponto há essa continuidade e suas implicações a democratização.

A propósito, ao tratar do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 1990, inclusive analisando sob alguns pontos onde o PT continuará com a política econômica de Fernando Henrique Cardoso - FHC, não há interesse em igualar os governos, mas demonstrar que embora Segundo Boito Jr (2016) o governo Lula se diferencie por ter implementado uma política de orientação ao crescimento da indústria nacional que “alterou” a relação de classes, inclusive entre as frações de classes burguesas se opondo uma a outra, contudo no limite, essa oposição mantinha unidade frente aos interesses das classes trabalhadoras.

Importa também ressaltar que o crescimento da economia mundial (para exemplificar a China crescia 11, 6%) que coincidiu com os governos de Lula refletiu no crescimento da economia nacional a ponto de haver uma ampliação do número de postos de trabalho com carteira registrada, no aumento de contratação do funcionalismo público via concursos, etc.

Contudo, a partir de meados da década de 1990 se consolida no Brasil o neoliberalismo, o qual é caracterizado por Saes (2001) com três políticas fundamentais.

A primeira delas é a política de **privatização das atividades estatais**: não só a desestatização das empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, tais como o serviço penitenciário, o Banco Central, a receita federal etc. A segunda delas é a **política de desregulamentação**: isto é, a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das relações de trabalho (em particular). A última dessas políticas é a **política de abertura da economia ao capital internacional**: eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico. (SAES, 2001, p. 82). [destaque nosso]

No Brasil, esta política foi implementada de forma definitiva, a partir de 1994 com o governo de FHC, houve toda uma reorganização econômica “o novo governo fixou um extenso programa de privatizações”, movimento que perpassou por dentro dos espaços democráticos, o parlamento, que implicou “a condução da luta por uma ampla reforma constitucional de efeito claramente neoliberal,” (SAES, 2001, p. 84). Como exemplo a quebra no monopólio estatal do petróleo, posteriormente com a

tentativa de privatizar a Petrobras. Processo que ocorreu e foi consolidado com setores de telecomunicações, esta o governo FHC conseguiu privatizar.

Dentre outras medidas adotadas a partir de 1994 por FHC, enquanto governo foi, segundo Saes (2001) a abertura da economia brasileira ao capital internacional. A assinatura de protocolo frente a Organização Mundial do Comercio - OMC, significou a abertura ao capital financeiro se expandindo com bancos estrangeiros no país, portanto, expandindo as bases do capitalismo imperialista no Brasil, ou seja, os bancos são um dos braços do imperialismo o que viabilizara em mais apoio a burguesia internacional.

Contudo, isto não significa a ausência de oposição de setores da classe operária e oprimidos (e até da direita representada por frações da burguesia nacional), mesmo assim a oposição das classes trabalhadoras não foram suficientemente para impedir a política neoliberal. Por isso afirma Saes (2001) “a oposição popular e de esquerda se vê globalmente colocada numa postura bastante defensiva – tanto no plano sindical como no plano político-partidário.” (SAES, 2001, p. 86).

Nessa linha argumentativa de Saes, segue Boito Jr, (2002), mas fazendo uma diferenciação entre os interesses das frações burguesas nacional (Boito Jr vai caracterizar como burguesia interna) e internacional que se divergem à medida que uma das três políticas macroeconômicas atende os interesses mais de uma fração do que outra.

Primeiro, de acordo com Boito Jr (2002) “a política de desregulamentação do mercado de trabalho”, que tem por finalidade a redução dos salários e dos gastos com direitos trabalhistas e sociais é de interesse das burguesias como um todo, internacional e nacional: financeira, comercial e a burguesia que predomina a propriedade da terra e do agronegócio. Contempla esses vários segmentos por todos eles serem beneficiados à medida que reduz seu custo com a produção, proporcionando maiores níveis de lucratividade.

A política de privatização que está em um segundo círculo, favorece frações da burguesia brasileira – monopolista - e imperialista, sobretudo dos setores: bancário, industrial e da construção civil. Isto porque, segundo Boito Jr (2002, p. 19) “as normas do processo brasileiro de privatização barraram o acesso do pequeno investidor aos leilões de privatização”. Com isso, os grupos beneficiados pelo desmonte do setor estatal produtivo se restringem.

De acordo com Boito Jr (2002), o terceiro círculo é “aquele que fica no centro da figura, e que representa a política de abertura comercial e de desregulamentação ou abertura financeira, duas políticas que se encontram associadas”. (BOITO JUNIOR, 2002, p. 20). Aqui se expressa um setor da burguesia - “nova burguesia de serviços” - que está vinculada e vem crescendo com a privatização dos serviços públicos de saúde, educação e previdência privada.

A gestão Paulo Renato de Souza no Ministério da Educação liberou o preço das mensalidades cobradas pelas universidades particulares, ampliou o repasse de verbas públicas para tais empresas e instituições através do crédito educativo e das agências públicas de fomento ao ensino e à pesquisa e abriu um programa de crédito subsidiado no BNDES dirigido exclusivamente para as universidades privadas para que elas pudessem construir novos *campi* ou expandir os *campi* já existentes – as universidades públicas foram expressamente excluídas desse programa. Mecanismos semelhantes de fomento, baseados no repasse de dinheiro público, foram utilizados para aumentar a lucratividade e expandir o setor de saúde privada – hospitais, empresas de seguro e de planos de saúde etc. A expansão da medicina privada foi grande: enquanto em 1989 havia quatorze milhões de brasileiros associados a convênios privados de saúde, no ano de 1996, o montante de associados havia saltado para 39 milhões; no mesmo período, o número de empresas de medicina privada passou de 300 para 8706. (BOITO JUNIOR, 2002, p. 24).

O Estado atuando em função dos interesses burgueses, em determinando momento pode ceder mais a uma fração da burguesia do que outra, mas isto não exclui seu caráter de classe, pelo contrário, apenas evidencia aspectos entre as relações de classes burguesas. Nesse sentido, o que explicita com relação ao Brasil, a partir da década de 1990 é uma política econômica adotada para atender os interesses da grande burguesia nacional e sobretudo da imperialista.

A política de desregulamentação financeira, associada à política de juros altos e de estabilidade monetária contempla, ao mesmo tempo, os investimentos financeiros estrangeiros e os *grandes* bancos nacionais – um reduzido grupo de apenas 25 bancos controla 81% do ativo total do setor bancário brasileiro e durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso a lucratividade do setor bancário foi sempre mais elevada que a do setor industrial. (BOITO JUNIOR, 2002, p. 21).

Segundo Boito Jr (2002) analisando a política econômica e social dos governos FHC e comparando com o que se vinha propagando na campanha eleitoral do PT para eleger Lula, manifestaram-se traços de continuidade e ruptura nas propostas caso Lula fosse eleito o Presidente da República. Logo

[...] o que se observou na campanha eleitoral de 2002 foi muito mais um movimento de Lula em direção aos grandes industriais do que o inverso. Lula continuou sua pregação por uma nova política industrial, mas, ao mesmo tempo, assumiu durante a campanha o compromisso público de não tocar na nova dependência financeira, de manter os superávites primários necessários para o pagamento dos juros da dívida e de realizar algumas das reformas neoliberais que o governo FHC não logrou realizar. (BOITO JUNIOR, 2002, p. 16).

As considerações acerca do governo FHC são para melhor entender com relação aos governos petistas. Tendo em vista que o PT ao defender a redemocratização no país, nos anos 1980, defendia a oposição ao neoliberalismo.

A partir de 2003 com o governo Lula, as esperanças nele depositadas por parte significativa das classes trabalhadoras começam a se desiludir, o novo governo inicia seu mandato aderindo a uma política de orientação dos interesses da grande burguesia nacional que está vinculada a internacional: o processo de “privatizações, a lei de responsabilidade fiscal e a reforma da previdência, destinada ao setor privado” (TRISTÃO, 2011, p. 110), expõem a “ruptura” com relação a bandeiras dos anos 1980, inclusive uma delas, contra o neoliberalismo.

Esta opção do Partido dos Trabalhadores era anunciada, deliberadamente, numa carta, em 2003, do Ministro da Fazenda Antonio Paloccio ao Fundo Monetário Internacional - FMI, na qual defendia a continuidade da política de cunho neoliberal implementada por FHC. Inclusive, segundo Tristão (2011), o PT assumiu compromissos com o Banco Mundial - BM e com o FMI cujo FHC não havia conseguido. Há vários, dentre eles, a melhor adequação da economia nacional aos interesses do imperialismo, é notável o aumento dos bancos estrangeiros no Brasil, os quais absorveram lucros ainda maiores que atingidos em governos anteriores.

Seguindo à risca as recomendações do FMI, Lula da Silva aprofundou as reformas liberais, transformando o Brasil num verdadeiro paraíso dos grandes negócios. Sob a consigna “tudo pelo capital”, à burguesia e aos endinheirados a administração petista ofereceu vantagens tangíveis: mega-superávits primários, populismo cambial, taxas de juros estratosféricas, arrocho salarial, Reforma da Previdência Social, gigantescos saldos comerciais, Lei de Falência, independência do Banco Central, Parcerias Público-Privadas, socorro ao grande capital em dificuldade, ampla liberdade para os transgênicos, cumplicidade com “contratos espúrios” que sangram o erário e espoliam a população, opção preferencial ao agrobusiness. (SAMPAIO, apud. TRISTÃO, 2011, p. 118).

Como explicita a citação, os grandes saltos na acumulação financeira dos bancos, dos grandes proprietários de terras (latifundiários) também foram

beneficiados com a ampliação da produção agrícola de transgênicos. As parcerias público-privadas foram contempladas. Outra reforma de perspectiva neoliberal e que atacou os servidores públicos, a Reforma da Previdência Social, a qual de acordo com Tristão (2011) teve “um único objetivo”, fomentar os Fundos de Pensão retirando dos servidores públicos a integralidade salarial das aposentadorias, estipulando, na época, um limite de 2.400 reais, que deve ser contemplado com os fundos de pensão. Foi apresentado como justificativa desta reforma um déficit, sendo que a previdência ocupa lugar na Seguridade Social, esta última apresentou um superávit de 32,96 bilhões de reais em 2002 assim afirma Tristão (2011).

Por outro lado, sem desconsiderar o caráter burguês dos governos petistas, ou seja, de assegurar a propriedade privada capitalista, Boito (2016) enfatiza alguns aspectos da política reformista que contemplou algumas das necessidades das classes trabalhadoras.

Para cada um desses setores sociais os governos do PT, sem deixar de priorizar os interesses da grande burguesia interna, ofereceu algo que permitiu a melhoria de suas condições de trabalho e de vida – grande expansão das vagas no ensino técnico e superior, quotas raciais e sociais para as universidades e para o serviço público, política de valorização do salário mínimo, programa de construção de moradia popular, financiamento e reserva de mercado para a pequena agricultura familiar, políticas de transferência de renda para os que se encontram em situação de pobreza extrema e outros. Os trabalhadores da massa marginal, que são os beneficiários dos dois grandes programas de transferência de renda – Bolsa Família e Auxílio de Prestação Continuada – são o setor social que votam de modo mais massivo e constante nas candidaturas presidenciais do PT. (BOITO JUNIOR, 2016, p. 197).

Cabe duas ressalvas. Primeiro a política de “quotas raciais e sociais” no ensino superior público brasileiro não ampliaram vagas, o que faz é garantir uma porcentagem das vagas para os comprovadamente pobres e negros. Ou seja, por essa via não houve democratização do ensino no sentido de ampliação de vagas. Evidentemente, os governos do PT ampliaram o número de vagas no ensino superior com relação ao governo FHC, a questão é como. Para exemplificar, no Serviço Social, que em maior ou menor medida se aplica a outros cursos universitários.

Embora o período posterior a 2003 não tenha sido objeto desta pesquisa, cabe ressaltar que o processo de empresariamento dos cursos de Serviço Social não somente perpetuou-se como se acirrou sensivelmente com a criação, entre 2003 a 2006 (primeiro governo Lula), de 129 novos cursos, esmagadoramente (94,6%) de natureza privada. Além do vertiginoso processo de expansão de cursos via setor privado, a novidade do período

foi a criação de cursos da modalidade Ensino a Distância (EaD). É possível visualizar na tabela abaixo a participação privada nos diferentes momentos históricos, com um peso esmagador para este setor no período 1995 – 2002 (89, 8%) e entre 2003 e 2006 (94, 6%). (PEREIRA, 2008, p. 194).

Há uma orientação política que perpassa o Estado com o intuito de beneficiar os proprietários das universidades privadas, estes dados, se atualizados podem levar a números ainda mais assustadores, logo que o EaD - que também existe na instituição pública - , com um número de vagas muito superior nas instituições de ensino privadas ampliaram na última década. Contudo, essa ampliação, levou a setores reformistas falar de democratização do ensino superior, sem sequer questionar como se deu essa democratização.

Do ponto de vista político, especificamente o democrático, o PT vem demonstrando que a democracia é para o grande capital se organizar e concentrar cada vez mais sua riqueza, para os trabalhadores sua relação com o Estado é dramática, ao se organizarem e lutarem por seus direitos. Isto é visível com a “violência policial amparada em decisões de um sistema judiciário crescentemente hostil aos movimentos sociais e suas formas de luta.” (MACIEL, 2016, p. 6). Há vários exemplos e alguns relativamente recentes. Como o aparato militar montado para reprimir os movimentos sociais de oposição a Copa do Mundo de Futebol masculino, realizada em 2014 que explicitou o caráter do Estado burguês repressivo, sendo confirmado também nos governos democrático e popular.

Pode-se destacar também a relação do governo PT com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Essa organização dos trabalhadores rurais foi fundamental na construção deste partido, em nome disso uma das bandeiras do PT antes de chegar ao “poder”, era realizar a reforma agrária, no entanto o tratamento à questão dos trabalhadores do campo está se agravando em vista do investimento, por parte do governo federal, no agronegócio.

Outro elemento desta postura anti-popular é o tratamento dado pelo governo e seus aliados à questão agrária. Em relação à reforma agrária, o Governo Rouseff tem tido um desempenho ainda pior do que o governo Lula, por sua vez marcado por tímida política de assentamentos. Segundo dados do próprio Incra, em 2011 apenas 22 mil famílias foram assentadas, num total de 117 assentamentos, o que equivale a uma redução de 44% em relação à 2010. É o pior resultado em 16 anos. Enquanto isto, o governo não só nunca atualizou os índices de produtividade da terra, antiga reivindicação dos movimentos de luta pela terra, como apoiou uma proposta de reforma do Código Florestal que estimula o desmatamento, absolve os que cometeram crimes ambientais e favorece o avanço da fronteira agrícola

de acordo com a perspectiva concentracionista e predatória do agonegocio. (GOULART, apud. MACIEL, 2016, p. 7).

Esta conjuntura desenhada ao longo do texto procurou expor a orientação política e econômica que implica nas condições de vida dos trabalhadores rurais e urbanos. Em momentos de crise econômica que por vezes atinge mais um setor da economia capitalista do que outro, a veia democrática, mesmo de governos petistas que governou até começo de 2016, se mostra cada vez uma veia mais fina, ou seja, se formatando um contexto de redução dos espaços democráticos de luta e ampliando a criminalização dos movimentos sociais.

Economicamente, a situação das classes trabalhadoras é complicada, passada um curto período de ascensão dos trabalhadores em momentos de aumento do Produto Interno Bruto – PIB, paralelamente a economia mundial também em crescente que culminou no governo Lula o qual ampliou o funcionalismo público e gerou um número considerável de empregos no setor privado.

O quadro atualmente é de ampliação de desempregos, miséria, violência, etc e tende a aumentar numa escala gritante. O momento também é problemático para os serviços públicos como saúde e educação dentre outros, situação dramática tanto para seus trabalhadores como para os usuários.

Cabe enfatizar, a democracia seja no contexto da redemocratização ou no governo democrático e popular preservou a propriedade privada capitalista. Com isso, não é interesse deste trabalho acadêmico igualar as formulações da revolução brasileira do PCB (governo democrático, popular e progressista) ao governo democrático e popular do PT, e este segundo ao PSDB que é organicamente um partido da grande burguesia nacional e internacional, mas de verificar suas vinculações. Por isso foram destacados elementos políticos e econômicos os quais explicitaram a finalidade predominante dos governos petistas aos interesses de classe dominante e dominada. A importância a este ponto não é aleatória, ao contrario, se justifica pela importância do PT ao longo da história estar vinculado aos movimentos sindical, rural, populares, etc, para inferir sua influência nas vanguardas do Serviço Social que será analisado no próximo capítulo.

Capítulo 3: A concepção de democracia no Serviço Social a partir da década de 1980

O objetivo deste capítulo é analisar a concepção de democracia no Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980 nas revistas Serviço Social e Sociedade, Cadernos ABESS e Inscrita¹⁹. Para isso, identificamos nos artigos em que a palavra democracia aparece nos títulos, subtítulos e resumos veiculada à perspectiva da democracia como o caminho único para o socialismo no Brasil e seus desdobramentos. Nos textos analisados, alguns são de autores que não tem formação em Serviço Social, mas estamos utilizando-os por terem publicados artigos nas revistas utilizadas e terem exercido influência na concepção de democracia no Serviço Social.

Das três revistas pesquisadas, apenas a Serviço Social e Sociedade tem publicações desde 1979 até os dias atuais. Os Cadernos ABESS tiveram publicações no período de 1985 a 1996. A Revista Inscrita foi criada em 1997 e existiu até 2013.

Para fins da pesquisa, utilizamos os textos selecionados no período que vai de 1985 até 2009 ou seja, os textos referem-se às décadas que atravessaram a transição democrática e concluindo seu ciclo no governo democrático e popular. As revistas que compõem o universo da pesquisa, das quais as publicadas nos anos 2000, foram as que enfatizam a relação da concepção de democracia de parte da vanguarda da profissão ao PT, conforme destaca Netto (2009, p. 670), “a quase totalidade da vanguarda ou aderiu formalmente ao recém-nascido Partido dos Trabalhadores – PT ou seguiu suas orientações”. Por isso é importante verificar esta relação histórica e qual a análise dos artigos mais recentes.

O contexto de reorganização e reinserção da classe operária com destaque para o movimento sindical e político em defesa da redemocratização da sociedade brasileira influenciou setores que constituem as vanguardas do Serviço Social, se

¹⁹ O texto “A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social” de autoria de José Paulo Netto, publicado pela primeira vez em 1999 – utilizaremos uma versão de 2010 - embora não componha artigo das revistas pesquisadas, será utilizado por sua significativa influência, inclusive entre os artigos das revistas.

colocando numa perspectiva crítica frente a ditadura militar (1964 a 1985) e pela redemocratização.

(...) com a reinserção da classe operária na cena política brasileira destacando uma nova dinâmica da resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. (NETTO, 2011, p. 248).

De acordo com Netto (2011), o movimento que conferiu a uma parcela da categoria profissional, um nível de politização mais qualificado e avançado, teve momentos e lugares. Momentos se referem ao período que inicia na década de 1970 e atravessa a década de 1980. Lugares diz respeito a inserção de assistentes sociais em movimentos sociais, associações de moradores, sindicatos, organizações da categoria, na universidade, dentre outros.

No âmbito universitário, Netto (2011) afirma que de meados da década de 1970 até meados de 1980 o Serviço Social sofreu expansão e avanços no campo teórico e metodológico, sob a influência da oposição do Serviço Social, em sua vertente crítica, frente à conservadora e a aproximação com a teoria “marxista”.

Numa palavra: a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo. (NETTO, 2011, p. 267).

Cabe também destacar, segundo Iamamoto (2013), que o próprio Serviço Social enquanto profissão, é considerado a partir de sua historicidade e passa a fazer parte de um balanço crítico que evidencia suas dimensões ideo-teóricas, culminando no aprofundamento na “teoria social crítica”²⁰. Isto se expressa nos anos 1980 e avança na década seguinte, marcado pela crítica ao marxismo vulgar e sob aspectos teóricos e metodológicos frente ao conservadorismo profissional.

A perspectiva democrática também marca presença em documentos oficiais da profissão, no quarto princípio do código de ética da profissão (1993), a concepção de democracia ocupa espaço especial, “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente

²⁰ A expressão “teoria social crítica” é designada como sinônimo de análise da “tradição marxista”. Netto (2010) e Iamamoto (2013).

produzida” (Código de ética do/a assistente social, 2012, p. 23). A importância desta citação está no vínculo estabelecido entre a democracia com “a socialização ...”, e seu significado na orientação política para a profissão.

3.1 A perspectiva das vanguardas do Serviço Social frente ao Movimento Popular

Primeiramente, é importante ressaltar que o período analisado constitui o da transição de uma ditadura militar (1964 – 1985) para a redemocratização, isto será decisivo na própria formulação e defesa da democracia no interior do Serviço Social. Momento este que contava com a presença de amplos setores da classe operária e organizações populares vinculados às lutas sociais pela efetivação de outra forma de organização do Estado que não fosse a ditadura militar. A transição a qual estamos nos referindo, iniciada no final da década de 1970 por iniciativa dos próprios militares, determinada pela crise econômica e contou com o protagonismo dos “trabalhadores, os setores populares, colocam-se como força social no cenário político.” (CARVALHO, 1985, p. 20).

Sobre a transição da ditadura militar ter ocorrido mediante um processo lento e gradual cujos interesses eram de setores dirigentes da ditadura e da burguesia nacional e imperialista ou ter sido derrotada pela classe operária e setores populares, afirma Netto (2010).

A resistência à ditadura, conduzida no plano legal por uma frente de oposição hegemônica por segmentos burgueses descontentes, ganhou profundidade e qualidade novas quando, na segunda metade dos anos setenta, a classe trabalhadora se reinseriu na cena política, por meio da mobilização dos operários metalomecânicos do cinturão industrial de São Paulo (o “ABC paulista”). A partir de então, a ditadura – que promovera a *modernização conservadora* do país contra os interesses da massa da população, valendo-se, inclusive, do terrorismo de Estado – foi levada, de derrota em derrota, à negociação com a qual, culminando na eleição indireta de Tancredo Neves (1985), concluiu seu ciclo desastroso. (NETTO, 2010, p. 9)

A ditadura militar que já vinha mostrando sinais de esgotamento por conta da crise econômica, foi pressionada por setores da burguesia nacional e internacional para realizar a transição democrática, em fins dos anos 1970 e início de 1980. Conformou uma transição sem grandes alterações no que diz respeito às relações de classes, burguesia e proletariado. Há também a afirmação que para a transição ocorrer, foi decisivo o acirramento das lutas sociais a partir da organização de

setores da classe operária, campesinato e populares (a exemplo, movimento sindical, movimentos de trabalhadores rurais que em 1984 constituiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, movimentos em defesa de Creches, asfalto etc.) os quais levaram a um maior grau de politização a ponto de, alguns autores afirmarem que a ditadura tinha sido derrotada. Este duplo movimento pode ser constatado em tal afirmação

A ditadura instaurada pelo golpe de 1 de abril de 1964 perdurou por cerca de vinte anos, esgotando-se na entrada dos anos 1980, quando já não dispôs mais de condições para reproduzir-se e, derrotada politicamente, foi obrigada, pela pressão do movimento democrático e popular, a pactuar a sua substituição por um regime político formalmente democrático. (NETTO, 2009, p. 651 e 652).

Segundo Luiz Eduardo Wanderley (1985) a transição que estava ocorrendo, efetivamente era uma transição que não garantia a penetração dos interesses dos trabalhadores, pelo contrário, era um movimento feito por cima da classe operária e oprimida, por setores dos próprios dirigentes da ditadura militar com apoio de setores da burguesia nacional e internacional.

Contudo, ressalta Wanderley (1985, p. 10) a necessidade de “eleger, se possível, representantes populares que vão defender esses temas na próxima Constituição, buscando introduzir essas coisas novas, ao menos uma democracia social efetiva.” Nesse sentido uma nova Constituição que garanta os direitos políticos, sociais e civis dos trabalhadores. Esse desenho inicial acerca da perspectiva da necessidade de haver uma “democracia efetiva” foi sendo desenvolvida e canalizada pelo Movimento Popular o qual de acordo com Wanderley

O grande projeto do movimento popular é negar esse sistema e lutar pela construção de um outro. Mas isso não está claro na consciência da maioria do movimento popular e sim de setores e lideranças. Ele hoje luta pela sua própria sobrevivência: comer, morar, ter saúde. **Dar esse passo qualitativo para a construção de um projeto de uma nova sociedade é o vetor, o norte desse movimento popular.** Contudo, ele não pode ficar na estratosfera nem como bandeira de luta apenas, mas tem que enraizar em projetos concretos. (WANDERLEY, 1985, p. 11). [destaque nosso]

A perspectiva apontada requer explicitar a estratégia do movimento popular que é o “projeto de uma nova sociedade”, (o autor não se refere qual sociedade especificamente). A ênfase é para dois tipos de reformas: primeira “uma reforma agrária inteligente e bem executada é a base para combater a miséria e melhorar o

nível de vida.” Segunda, “uma segunda reforma fundamental é no setor do trabalho. Quer dizer, garantir o direito ao trabalho.” (WANDERLEY, 1985, p.11).

Essas reformas estão no plano tático do movimento popular e fazem parte da conquista de uma democracia que deve ser constituída numa perspectiva contrária ao que vem sendo forjada como democracia no Brasil. Por isso, ao se referir as duas reformas, elas são “só embriões da nova sociedade que nós queremos construir, na direção de uma democracia que vem de baixo para cima e não de cima para baixo.” (WANDERLEY, 1985, p. 12).

Nesse sentido, o desenvolvimento do que vem sendo colocado, canaliza para a relação de construção dessa “nova sociedade” com o Estado, ou seja, na linha de pensamento do autor, o movimento popular é o portador do projeto de transformação da sociedade em que vivemos, e para constituir uma sociedade nova, requer criar um novo Estado democrático efetivo às massas trabalhadoras e populares.

De acordo com Cardoso (1990) a relação dos movimentos sociais urbanos com o Estado, se coloca num campo minado, por um lado considerando o papel político de caráter transformador dos movimentos sociais, por outro lado, a função do Estado burguês²¹.

Os movimentos sociais urbanos se organizam a partir de suas necessidades básicas e coletivas como:

Habitação, taxa de transporte coletivo, infraestrutura, saneamento e energia etc. Dadas as necessidades provenientes da realidade urbana, esses movimentos se organizam, quase sempre, em função de problemas locais e de interesses imediatos, procurando resistir às condições de vida a que são submetidas, formulando inúmeras reivindicações dirigidas ao Estado, que é visto como o único capaz de entendê-las, uma vez que é ele quem determina as políticas sociais para o atendimento das populações, assim como normatiza, regula e intervém junto às mesmas. Assim, o Estado, ao mesmo tempo que se coloca como adversário a esses movimentos, torna-se, também, uma garantia. O Estado, portanto, é um espaço contraditório onde, ao mesmo tempo que incorpora de certa forma os interesses dos setores populares, se constitui também “representante direto dos interesses capitalistas, fixando salários, decretando as condições de trabalho, proibindo os sindicatos, aumentando os preços e atuando como proprietário de grande número de empresas.” (EVERS; TILMAN; 133 Apud. CARDOSO, 1990, p. 25).

Ao se referir aos grupos sociais que compõem os movimentos sociais populares enquanto agentes da transformação da ordem estabelecida, Cardoso

²¹ A função do Estado no ordenamento burguês já foi analisada no primeiro capítulo.

(1990) considera tais setores de trabalhadores como o núcleo orgânico desse movimento.

Quando nos referimos aos grupos populares, estamos entendendo os setores majoritários da sociedade que vivem uma condição de exploração e dominação determinada pelas contradições geradas pelo capitalismo. Tal concepção compreende, portanto, o operariado, o campesinato, os funcionários, os “marginais” e demais parcelas da classe dominada que vivem nas condições acima elucidadas. (CARDOSO, 1990, p.22).

Desta forma, os movimentos sociais populares têm suas origens e seus fundamentos assentados nas contradições que são expressões da relação capital e trabalho. O grau de desenvolvimento ou surgimento de novas organizações do proletariado e de setores populares estão submetidas as relações de classes no ordenamento burguês, ou seja, o próprio desenvolvimento capitalista no Brasil, a exemplo, o industrial, formou a classe operária, a qual se opõe ao processo de exploração da força de trabalho.

Segundo Cardoso (1990) partindo da análise de Eder Sader, “em 11 teses sobre a autonomia”, os movimentos devem defender sua independência de classe frente às organizações da burguesia e seu Estado. Não se trata de cada um fazer o que quer, pelo contrário, diz respeito a preservar a autonomia, mas com conteúdo classista e democrático acerca da defesa dos direitos dos trabalhadores. Esta autonomia colocada principalmente em oposição aos “modelos socialistas” que, na perspectiva desse autor, num processo de degeneração e burocratização de inspiração estalinista, limitaram o alcance do potencial dos movimentos sociais populares numa perspectiva de transformação.

A valorização, pelo autor, do papel da autonomia dos movimentos sociais populares no processo de transformação social vincula-se diretamente à crise dos “modelos socialistas”, entendida, numa primeira abordagem, como a constatação de uma degenerescência das sociedades pós-revolucionárias, onde havia projetos socialistas, como também a constatação de conservadorismo, burocratismo, sectarismo e elitismo das organizações partidárias criadas para serem instrumentos da revolução e da libertação social. (CARDOSO, 1990, p. 16).

Na perspectiva apontada, a verificação dos elementos que de certa forma bloquearam o avanço rumo a uma sociedade socialista, posteriormente à Revolução Russa de outubro em 1917 cujo desenvolvimento já a partir da década de 1920 marcada pelo burocratismo e defesa do socialismo num só país, de acordo com

(CARDOSO, 1990, p. 17) ficou hipotecada ao “desvio do Stalinismo em relação ao leninismo.” O desenvolvimento desta análise levou a justificarem a existência de “crise do socialismo”.

Para Cardoso (1990) ao referenciar Sader, há que pensar os próprios modelos de socialismo considerando os novos processos históricos que vêm se constituindo. Sobre isso, um elemento central diz respeito ao partido político que dará direção à luta dos movimentos populares

(...) o verdadeiro partido revolucionário deve ter o papel de sistematizar experiências, elaborar propostas para a luta política, impulsionar a unidade e a autonomia dos movimentos sociais dos explorados e oprimidos, para que as massas se capacitem e façam frente à ordem do Estado burguês. (CARDOSO, 1990, p. 18).

De acordo com Cardoso (1990) a preocupação com relação ao partido tem por finalidade questionar a separação radical entre os militantes profissionais e os movimentos sociais cujos encaminhamentos das lutas nos processos revolucionários estavam subordinadas as vanguardas políticas acima, distante e separada dos movimentos das massas.

Sobre a autonomia defendida, há uma concepção de democracia subjacente que é seu chão histórico, começa a aparecer à medida que vão se desenvolver os próprios aspectos políticos e organizativos dos movimentos sociais nos momentos de luta numa perspectiva revolucionária. Porém, ao colocar a autonomia dos movimentos é preciso ater ao seu conteúdo. Ao citar Sader, Cardoso (1990, p. 20) diz

(...) o conteúdo e a realização da perspectiva da autonomia do movimento popular são a preparação de um processo político que levará à extinção ou separação do Estado e projetará um Estado de transição em que esse processo se realize como **expansão da democracia, das liberdades políticas e da participação de todos na gestão da coisa pública.** [destaque nosso].

A concepção de autonomia que pressupõe a democracia como explicitado acima, estava posta numa conjuntura política de organização do movimento popular dos anos 1980, em que ocorria a luta pela democratização do Estado, visto por alguns autores e correntes políticas como o prosseguimento das lutas sociais à conformação de um período que corresponderá a “expansão da democracia, das liberdades políticas e da participação de todos na gestão da coisa pública.” Neste

caso, a própria referência na citação, não autoriza afirmar que a perspectiva de “expansão da democracia” subsidiará os elementos para a constituição da ordem socialista no Brasil.

Neste processo, segundo Cardoso (1990) a autonomia guarda relação com dois níveis. Primeiro, o mais elementar é a autonomia dos movimentos sociais locais, que não podem estar pautados na espontaneidade e tampouco podem se subordinar a reivindicações específicas (isso não quer dizer que eles não tenham) de caráter corporativos, caso isso aconteça ocorrerá a separação entre reivindicações do trabalho e da política. Segundo, elevará o nível da formação política e organizativa para haver o adensamento entre as reivindicações que sejam da ordem concreta dos trabalhadores.

A conquista da autonomia cultural, política e econômica dos trabalhadores e do povo envolve um empenho na participação em todos os níveis, dos indivíduos em todos os espaços do seu cotidiano, baseia-se na crítica à delegação de soberania, que é essência do liberalismo burguês e implica a capacidade de traduzir os interesses dos sujeitos das lutas, permanecendo sob o seu controle.

Toda ênfase na luta pela autonomia dos movimentos sociais, das classes e das camadas exploradas decorre do entendimento de que a exploração e opressão são aspectos inseparáveis na dinâmica das lutas de classe e que a afirmação da autonomia com o rompimento da dominação representa um movimento contra a exploração. (CARDOSO, 1990, p. 21).

Seguindo o desenvolvimento da análise de Cardoso (1990) há que privilegiar a autonomia dos movimentos, com relação a sua participação, inclusive ao se tratar do Estado. Segundo advertência de Nascimento (1986) quanto ao período em que estava vivendo, embora formalmente a ditadura militar tenha entrado num processo de esgotamento e transitado para uma forma democrática, ainda permanecem aspectos autoritários que inviabilizam ou manipulam a participação popular no interior das instituições do Estado, contudo, o autor enfatiza a importância da participação para defender suas necessidades.

(...) as práticas participativas autoritárias começam a perder sua razão de ser, a encontrar maiores resistências entre técnicos, e sobretudo no seio da população trabalhadora. **Na perspectiva democrática, o mais justo, talvez, seja não se abster de participar de propostas, mas entrar no jogo, tentando desenvolver as potencialidades democráticas que elas contêm, numa aliança com os setores mais democráticos da sociedade civil.** (NASCIMENTO, 1986, p. 15). [destaque nosso].

Esta perspectiva democrática está relacionada ao seu contraponto, a ditadura militar, portanto, as mudanças ocorreram numa relação entre Estado e sociedade que configurou nas políticas estatais, inclusive a participação da comunidade. Mas houve uma alteração que se caracterizou pela forma de articulação. Ou seja, o movimento popular tinha reivindicações de longa data transporte, habitação, creches e escolas dentre outras, e agora começa a se postular que “o mais justo, talvez, seja ... entrar no jogo, tentando desenvolver as potencialidades democráticas que elas contêm, numa aliança com os setores mais democráticos da sociedade civil”, o que embutia uma outra compreensão da democracia não mais justificada como “caminho ao socialismo”, mas como espaço em que seria possível conquistar as reivindicações populares. Vê-se uma gradual transformação daquilo que seria meio em fim.

Segundo Gohn (1985), de 1975 a 1979 os movimentos sindicais, de bairros, eram dirigidos por seus próprios núcleos internos. Esta relação começa a sofrer alterações profundas com as eleições de 1982 a qual refletiu numa relação entre os movimentos com os partidos políticos. Num primeiro momento, há implicações no sentido de institucionalizarem as lutas “em decorrência deste ponto temos uma certa institucionalização de vários movimentos populares que antes pressionavam o Estado e agora penetraram em seu bojo, a exemplo da Luta por Creches em São Paulo.” (GOHN, 1985, p. 21). Os efeitos disso não se colocam no plano do bom ou ruim, mas da política e autonomia dos movimentos do que seria a defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

A própria reformulação da vida partidária que iniciou nos anos 1980 rebateu e provocou um refluxo dos movimentos com a sua fragmentação, além da institucionalização. Obviamente, isto reflete na capacidade de luta e defesa de uma democracia interna dos setores organizados.

Contudo, explicita uma novidade com relação a forma de articulação dos movimentos em prol da defesa de suas necessidades concretas, a vinculação do partido político com o movimento social

A articulação movimento-partido na década de 1980 tem gerado várias contradições no que se refere à questão da organização. Para alguns segmentos das correntes políticas existentes, a organização deve vir da base, de baixo para cima. A forma como isso se daria varia do espontaneísmo às táticas de nucleação e agregação dos indivíduos por regiões, categorias profissionais etc. Nesta corrente os movimentos

populares vão ser visto como fontes preciosas de organização na medida em que representam demandas reais a partir das próprias bases. Esta corrente encontra-se bastante disseminada no interior do Partido dos Trabalhadores – PT. (GOHN, 1985, 22).

Esta relação “movimento-partido”, causa discussões internas dos movimentos sociais entre as correntes políticas referente a institucionalização e autonomia das reivindicações de lutas. Segundo Cardoso (1990) inicia um processo que as lutas teriam de passar ou depender das respostas do Estado implicando numa relação de dependência refletindo numa guinada à direita na medida que seus dirigentes vão se alinhando a adversários políticos.

A vitória de partidos oposicionistas nas urnas, em novembro de 1982, levou a várias transformações da dinâmica dos movimentos populares. Vários militantes dos movimentos de bairro passaram a ter nos órgãos estatais não mais seus adversários, mas seus companheiros de partido. **As estratégias se alteram. A questão deixou de ser mobilizar a população para pressionar o governo, para ser colaborar em políticas participativas. Passou a ocorrer uma tendência a certa institucionalização dos movimentos.** (GOHN, 1985, p. 23). [destaque nosso].

Se compararmos o conteúdo dessa citação com relação as análises de Cardoso, (1990), veremos um processamento e distanciamento com relação ao potencial político dos movimentos em face de seu papel questionador, perde-se o caráter de organizador de setores de trabalhadores numa posição oposta ao Estado, para defender a participação popular dentro do Estado.

Do ponto de vista de segmentos sociais e de categorias profissionais como a do serviço social o contexto político da luta contra a ditadura militar e pela redemocratização, expressou nas bandeiras dos movimentos sociais as suas reivindicações concretas das necessidades básicas da população desde salário e condições de trabalho a melhorias nos bairros como asfalto, creches dentre outros.

À medida que parte dos assistentes sociais estavam inseridos defendendo tais reivindicações - e aqui, estamos expondo como esses processos políticos eram analisados nos artigos das revistas da profissão -, é necessário precisar as análises guardadas relações mais internas a profissão no tocante a concepção de democracia e seus desdobramentos sobre o Serviço Social. Por isso, analisar a concepção de democracia, principalmente, segundo José Paulo Netto (1986) sob sua redefinição para responder a realidade brasileira.

3.2 A redefinição da democracia para responder a realidade brasileira

Há que dar atenção a um texto de José Paulo Netto (1986) no qual faz uma síntese e proposta de redefinir a democracia, justificadas a partir das condições sócio-históricas da América Latina, logo do Brasil. Netto (1986) inicia com o reconhecimento de que o pressuposto da democracia política no ordenamento burguês está na base da igualdade jurídico-formal tendo como fundamento político a cidadania. Esta – a democracia – se colocou historicamente como uma necessidade possível e viável ao desenvolvimento das relações de produção capitalista mesmo numa perspectiva liberal. Portanto, em países como os europeus, a democracia foi viável e implementada a partir dos interesses da burguesia. Nesse sentido, sobre o aspecto antidemocrático da burguesia brasileira, Nascimento (1986) ressalta que embora a democracia moderna seja uma criação da sociedade capitalista, isto não conduz a afirmação de que ela é da burguesia.

A democracia moderna é uma criação (e na) sociedade capitalista; o que não significa da burguesia; talvez fosse justo afirmar que ela se realiza quase que apesar da burguesia que não é intrinsecamente democrática; ela é forçada a sê-la ou adere por conveniência, segundo as circunstâncias. (NASCIMENTO, 1986, p. 14).

O que Nascimento (1986) não mostra nesta abordagem é que a natureza de classe de um regime se define pela finalidade última dessa superestrutura que é o Estado. A democracia é burguesa quando sua finalidade é a preservação da propriedade privada capitalista, ou seja, a apropriação privada dos meios de produção, condição essencial para a exploração da força de trabalho nos moldes capitalistas. O Estado burguês pode se organizar de modo mais democrático ou mais autoritário (ditaduras militares, fascismo, etc.), mas todas essas formas têm em comum a preservação da grande propriedade privada capitalista.

Nos países de economia atrasada como a do Brasil, subordinada ao imperialismo, a constituição da democracia não assegura a participação massiva da população. Pelo contrário, se constituiu no Brasil, “um Estado que deve assegurar a heteronomia econômica (a subordinação ao imperialismo) pela exclusão das massas.” (NETTO, 1986, p. 18). Por isso, a democracia é posta em prática pela burguesia em países como o Brasil quando a centralização autoritária (ditaduras) esgota sua capacidade de organizar e harmonizar os interesses dos diversos

setores da burguesia nacional e internacional no processo de acumulação capitalista.

Em síntese, entre nós o projeto burguês esteve sempre divorciado do pacto democrático. A institucionalidade democrática sob a dominação burguesa não passou nunca do expediente tático nos conflitos para a instauração do ordenamento capitalista (as conjunturas de enfrentamento entre empresários urbanos e latifundiários) ou para encontrar formas de associação menos onerosas com o imperialismo. (NETTO, 1986, p. 18).

Sob o aspecto de que no Brasil a burguesia sequer desenvolveu uma cultura democrática, mesmo no sentido liberal. Portanto, “a democracia política entre nós, ergue-se não a partir de componentes do projeto burguês, mas da radicalização contra ele.” (NETTO, 1986, p.19). Ou seja, são os “subalternos” – expressão de Netto (1986) – e populares que têm a tarefa de construir a democracia no Brasil, daí a necessidade de redefini-la.

Isto porque o conjunto de regras a partir da perspectiva jurídica que embasa a democracia do ponto de vista liberal, “suporta-se na identidade entre cidadão e indivíduo (possuidor) e desemboca na socialização da política (não do poder político).” (NETTO, 1986, p. 22). A socialização do poder político que o “autorreivindica”, diz respeito a processos políticos da democracia que levam diretamente a um redimensionamento das instituições de poder, que são contempladas pelo Estado, o qual passa a ser permeável aos interesses dos trabalhadores, vai se tornando disfuncional a própria ordem burguesa. Nessa linha de pensamento, segue as análises de Cardoso (1990) ao se referir a política que deverá orientar os movimentos sociais num processo de lutas e estabelecendo alianças entre os trabalhadores e outros setores da sociedade civil.

(...) a perspectiva dos trabalhadores, no sentido de ampliarem os seus programas e de estabelecer alianças com outros segmentos da sociedade civil comprometidos com o processo de transformação social, pressionarem e influírem os aparelhos de Estado e de conquistarem o poder político. (CARDOSO, 1990, p. 25).

Com isso, inicia a redefinição da democracia para atender os interesses dos trabalhadores e populares que ultrapassa uma posição ideológica. Essencialmente o que se oculta aqui é o caráter burguês do ordenamento político-econômico. O autor sugere o elemento decisivo que é dar um novo conteúdo (não burguês) a essa

democracia redefinida a qual deverá orientar a “dinâmica das lutas de classes” no Brasil.

(...) a determinação daquele caráter se revela no enfrentamento do problema da transformação econômico-social radical, da revolução social. Entre nós, o núcleo democrático das ideologias se define não apenas como faculdade de incorporar valores sociais que se dão na dinâmica das lutas de classes, mas no tratamento que oferece as tendências prático-revolucionárias. (NETTO, 1986, p. 23).

O sentido e o conteúdo da redefinição da democracia ganhariam um novo patamar, um caráter de classe novo, cuja finalidade seria a luta de classes numa perspectiva revolucionária. Nesse sentido, as lutas sociais em sociedades como a brasileira ganha um redirecionamento que coloca na ordem do dia “a democracia – em todos os âmbitos – se revela na escala em que projeções revolucionárias são recolhidas como opções prático-sociais legítimas e tratadas politicamente. Aqui, a questão democrática é o vestíbulo do processo revolucionário.” (NETTO, 1986, p. 23). Se a democracia é o espaço do desenvolvimento de processos revolucionários que impulsionará os trabalhadores numa luta que ofereça condições para a revolução, o autor lembra que existe a necessidade, por outro lado, a democracia política é limitada.

Segundo Netto (1986), existe um “aparente paradoxo” com relação a “democracia política, entre nós, é simultaneamente uma necessidade e um limite para o projeto histórico-emancipador da classe operária enquanto agente primordial da emancipação das classes e camadas subalternas.” (NETTO, 1986, p. 23 e 24). Sobre a necessidade, diz respeito às condições políticas colocadas na América Latina, a qual a democracia política seria o único meio de avanço da luta dos trabalhadores frente aos imperativos do capital.

A democracia se apresentaria como modo viável da inserção dos trabalhadores nos processos político e social na constituição de uma política orientada para forjar o caminho de uma democracia que esteja subordinada aos interesses do proletariado e camadas subalternas da sociedade brasileira. Isto é, a “luta pela democracia política se apresenta como incontornável para o proletariado e para as classes e camadas subalternas. Não há outro caminho para forjar o processo de construção da sua hegemonia.” (NETTO, 1986, p. 24).

Por outro lado, “é igualmente um limite, na proporção mesma em que o terreno político dos institutos cívicos é o da ordem social burguesa.” (NETTO, 1986,

p. 24). Ou seja, as instituições estatais que poderiam contribuir como núcleos de disseminação da democracia operária estão sob o comando da burguesia.

A expressão “aparente paradoxo” entre a necessidade e o limite da democracia política é de fato, segundo Netto (1986), aparente. Isto é, o que se deve questionar particularmente entre nós é a possibilidade, nas nossas condições, de uma ordem burguesa não autocrática, de uma ordem burguesa permeável à redemocratização da sociedade e do Estado.” (NETTO, 1986, p. 24). Por mais que o autor adverte quanto as burguesias assumirem o papel dirigente em processos políticos nas instituições do Estado, defende uma aliança entre setores da classe operária e populares com setores da burguesia nacional na luta por formas democráticas frente a formas de ditadura militar para organizar o Estado burguês.

Esse é um dos aspectos que vai forjando a redefinição da democracia para justificá-la e aplicá-la na realidade brasileira por volta dos anos 1980. A política de aliança, embora com divergências internas entre os setores operários e populares que o compunham, predominava um aspecto central

É importante registrar que toda aliança em torno da democratização formulava teoricamente seu caráter como o de uma luta contra o “Estado burocrático-autoritário”. A derrota do “autoritarismo”, inicialmente dos regimes militares, aparecia para alguns como um fim, para outros como uma etapa de transição no sentido da transformação radical da base produtiva da sociedade. De qualquer forma, urgia prioritariamente concentrar esforços na democratização do Estado. (CAMPOS, 1998, p. 10).

Esta concepção de democracia implica para a classe operaria e setores populares “forçar pela prática do jogo democrático e pela generalização da cidadania e, ao mesmo tempo, ilegitimar a ordem burguesa no próprio marco do ordenamento capitalista.” (NETTO, 1986, p. 24). A orientação política neste momento conduz a uma política que concretamente resulte na - redefinição da democracia - aliança entre setores da sociedade brasileira seja de setores alinhados a posição revolucionária seja de setores estanhos a “esquerda”

De acordo com Netto (1986) a necessidade do expurgo de componentes autocráticos próprio do capitalismo e de seu Estado para a realização do processo simultâneo da socialização da política e da economia, será em nosso país uma construção promovida dentro dos marcos da sociedade burguesa.

Este expurgo é uma função da redefinição da democracia pelos segmentos populares e nacionais. Trata-se de promover a generalização dos institutos cívicos, ainda no marco do ordenamento capitalista, simultaneamente à ampliação de seu conteúdo. Mais concretamente: **trata-se de postular, já agora, uma democracia política com claros rebatimentos econômicos e sociais – de postular e construir uma democracia de massas que se, desde já, não pode ferir imediatamente o caráter de classe do Estado constituído, é organizável de baixo para cima, combinando a intervenção instituída com a instituinte.** Está em pauta uma democracia política que conjugue a ação mediatizada pela delegação tradicional burguesa (as instituições parlamentares, os sistemas partidários, etc.) com uma rede de organizações de base (sindicatos, comissões de empresas, associações de bairro e profissionais, movimentos democráticos e patrióticos, comunidade de inspiração religiosa, entidades que congregam minorias, etc). (NETTO, 1986, p. 25 e 26). [destaque nosso].

O conteúdo que Netto (1986) atribui a redefinição da democracia como meio para o socialismo está respaldada numa perspectiva “etapista”. No desenvolvimento do artigo analisado a presença de alianças entre os “segmentos populares e nacionais” eram explícitos, não por acaso seus argumentos acerca da referida redefinição da democracia política num primeiro momento haverá um pacto entre os setores da sociedade brasileira. Este pacto terá um caráter provisório, até que se crie movimentos de massas que vão penetrando nas instituições do Estado, como no parlamento dentre outros e em organizações como sindicatos, partidos, movimentos populares, profissionais.

Segundo o autor, esse movimento, à princípio não exclui a propriedade privada dos meios de produção capitalista, mas introduz uma politização entre “o proletariado e as camadas subalternas” que desautoriza e desacredita os monopólios estabelecidos.

Sem quebrar o ordenamento capitalista, a redefinição da democracia política pelo seu componente de massas cria três requisitos sem os quais é impensável a transição socialista em nossas sociedades: abre a via para a democratização da sociedade e do Estado, introduz o proletariado e as classes e camadas subalternas nas atividades da gestão social e instaura uma dinâmica societária que permite vincular o mundo do trabalho ao mundo da cultura. (NETTO, 1986, p. 26).

O “etapismo” é como se designou um aspecto da formulação estalinista para os países atrasados nos quais, de acordo com a orientação da União Soviética pós 1930, não estava colocada a revolução proletária, mas apenas a “etapa” das revoluções democrático-burguesas dirigidas por setores supostamente avançados da burguesia nacional que iriam resolver as tarefas democráticas tais como reforma

agrária e independência nacional, durante o qual, ou seja, nessa etapa, o proletariado iria amadurecendo sua consciência e organização para posteriormente, não se sabe quando, realizar a revolução proletária.

3.3 A perspectiva democratizante das vanguardas do Serviço Social

A partir do final da década de 1970, ocorreram processos que alteraram e impactou as análises acerca da democracia. A tentativa de Netto (1986) em redefini-la, corresponde a um período de transição no qual as instituições do Estado estavam se reorganizando com a penetração de setores populares, mas também numa perspectiva da democracia burguesa canalizar as lutas que antes se davam nas ruas, para as “lutas” no parlamento.

Certamente, essa canalização não levou todos os movimentos: operário, sindical, populares e camponês a hipotecar suas reivindicações no parlamento e demais órgãos que, sendo o Estado burguês, responderam aos interesses burgueses em que pese a penetração de representantes de setores populares. Contudo, segundo constatação de Cardoso (1990) houve um alinhamento político que se tornou predominante, como já referido anteriormente a relação entre movimentos e partidos políticos, as lutas deixam de ser nas ruas onde expressavam a maior possibilidade dos trabalhadores defenderem seus interesses para o reconhecimento das “lutas” institucionalizadas em espaços da ordem burguesa passando pelo crivo das eleições como meio de atingir uma posição no Estado e influenciar de alguma maneira como representantes da população.

Esta perspectiva, embora flagrante mesmo em setores mais críticos do Serviço Social, foi predominante entre os setores operários, e em especial em setores populares contemplados por lideranças entre estudantes, lideranças de associação de bairro etc.

Também as vanguardas do Serviço Social aderiram à institucionalização crescente das lutas populares.

No entanto, nos últimos cinco anos, no bojo do avanço da luta pela redemocratização do país, a luta pela hegemonia no Serviço Social também avança, explicitando-se, no processo de formação profissional, tendências no interior das forças sociais básicas com propostas políticas diversas. (CARVALHO, 1985, p. 22).

Ao referir-se a hegemonia na profissão, Carvalho (1985), está olhando para estudantes e professores que no interior da universidade “vem compondo uma vanguarda progressista” (CARVALHO, 1985, p. 23) em uma luta contra o conservadorismo profissional e em prol do Serviço Social crítico. Esta contraposição de setores críticos a setores conservadores ao longo dos anos 1980 forjou um projeto profissional com objetivo de orientar tanto a formação quanto o exercício profissional. Este defende a vinculação aos movimentos sociais na defesa dos interesses da “clientela” e das lutas sociais

[...] contribuição no processo de transformação da sociedade brasileira, ou seja, o Projeto de Serviço Social comprometido com os interesses da clientela enquanto classe dominada e com suas lutas expressas nos movimentos sociais. (CARVALHO, 1985, p. 26).

No contexto da década de 1980 essa transformação marca a transição da ditadura militar para a democracia quando os interesses dos trabalhadores se colocam em outro plano para ser reivindicados, colocam-se “no âmbito da democracia burguesa, em que se configura a Nova República, a luta de classes assume formas distintas e específicas em relação ao longo período de ditadura.” (CARVALHO, 1985, p. 34). Estas novas formas estão relacionadas aos movimentos sociais ocuparem os espaços da democracia burguesa e deles fazer um local de representação dos “interesses” dos trabalhadores.

Portanto, seguindo a linha de pensamento da autora, talvez o que muda é a compreensão dos espaços onde devem ser travados a luta de classes não que a luta de classes assume outras formas. Tanto é que suas análises estão respaldadas nos novos espaços, instituições que a democracia burguesa oferece e que os setores dos trabalhadores podem ocupar. Há uma relação com o Estado, que mesmo resguardada a devida autonomia dos movimentos sociais gerais ou mesmo internos a profissão, reflete em novas estratégias.

E, no contexto desta democracia burguesa, precisam encontrar novas estratégias em termos de avançar nas suas lutas, aproveitando com lucidez e consciência os espaços que se vêm colocando ao nível dessa postura estratégica do Estado sem perder a sua autonomia e sua força de pressão. (CARVALHO, 1985, p. 35).

As novas estratégias sugeridas por Carvalho (1985) se desenvolvem com a participação dos assistentes sociais em seus trabalhos, ou seja, de forma

institucional via políticas sociais na relação com os movimentos sociais construída numa perspectiva plural. Com isso, segundo Sposati (1992) há um campo a cumprir na construção da institucionalidade democrática. Nesta linha de argumentação há que precisar o pluralismo, pois frequentemente ele é confundido com ecletismo no interior da profissão.

Para além, ele subsidiará o espaço de debate profissional que vem se arrastando ao longo dos anos 1980 e contribuirá nas vinculações necessárias com organizações dos trabalhadores e demais setores populares formatando os espaços de debates. Portanto, o pluralismo

É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, considerando que essa posição, ao nos advertir para com nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. (COUTINHO, 1987, p.15).

A ideia de pluralismo foi elemento central para a constituição, do já mencionado, projeto profissional do Serviço Social que ficou conhecido a partir do final da década de 1990 como projeto ético-político do Serviço Social brasileiro. O que interessa, a seguir, é a concepção de democracia que implícita ou explicitamente permeava os debates internos à profissão. “Há que se reinventar o sentido e a esperança de uma relação libertária na busca da radicalidade democrática.” (SPOSATI, 1992, p. 7).

Nesta linha, o pluralismo se coloca na importância de constituir espaços de debates interno e externo à profissão e é elemento constitutivo do projeto profissional. Nesse sentido, segundo Guerra (2009) a inserção do assistente social nos espaços de lutas dos anos 1980 e que atravessa os anos 1990 propiciou a “construção de uma concepção universal, pública e gratuita de política social, nomeadamente da política de Seguridade Social.” (GUERRA, 2009, p. 9). Para a profissão que já vinha se desenvolvendo nos anos 1980, chega em 1993 a construir um novo código ética profissional. Além da, ainda que tímida, expansão de espaços de participação popular resultados da Seguridade Social que é composto por três políticas sociais, a saber: Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

É neste processo e na medida em que se ampliam as demandas democráticas e os instrumento jurídico-legal em defesa dos direitos sociais e das minorias, que se configuram as práticas profissionais e se ampliam as áreas e campos de intervenção. (GUERRA, 2009, p. 9).

Com isso, a defesa das políticas sociais deve ser colocada tanto no “sentido da democratização política”, quanto “no da socialização da riqueza coletivamente produzida.” (GUERRA, 2009, p. 11). Este é o núcleo em que se fundamentam as vanguardas do Serviço Social para defender a democracia, onde expressam suas lutas e resistências.

É preciso enfatizar, ao longo do texto e sobretudo neste capítulo que, a concepção de democracia, entendida como o único meio para atingir o socialismo, passa pela democratização que significa o Estado ampliar ao desenvolver políticas sociais que contemplem um número maior de pessoas numa perspectiva reformista a qual chegará a desenvolver tais políticas no plano universal, posteriormente atingir uma sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem o que leva a entender, embora não explicita, o socialismo.

3. 4 Como é tratada a democracia no Serviço Social a partir do final da década de 1990

Nossa preocupação em apresentar e analisar neste item não será o projeto ético-político do serviço social, mas um de seus princípios fundamentais, a democracia.

No final da década de 1990, o professor José Paulo Netto, publicou um texto intitulado A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social (1999), no qual analisa e elabora suas ideias pautadas na construção deste projeto em meio a uma conjuntura de lutas sociais que abrangiam vários segmentos da sociedade brasileira, sobretudo, a classe operária. Nesse sentido, os movimentos sociais influenciaram a organização política de setores do Serviço Social, que ficou conhecido como “movimento de intenção de ruptura”²² do Serviço Social “crítico” com relação ao conservadorismo profissional.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos

²² “Movimento de intenção de ruptura” é como o Professor José Paulo Netto designou a corrente hegemônica no meio profissional. Esta denominação pode ser encontrada, originalmente, na sua tese de doutorado que posteriormente dará origem aos dois livros “Capital Monopolista e Serviço Social” e “Ditadura e Serviço Social”.

interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. (NETTO, 2010, p. 11).

Dois aspectos a ressaltar, primeiro, o “movimento de intenção de ruptura” que deu impulso ao referido projeto, estava vinculado as manifestações pela redemocratização desde o final da década de 1970, no qual a classe operária e setores populares vinham se organizando para se opor à ditadura militar. O segundo, vinculado ao primeiro, democratizar o Estado era a tarefa dos movimentos sociais e nesta, a contribuição de setores críticos do Serviço Social.

Neste processo, segundo Netto (2010) a ditadura concluiu seu curso a partir de aspectos internos, mas também de forma decisiva pela reinserção da classe operária se reorganizando em defesa da democratização levando a um debate entre os setores “conservadores” e “críticos” da profissão.

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo de derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional. (NETTO, 2010, p. 10).

É evidente que sob um regime democrático, projetos como o do Serviço Social melhor se desenvolveria, até porque a sua proposta era romper com o conservadorismo profissional e a constituição de um novo projeto profissional que orientasse politicamente tanto a formação quanto a prática profissional. Adiante sob o prisma do projeto, Netto (2010), aponta outros elementos que devem constituir-lo. E mais uma vez, a democracia e as conquistas que ela pode oferecer dentro do Estado burguês, a saber: avanço teórico, metodológico e crítico nas produções do Serviço Social com a pós-graduação em oposição ao conservadorismo profissional, a conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira, o código de ética profissional de 1993.

Contudo, a questão não é negar estas conquistas democráticas, mas verificar que dentro do Estado burguês isso é permitido ora de formas mais alargadas, ora de formas restritas, de acordo com os interesses em disputas entre as classes fundamentais do capitalismo, prevalecendo os interesses que preservam a propriedade privada.

De acordo com Netto (2010), “o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e

socialização da riqueza socialmente produzida.” (NETTO, 2010, p.16). Há que fazer uma diferenciação. A participação política, como participação popular nas instituições do Estado, o número de representantes da população, pode ter ocorrido, contudo esta participação (em grande medida) é determinada pelo Estado e suas instituições.

As instancias que decidem de fato as orientações essenciais da economia e da organização social, e que funcionam inclusive fora dos espaços representativos (congresso, ministérios, etc.), estas ao contrário de serem “democratizadas” foram oligarquizadas. Mas vamos centrar no desenvolvimento da democracia no entendimento do Serviço Social e suas vinculações.

Segundo Netto (2010) a partir da década de 1980 e se confirmando na de 1990 no meio profissional vem se acumulando alguns avanços na constituição de bases para a profissão. Ganha destaque o código de ética profissional, o avanço teórico metodológico com as sistematizações de pesquisas com as pós-graduações, que foram resultados de um longo debate político e profissional e dos avanços inscritos como resultado da redemocratização, a saber: “à conquista de direitos cívicos e sociais que acompanhou a restauração democrática na sociedade brasileira.” (NETTO, 2010, p. 14).

A linha democrática assumida pelas vanguardas do Serviço Social que foi constituída no interior do projeto ético-político estava vinculada ao movimento democrático e popular.

Neste sentido, a construção deste projeto profissional acompanhou a curva ascendente do movimento **democrático e popular** que, progressivamente e positivamente, tensionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988 (à qual Ulisses Guimarães chamou de Constituição Cidadã) – **um movimento democrático e popular que, inclusive apresentando-se como alternativa nacional de governo nas eleições presidenciais de 1989**, forçou uma rápida redefinição do projeto democrático das classes proprietárias. (NETTO, 2010, p. 18). [destaque nosso].

Embora Netto (2010) não explicita nesse momento, o movimento democrático e popular apresentado como alternativa às eleições presidenciais em 1989 era a candidatura de Lula pelo Partido dos Trabalhadores. A ausência de tal explicitação foi sanada numa análise de Netto dez anos depois.

O ímpeto democratizante, no entanto, persistiu até 1989, quando, à falta de uma melhor solução confiável, o grande capital patrocinou a chegada de Collor de Melo ao governo. **Esta aventura política, se serviu à grande burguesia para barrar a alternativa democrático-popular (representada, no segundo turno, pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva).** (NETTO, 2009, p. 672). [destaque nosso].

Anteriormente, apontamos que, no início dos anos 1980, o então recém-nascido Partido dos Trabalhadores vinha penetrando politicamente no movimento popular e fazendo das reivindicações operárias e populares as suas e, à medida que ao longo das décadas posteriores elegendo seus candidatos, foi também se institucionalizando.

Historicamente a vinculação do partido político aos movimentos sociais em particular com o PT, refletiu também na vinculação deste com as vanguardas do Serviço Social, o elo desta vinculação constatava-se numa questão concreta, contra a ditadura militar e em defesa da democratização.

Segundo Netto (2009), o ponto de partida desta vinculação ocorreu em 1979, posteriormente tornado um marco entre os assistentes sociais na luta pela redemocratização, foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS realizado em 1979, conhecido como o “congresso da virada”. Evento “em que as tendências profissionais comprometidas com a democracia ganharam visibilidade no Serviço Social.” (NETTO, 2009, p. 650). Este foi um processo político que vinha se acumulando ao longo da década de 1970 a medida que traz as tendências políticas democráticas profissionais, revelam seu vínculo com a “reinserção da classe operária na arena política brasileira” que vinham se reorganizando.

Isto não autoriza afirmar que os profissionais na sua totalidade estavam nessa mesma linha de atuação política, muito pelo contrário, uma vez que parte dos assistentes sociais, de acordo com o autor, ou estava “assessorando os serventuários da ditadura” ou se colocavam num plano de aparente “neutralidade.”

(...) o que particulariza a situação do Serviço Social (embora, numa análise mais abrangente de suas categorias profissionais, possam ser identificadas situações similares) é a tardia manifestação opositiva à ditadura por parte das instâncias e fóruns representativos da categoria profissional: o que se sobressai, quando se estuda o Serviço Social sob a autocracia burguesa, é a olímpica “neutralidade” dessas instâncias e fóruns em face do regime ditatorial. De fato, nas suas expressões imperam, até o III CBAS, o silêncio e a omissão em face da ditadura. (NETTO, 2009, p. 665).

Internamente, “o avanço que se teve com o congresso da virada foi uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país” (NETTO, 2009, p. 666) que não eliminou, mas quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional. Nesse sentido, seguem as análises de Guerra (2009) quando se refere ao congresso da virada

... como ato encarna um momento em que significativos segmentos profissionais passaram a enfrentar, aberta e enfaticamente, o histórico conservadorismo da/na profissão, declarando a adoção de posicionamento ideo-político radical, construindo uma vertente crítica na profissão, que passa a atuar na construção de uma nova direção social hegemônica. (GUERRA, 2009, p. 6).

É importante ressaltar, de acordo com Netto (2009), que o III congresso “trouxe para a cena política os componentes democráticos até então reprimidos na categoria profissional”. (p. 669). Isto é, não estamos autorizados a afirmar que antes de 1979 os assistentes sociais não se posicionavam. O que há de novo, é a configuração de uma vanguarda profissional que impulsionou a luta interna contra o conservadorismo profissional a medida que lutou pela democratização e constituição de outros e novos espaços de participação política. Ou seja, a “ruptura com o monopólio político conservador teve implicações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento global do Serviço Social no Brasil.” (NETTO, 2009, p. 669).

Como resultado do processo político que vem se desdobrando a partir de 1979, Guerra (2009) vai destacar a direção hegemônica forjada e constituída pela “vertente crítica na profissão”

O mais significativo para uma mudança radical na profissão foi que, neste contexto sócio histórico, marcado por confrontos e resistências, se explicitam os interesses antagônicos das classes sociais e se põe a nu o papel do Estado na defesa intransigente dos interesses da classe dominante, criando as bases para que a profissão realize uma apreciação crítica da direção hegemônica da categoria e da organização político-representativa vigente à época, questionando sua funcionalidade aos interesses do capital. (GUERRA, 2009, p. 7).

Ademais, no desenvolvimento profissional, destacam-se segundo Netto, (2009), as pós-graduações (com mestrado em 1972 e doutorado em 1981) que possibilitaram espaço para sistematizações críticas frente a própria ditadura, inclusive período em que houve uma ampliação do mercado nacional de trabalho para o Serviço Social. Com isso a generalização do assalariamento, o que passou a

ser objeto de análise numa perspectiva crítica na relação capital e trabalho. Existe também, segundo exposição de Netto (2009) com a ampliação da participação política resultou a constituição de um pluralismo que foi se diferenciando e separando do ecletismo.

A expressão “virada” se refere ao determinado congresso, diz respeito a substituição da própria composição da mesa (“oficial”), onde o então principal líder metalúrgico Luiz Inácio da Silva – o Lula, passou a fazer parte, exatamente por representar parte significativa do proletariado, ao qual segmentos de assistentes sociais se vinculavam. Mas havia outros motivos que vieram à tona posteriormente, os quais revelam as razões para Lula compor a mesa.

Numa nota de rodapé, Bravo (2009) cita Netto (2004) para demonstrar os vínculos dessa vanguarda que surgiu com o III CBAS.

Destaca que a presença de Luiz Inácio da Silva na mesa de encerramento do III Congresso não foi por acaso, e como também não é por acaso que importantes lideranças profissionais que conduzem a “virada” nos anos imediatamente seguintes tenham convergido partidariamente para o PT. A atmosfera política que resultou no nascimento do PT foi a mesma que influenciou diversos segmentos profissionais. (BRAVO, 2009, p. 700 e 701).

Este dado da relação de parte dos profissionais articulados politicamente a Lula, na entrada da década de 1980, quando da criação do PT, comprovou esse vínculo das lideranças profissionais. Tais lideranças, nas palavras de Netto (2009) são as vanguardas. Conseqüentemente, o vínculo se encontra “amplamente difundida entre os assistentes sociais que traduziu-se numa “partidarização” – a quase totalidade da vanguarda ou aderiu formalmente ao recém-nascido Partido dos Trabalhadores – PT ou seguiu suas orientações.” (NETTO, 2009, p. 670).

Esta vinculação ultrapassou a relação da vanguarda profissional, atingiu também setores que “no movimento estudantil em Serviço Social, a hegemonia foi toda do PT (Partido dos Trabalhadores), registrando-se uma participação absolutamente residual do PCdoB”. (BRAZ, 2009, p. 715). Os estudantes que vinham se despontando politicamente no final da década de 1970, naturalmente seguiram seu curso e posteriormente também compuseram a vanguarda profissional. Isto não quer dizer que todos estão vinculados ao PT até hoje.

3.5 A perspectiva crítica das vanguardas profissionais frente ao governo democrático e popular

Isto é, as implicações democráticas nos anos 2000, é preciso analisar alguns elementos pelos quais operaram os governos democrático e popular do PT, a partir de 2003, assumindo a Presidência da República. Isto se deve ao vínculo histórico entre setores majoritários da categoria profissional ao PT.

De acordo com Netto (2007), numa espécie de revisão de seu texto de 1999 com relação à atualidade, surgiram novos elementos que podem implicar na inviabilização de conquistas democráticas para os trabalhadores no geral e em particular para os assistentes sociais. No que tange ao trabalho profissional, a política neoliberal apresenta uma ameaça, pois vem promovendo a liquidação dos direitos sociais conquistados por meio de lutas sociais. Implica também na privatização do setor produtivo estatal, assim como vem ocorrendo um sucateamento dos serviços públicos, para além, afeta as organizações profissionais e dos trabalhadores em geral. Esses são elementos significativos oriundos da política macroeconômica, que atinge de forma negativa, grande parte da sociedade brasileira. Os textos analisados vão enfatizar os governos Lula, sobretudo seu primeiro mandato e as implicações para a profissão.

Segundo Braz (2004), numa análise acerca do início do mandato do governo Lula, há implicações referentes à política econômica adotada como resultado das “alianças” políticas que o PT se dispôs a fazer para chegar ao Governo Federal. Assim sendo, “o projeto pelo qual Lula foi eleito expressava uma ampla articulação de classes que pressupunha determinada coalizão entre setores das classes trabalhadoras e setores do capital produtivo no país.” (BRAZ, 2004, p.50).

Neste projeto verificou-se uma política de alianças que envolvia distintos setores da sociedade brasileira que se expressava, não só, mas dentre as quais se tinham partidos como o Partido Comunista do Brasil - PCdoB a Partido Liberal – PL e outras organizações da sociedade civil que se expressavam a partir dos movimentos populares, sindical, movimento camponês (notavelmente o MST), movimentos vinculados as Organizações Não-Governamental – ONGs, estudantil, dentre outras.

O fato de existir setores das classes trabalhadoras e populares com certa influência no interior do governo, alimentou a ilusão desse governo responder as suas reivindicações. Contudo, como destaca Braz (2004), o projeto político do PT dos anos que marcou seu início aos anos que marcou sua chegada ao “poder”

(Governo Federal) percebeu-se uma “mudança progressiva e gradual do projeto que transitou, em suas origens, de um polêmico “socialismo democrático” para um reformismo sequer socialdemocrata.” (BRAZ, 2004, p. 53). Nesse sentido, numa espécie de continuidade do governo anterior, foi-se operando uma política econômica que mantinha seus objetivos na concentração de renda nas mãos de poucos capitalistas, sobretudo do capital financeiro.

Este ambiente tornou-se possível com o aprisionamento do Estado brasileiro pelo capital financeiro – bancos associados e grandes investidores, especuladores internacionais, sob orientação técnica-política de organismos multilaterais como o FMI -, cujos interesses são defendidos por representantes do governo de vários níveis. Tal como no governo de Fernando Henrique Cardoso, presenciamos um comprometimento orçamentário fortemente dirigido ao capital financeiro: **os gastos com encargos, juros e amortização de dívidas financeiras abocanham quase toda a disponibilidade orçamentária para investimentos do Estado brasileiro, cerca de 35% do PIB** (BRAZ, 2004, p. 53). [destaque nosso].

Se por um lado o Estado vem operando numa perspectiva de atender os interesses do grande capital, especialmente o financeiro, por outro lado, os setores compostos por trabalhadores, inclusive setores que fizeram parte da política de coalizão para que fosse possível o PT chegar ao poder em 2003, teve desdobramentos bem diferentes com poucos investimentos nas políticas sociais públicas. Áreas como “agricultura, defesa, segurança pública, assistência social, cultura, meio ambiente, transportes, reforma agrária e ciência e tecnologia.” (BRAZ, 2004, p. 54), teve investimentos reduzidos. Exemplo segundo o autor citado é o orçamento de 2004 para a “reforma agrária” que prevê verba de 1 bilhão, confirmando uma redução com relação ao governo anterior. Os desdobramentos continuam quando olhamos mesmo para programas sociais centrais do governo PT.

Os projetos governamentais foram todos submetidos a cortes de gastos com o objetivo de atingir o **superávit primário** de 4,25%. **Mesmo o Fome Zero, considerado prioritário para o governo, teve bastante reduzido seu orçamento (em cerca de 75% para 2004)**. Outros dados corroboram resultados frustrantes para todos os setores democrático-populares que apostaram em Lula. (BRAZ, 2004, p. 54). [destaque nosso].

Este quadro foi sendo agravado ao longo de 2003 quando os índices de empregos registraram poucos aumentos, considerando que até aqui, somente o setor da agroindústria vinha tendo um crescimento (24%). Mas isto pouca influência

nas vidas das massas trabalhadoras. Primeiro porque a produção está voltada para as exportações. Segundo porque o Brasil havia atingido um avanço significativo na mecanização da produção agrícola, ou seja, exigindo uma especialização dos trabalhadores rurais e diminuindo a quantidade de trabalhadores pela entrada de maquinários que substitui a mão de obra.

De acordo com Braz (2004), ao analisar os níveis de emprego no decorrer de 2003 constata-se um avanço nos postos de trabalho, porém parte significativa são empregos sem carteira registrada, fato que promove a redução de direitos trabalhistas, logo, exclui o trabalhador de acessar seus próprios direitos, inclusive, previstos constitucionalmente.

Intensifica-se a precarização do trabalho por meio de níveis maiores de empregos sem carteira, como os autônomos, responsáveis por 85% dos postos de trabalho gerados; por mais um ano, os bancos obtiveram lucros recordes, com o destaque para o Itaú e Bradesco em 2003. (BRAZ, 2004, p. 55).

Esta política adotada que Braz (2004) destaca como continuidade do governo FHC, a política neoliberal, sumariada, pois já analisada anteriormente, demonstrou o caráter de classe do Governo Lula, no qual teve uma ampliação da participação popular institucionalizada pelo Estado, contudo, insuficiente para garantir reivindicações populares. Pois, numa perspectiva democrática, teria que se garantir o emprego sob as garantias previstas em leis. Este panorama que nos oferece Braz (2004) se refere aos primeiros quinze meses do governo democrático e popular. Em 2007, Braz reafirma suas constatações de 2004.

Ainda que Lula tenha sido eleito a partir de um forte sentimento anti-neoliberal, como uma forma de repulsa ao legado desastroso para as massas trabalhadoras deixado por FHC, seu Governo esteve longe de se colocar como alternativa. Ao contrário, deu continuidade e, em alguns aspectos, até mesmo aprofundou a ação neoliberal no Brasil (BRAZ, 2007, p. 7).

Seguindo a perspectiva abordada acima, do governo Lula expressando aspectos de continuidade do governo de FHC, “o segundo mandato de Lula apenas vem reafirmando a sua incorporação das diretrizes macroeconômicas e sociais que outrora, nos idos de oitenta e noventa combatia.” (NETTO, 2007, p. 38). Isto expressa o alinhamento político resultando no rebaixamento das reivindicações de lutas de setores que compõem as classes trabalhadoras.

[...] verifica-se uma tendência de virada de grande parte dos movimentos que apontavam na direção da construção de uma nova sociedade, alternativa ao capitalismo, para uma perspectiva de resistência ao neoliberalismo, com centralidade na luta por míseros direitos, conquistados pelos trabalhadores na luta de classes e tendo o Estado como principal alvo, em face da voracidade dos governos na destruição dessas conquistas. (LOPES, 2009, p. 24).

Não queremos generalizar este quadro para os anos seguintes, mas inferir seus desdobramentos destacando algumas particularidades para o Serviço Social. Segundo Netto (2010), a existência da ofensiva do capital se expressa não só no neoliberalismo, mas representa ameaças a conquistas democráticas “viabilizadas” por parte da profissão pela sua postura de luta. O aspecto do acirramento do individualismo e da competição caudatária do neoliberalismo, impõem dificuldades à dimensão democrática que contribuiu para orientar as lutas políticas que marcaram a história recente do Serviço Social.

Nesse sentido, é “preciso denunciar o individualismo que obscurece e trava a direção social e política.” (TEIXEIRA, 2009, p. 19). Com isso, a ofensiva neoliberal representa uma “cruzada antidemocrática do grande capital”, impondo ameaças à concreta implementação dos princípios democráticos, um desses elementos é o “aviltamento da formação profissional.” (NETTO, 2007, p. 38 - 39).

Esta ameaça identificada a partir do final da década de 1990 está relacionada à política de expansão do ensino superior privado no Serviço Social, com implicações na formação profissional, à precarização do ensino, às frágeis estruturas acadêmicas, e outras, havendo um aviltamento na formação crítica do assistente social. Este processo de “desqualificação da formação profissional significa uma desqualificação da ação profissional.” (BRAZ, 2007, p. 7). Nesse sentido, o espaço de uma formação crítica para o Serviço Social se dá numa instituição de ensino pública e gratuita. A gratuidade é uma conquista da democracia. Pois a privatização é antidemocrática no sentido de selecionar, ainda mais, quem entra na universidade, ou seja, entra quem tem condições de pagar.

A expansão da privatização do ensino superior vem ocorrendo de forma mais alargadas pelo menos desde os governos de FHC, quando em 1998

(...) a agressiva política neoliberal do Ministro Paulo Renato – expressa nas práticas de “desregulamentação” e de “flexibilização” da educação superior – opera para degradar e aviltar a formação profissional. Esta política a que o

Ministério da Educação, sob os governos Lula, vem dando plena continuidade, já resulta numa assombrosa proliferação de cursos privados em Serviço Social, cujo impacto extremamente deletério na formação dos assistentes sociais (e na eventual inserção no mercado de trabalho) só será mensurável daqui a alguns anos – e isto sem mencionar a expansão, fora de qualquer controle efetivo, da “educação a distância”. (NETTO, 2007, p. 39).

O que ocorreu nos governos petistas foi o avanço ainda maior da privatização com a regulamentação do Ensino a Distância (EaD) em 2005, que de acordo com Braz (2007) o Serviço Social teve um crescimento incontrolável, em 2007 já atingia cerca de quinhentos municípios, totalizando milhares de vagas. Para Braz (2007), o aspecto “antidemocrático” não se verifica apenas no fato da expansão de vagas no ensino superior se dá através da cobrança de mensalidade, o que restringe a inserção da juventude pobre e composta por trabalhadores, mas na forma como foi aprovada.

Trata-se de uma expansão que se deu a partir de dezembro de 2005 quando de maneira antidemocrática, por meio de decreto, o Presidente Lula autorizou o funcionamento dessa modalidade de ensino no País, como parte da recém-anunciada meta do governo de abranger, em meia década, 30% da população entre 18 e 24 anos, no ensino superior (BRAZ, 2007, p. 8)

O problema está no objetivo central dessa ampliação, via privatização, não apenas porque já começou com uma medida “antidemocrática” do Governo Federal, mas pelo fato do EaD estar a cumprir uma exigência de atender “às necessidades de mercado que regem as empresas que estão vendendo os cursos.” (BRAZ, 2007, p. 9). Não é nosso objeto discutir as implicações da formação profissional na atuação profissional e qual o perfil de estudante e profissional que temos numa formação seja na modalidade privada presencial ou na EaD. Essa última também comparece nas Universidades Públicas. O que tentamos refletir nessas últimas páginas, é onde levou o “projeto democrático e popular” que surgiu no final da década de 1970 e tanto influenciou setores do Serviço Social.

CONCLUSÃO

É possível inferir que ao longo do desenvolvimento do Estado burguês, a democracia constituiu em uma das formas de organização das instituições estatais,

como por exemplo, o parlamento, viável para assegurar a grande propriedade privada capitalista.

A partir de meados do século XIX, o Estado, em sua forma democrática, se constituiu como resultado das lutas de classes e de choques internos à burguesia. A luta pelo sufrágio universal demonstrou às massas trabalhadoras, ao longo do século XIX, sua importância à medida que permitiu aos trabalhadores perceber o caráter de classe do Estado quando em confronto defendendo direitos trabalhistas.

A própria experiência histórica do movimento operário explicitou a inviabilidade para atingir seu objetivo, que foi sendo colocado pelo movimento operário internacional, não mais apenas de direitos trabalhistas, mas da destruição da própria ordem burguesa e com ela a exploração da força de trabalho, das classes sociais e da propriedade privada dos meios de produção. Com isso evidenciando que o “governo do povo” eleito pelo sufrágio, demonstrou na prática que serve a interesses muito específicos, os da burguesia.

A partir deste momento, não era colocada apenas a forma democrática a qual o Estado burguês deveria assumir, mas sua própria sobrevivência como instituição a serviço do capitalismo. Esta orientação política foi sendo difundida no movimento operário internacional ao longo do século XIX. No entanto, por volta de 1890 houve uma orientação que se caracterizou como contrária à destruição do capitalismo e com ele seu Estado na forma democrática burguesa, uma orientação de promover reformas para supostamente destruí-lo no futuro. Esta corrente foi denominada como reformismo, duramente combatida pelos marxistas, pela inviabilidade de reformar o capitalismo.

O reformismo tinha importância no movimento operário desde o fim do século XIX, ganhou força quando no século XX, particularmente por volta de meados da década de 1920 se formou outra importante corrente política com influência no movimento, o estalinismo que elaborou a tese do socialismo num só país e que teve influência decisiva em todo o globo, inclusive no Brasil, com desdobramentos que implicou a defesa do caminho pacífico para a revolução. Nesse sentido a democracia burguesa ganha peso por ser expressão concreta desse caminho, ou seja, é colocada a necessidade da revolução democrática burguesa para – supostamente - no futuro fazer a revolução proletária.

No Brasil, essa tese formulada pelo estalinismo, entra via PCB, justificando a existência de restos feudais; desta forma, o caráter da revolução brasileira deveria

ser antes democrática burguesa, para no futuro a revolução proletária. Isto implicou em uma aliança entre setores camponeses, operários, populares e a “burguesia progressista”. A história revelou a inviabilidade desta aliança que significou uma política de conciliação de classes.

O que se desenvolveu com isso a partir das teses do PCB de 1940 e 1950 foi a defesa do caminho pacífico para a revolução brasileira. Nesse caso, foi apontado a via eleitoral para disputar a direção do Estado e realizar as reformas que gradualmente levaria a elevação política, logo a revolução. Expressou o caráter democrático burguês na defesa do PCB. Primeiro por defender o caminho pacífico – descaracterizando a revolução proletária -, como se a burguesia fosse entregar sua propriedade privada pacificamente. Segundo por desconsiderar a tese marxista da inviabilidade das reformas no capitalismo em sua fase imperialista. Além de outros elementos questionáveis como afirmar que haveria restos feudais no Brasil e promover uma revolução em aliança com a “burguesia progressista” que já estava subordinada ao imperialismo.

No contexto da redemocratização, isto levou a postulação da democracia como o único caminho para o socialismo no Brasil, assumindo uma perspectiva democrática de ampliar os espaços de luta dentro do Estado burguês. Incluía elevar politicamente as organizações dos trabalhadores – sindicatos, associações de moradores, movimento estudantil - e exigia a necessidade de um partido político assumir tal perspectiva. Ao longo das décadas posteriores a defesa da democracia como o caminho único para o socialismo passa a ter uma finalidade de lutar pela democratização já no contexto do final dos anos 1980 e décadas posteriores.

Sob influência da Igreja progressista, dos remanescentes dos grupos da luta armada e do novo sindicalismo é criado o Partido dos Trabalhadores – PT. Como partido, o PT não assumiu o socialismo, mas dirigentes/setores importantes de sua vanguarda defenderam ser esse o partido a construir o socialismo no Brasil.

O que já vinha sendo sinalizado desde a década de 1990, se concretizou no início dos anos 2000, um alinhamento político, o PT abandona a defesa de suas lutas históricas como a reforma agrária, não pagamento da dívida externa, não ao neoliberalismo como foram nas décadas de 1980 e 1990, muito menos ao socialismo, mas de uma democracia burguesa aberta. Portanto, não se conclui meramente um ciclo nos anos 2000 a uma crítica ao PT, mas da inviabilidade da

democracia defendida desde o PCB quando postulou o caminho pacífico para a revolução brasileira.

A postulação da democracia como o caminho único para o socialismo e suas implicações posteriores numa defesa da democratização não ficou apenas no plano dos partidos e organizações de trabalhadores, afetou a orientação política de profissões, particularmente do Serviço Social brasileiro, a partir de profissionais que compuseram algumas ainda compõem setores da vanguarda profissional.

Nesse sentido, a pesquisa infere quanto à formulação da democracia como caminho único para o socialismo, não foi constatado isto de forma textual, porém foi constatado que ao longo dos anos 1980 existiram afirmações que se aproximam ao defender o papel transformador dos movimentos sociais que deveriam construir uma nova sociedade, uma sociedade construída de baixo para cima. Aqui, o método é o democrático (eleições), ou seja, tendo em vista o contexto de transição democrática, o que se defende são as reformas, para posteriormente chegar a uma sociedade sem classes sociais e utilizando de outras expressões que não ao modo de produção, nesse caso o comunismo, o que a história provou o contrário; via democracia burguesa, no máximo tenha chegado a democratização que vive sendo assombrada pela ditadura militar a qual faz parte da ditadura de classe da burguesia.

É importante destacar que houve, dentro do universo da pesquisa, divergências quanto às análises frente à perspectiva que os movimentos sociais vinham assumindo durante a década de 1980, sobretudo quando da realização de eleições que participaram novos partidos em 1986. Tais análises se divergem quanto a uma tendência, a institucionalização dos movimentos sociais. Isto nos parece importante por haver uma concepção de Estado democrático e outra, a princípio, se colocará contrária à medida que questiona a tendência que se tomou com a institucionalização das reivindicações de luta, ampliando cada vez mais a partir da década seguinte.

O papel dos movimentos sociais quanto à transformação da sociedade via Estado burguês, na verdade, vai se institucionalizar a ponto de eleger e terem seus próprios representantes eleitos. À medida que os processos políticos avançam, há críticas quanto a perda de autonomia dos movimentos sociais - a pauta de luta dos movimentos deixa de ser reivindicações de suas bases para ser de suas direções, que se burocratizaram a ponto de aceitarem entrar no jogo democrático burguês.

Isto resultou no alinhamento político de parte dos movimentos sociais, que de oposição ao Estado passou à defesa do mesmo Estado, o burguês.

Com relação aos artigos publicados nos anos 2000, é preciso destacar ao menos dois elementos. O primeiro se refere à concepção de democracia da vanguarda profissional, que surgiu em 1979 com a realização do III Congresso dos Assistentes Sociais Brasileiros – CBAS, mais conhecido como “Congresso da Virada” e foi sendo forjada ao longo das décadas posteriores e em uma relação da qual parte dessa mesma vanguarda estava – e está ideologicamente - vinculada ao PT. Não se quer questionar a participação de assistentes sociais em partido político, a questão é uma orientação política para a profissão que coloca de um lado os “profissionais críticos” e os “conservadores” de outro, diluindo suas particularidades.

O segundo elemento se refere ao ciclo de defesa da democracia no Serviço Social, que foi concluído explicitando seu vínculo ao governo democrático e popular. Nos artigos mais recentes surgiram críticas com relação ao papel do Governo Federal seguir a orientação política e econômica do imperialismo.

Mesmo os setores mais críticos da vanguarda profissional questionam o posicionamento político e econômico do PT (partido da ordem) a partir de 2003; não obstante assumirem que tinham esperança de o partido avançar na luta em uma perspectiva reformista que contribuiria com a luta para construir a sociedade socialista. O que mostrou a inviabilidade da via democrática para chegar ao socialismo.

É com a perspectiva democrática (defesa das eleições para ter “representantes” dos trabalhadores no parlamento, reformas, etc) - mesmo os setores mais críticos profissionais – que temos uma orientação política para o Serviço Social que leva de forma consciente ou inconscientemente os estudantes e profissionais a seguirem os postulados dados muitas vezes uma concepção de democracia que desconhecem as particularidades dos próprios estudantes e assistentes sociais. A inserção ou não na política que extrapola os meios profissionais não pode ser um critério obrigatório, mas deve fazer parte de um convencimento.

Além do mais, a concepção de democracia predominante no Serviço Social, inclusive é um dos princípios do Código de Ética profissional de 1993, desconsidera que no trabalho profissional, quem determina é o mercado de trabalho. Isto porque, a postulação da defesa da democracia nos meios profissionais, muitas vezes é

colocada como critério obrigatório para os assistentes sociais exigindo a sua participação política nas organizações profissionais.

Não se quer negar o caráter político da profissão, muito pelo contrário, o que estamos apontando é que enquanto profissionais, os assistentes sociais têm sua capacidade de organização política muito limitada, a participação na vida política deve ocorrer como trabalhadores na luta a partir de organizações que rompam o corporativismo profissional.

REFERÊNCIAS

- ABENDROTH, Wolfgang. **A história social do movimento trabalhista europeu**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ABRAMIDES, M. Beatriz C. Prefácio. In: FORTI, V. ; GUERRA, Y. (Org.). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 5 – 13.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BOBBIO, Norberto. **Qual Democracia?**. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2014.
- BOITO JUNIOR, Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Idéias**, Campinas – SP. p. 13 – 48, out. 2002.
- BOITO JUNIOR, Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. Estado, instituições estatais e poder político no Brasil. **Latin American Perspectives**, Issue 207, V. 43, nº. 2, p. 191 – 209, march, 2016.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. **CÓDIGO DE ÉTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª edição. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 2012.
- BRAVO, Maria I. Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 100, p. 679 – 708, out./dez. 2009.
- BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº. 78, p. 48 – 68, julho, 2004.
- BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita nº. 10**, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.
- BRAZ, Marcelo. O III CBAS de 1979: a virada e seu legado às novas gerações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, nº. 100, p. 709 – 719, out./dez. 2009.
- CAMPOS, Marta, S. Democratização e desigualdade social no Brasil: notas sobre algumas implicações profissionais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº. 57, p. 9 – 25, jul. 1998.
- CARDOSO, Franci G. Os movimentos sociais populares no processo de transformação social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº. 33, p. 5 – 30, agos. 1990.

CARONE, Edgard. **o P. C. B. (1943 – 1964)**. V. 2, São Paulo: DIFEL, 1982

CARVALHO, Alba M. Pinho de. O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira. **Cadernos ABESS**. São Paulo: Cortez, n.º. 1, p. 17 – 42, 1985.

CHACON, V. **História dos Partidos Brasileiros**: discursos e práxis dos seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição. 1985.

COELHO, M. ; FORTI, V. Contribuição à crítica do projeto ético-político do serviço social; considerações sobre fundamentos e cotidiano profissional. In: FORTI, V. ; GUERRA, Y. (Org.). **Projeto Ético-Político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 15 – 38, 2015.

COUTINHO, Carlos N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.º. 4, p. 5 – 17, set. 1987.

COUTINHO, Carlos N. **Democracia e socialismo**: questões de princípio e contexto brasileiro. São Paulo: Cortez,

COUTINHO, Carlos. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos N. **A Democracia Como Valor Universal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 10ª edição. Coleção bases 13. São Paulo: Global editora, 1989.

FERNANDES, Florestan. **O PT em movimento**. São Paulo: Cortez, coleção polêmicas do nosso tempo, 1991.

FONTES, Virginia M.; MENDONÇA, Sonia Regina de. **Historia do Brasil recente: 1964 – 1968**. São Paulo: editora ática, 1988.

GOHN, Maria da G. M. Movimentos Populares Urbanos e democracia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.º. 17, p. 15 – 29, abril, 1985.

GUERRA, Yolanda. A “virada” do Serviço Social. **Revista Inscrita**, Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, n.º. 12, p. 5 – 12, novembro, 2009.

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V. ; GUERRA, Y. (Org.). **Projeto ético-político do serviço social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 39 – 70.

HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**. 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914 – 1991. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**. 20ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. 37ª edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 24ª edição. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2014.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Histórica econômica do Brasil**. 43ª edição, São Paulo: editora brasiliense, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2014

LASKI, H. J. **O Manifesto Comunista de Marx e Engels**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LÊNIN, Vladimir I. **Obras Escolhidas**. V. 3, São Paulo: Alfa-omega, 1980.

LÊNIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular. 2007.

LÊNIN, Vladimir I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, Josefa B. Os desafios, 30 anos depois. In; **Revista Inscrita** n°. 12. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?**. 3ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2015

MACIEL, D. De Lula à Dilma Rouseff: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7355_Maciel_David.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORAES, João. Q. Contra a canonização da democracia. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7101quarti.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2013.

NASCIMENTO, Elimar. Participação: entre o autoritário e o democrático. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.º. 20, p. 6 – 15, abr. 1986.

NETTO, José P. A redefinição da democracia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.º. 20, p. 17 – 27, abr. 1986.

NETTO, José P. **Democracia e transição socialista**: escritos de teoria e política. Belo Horizonte – MG.: oficina de livros, 1990.

NETTO, José P. Das ameaças à crise. In; **Revista Inscrita** n.º. 10. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

NETTO, José P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Disponível em: <http://cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2010.

NETTO, José P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.º. 100, p. 650 – 678, out/dez. 2009.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social pós-64. 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã. 2008.

REIS, Daniel A. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAES, Decio. **Estado e Democracia**: ensaios teóricos. Coleção trajetória 1. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH – UNICAMP, 1994.

SAES, Decio. **República do Capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Serviço Social em Tempos de Democracia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº. 39, p. 5 – 31, agos. 1992.

TEIXEIRA, Joaquina B. Da barbárie ao paraíso. In; **Revista Inscrita** nº. 12. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2009.

TRISTÃO, E. A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula. Disponível em: www.periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/5623/4671. Acesso em: 26 de julho de 2016.

WANDERLEY, Luiz E. Conjuntura, a universidade e o profissional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, nº. 1, p. 5 – 41, set. 1985.

APÊNDICE**APÊNDICE A:** Quadro de identificação do universo da pesquisa

Revista Serviço Social e Sociedade			
Autor	Título	Ano	Número
Maria da Glória Marcondes Gohn	Movimentos Populares Urbanos e democracia	1985	17
Elimar Nascimento	Participação: entre o autoritário e o democrático	1986	20
José Paulo Netto	A redefinição da democracia	1986	20
Franci Gomes Cardoso	Os movimentos sociais populares no processo de transformação social	1990	33
Aldaíza Sposati	Serviço Social em Tempos de Democracia	1992	39
Marta Silva Campos	Democratização e desigualdade social no Brasil: notas sobre algumas implicações profissionais	1998	57
Marcelo Braz	O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social	2004	78
Marcelo Braz	O III CBAS de 1979: a virada e seu legado às novas gerações	2009	100
Maria Inês Bravo	O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro	2009	100
José Paulo Netto	III CBAS: algumas referências para sua contextualização	2009	100
Cadernos ABESS			
Autor	Título	Ano	Número
Alba Maria Pinho de Carvalho	O projeto de formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira	1985	1
Luiz Eduardo Wanderley	Conjuntura, a universidade e o profissional	1985	1
Carlos Nelson Coutinho	Pluralismo: dimensões teóricas e políticas	1987	4
Revista Inscrita			
Autor	Título	Ano	Número
Marcelo Braz	A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos	2007	10
José Paulo Netto	Das ameaças à crise	2007	10
Joaquina Barata Teixeira	Da barbárie ao paraíso	2009	12
Josefa Batista Lopes	Os desafios, 30 anos depois	2009	12
Yolanda Guerra	A “virada” do Serviço Social	2009	12